

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE HISTÓRIA

DANTON OLIVEIRA NORMANDIA

**“A UNIDADE NA DIVERSIDADE”**: O PROJETO DO FORO DE SÃO PAULO EM MEIO  
ÀS DISPUTAS, DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA AMÉRICA LATINA (1990-2019)

UBERLÂNDIA-MG

2023

DANTON OLIVEIRA NORMANDIA

**“A UNIDADE NA DIVERSIDADE”:** O PROJETO DO FORO DE SÃO PAULO EM MEIO ÀS DISPUTAS, DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA AMÉRICA LATINA (1990-2019)

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Spini

UBERLÂNDIA-MG

2023

DANTON OLIVEIRA NORMANDIA

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Paula Spini

Orientadora

---

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior

---

Profa. Dra. Mônica Brincalepe Campo

UBERLÂNDIA-MG

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

N847 Normandia, Danton Oliveira, 2000-  
2023 A unidade na diversidade [recurso eletrônico]: o projeto do Foro de São Paulo em meio às disputas, desafios e transformações na América Latina (1990-2019) / Danton Oliveira Normandia. - 2023.

Orientadora: Ana Paula Spini.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Spini, Ana Paula, 1966-, (Orient.).  
II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

*Dedico ao próprio Foro de São Paulo e o seu conjunto de partidos, movimentos, organizações e pessoas que fizeram e fazem parte da sua história.*

## AGRADECIMENTOS

A parte mais difícil e, ao mesmo tempo, mais curta de se escrever. Mas, também, a mais especial e que se tornará uma lembrança a ser sempre revisitada. Espero contemplar todas as pessoas que são e estão presentes na minha vida, pois, de alguma forma, fizeram parte desta longa e complicada monografia. Os mais próximos e íntimos, inclusive, sabem o peso que eu coloquei neste meu último trabalho da graduação. Uma monografia que acabou se tornando um projeto que consumiu, corriqueiramente, o ano de 2022 e 2023.

Em primeiro lugar, agradeço, especialmente, a minha mãe Rodmeire – leia apenas como Meire, por favor – e ao meu padrasto Thiago, conhecido como John – por já falarem que ele parece o John Lennon. São as duas pessoas mais importantes e especiais da minha vida, apesar de eu pouco expressar isso abertamente. São eles que, com todo o carinho, paciência, amor, e disponibilidade, cuidaram, planejaram e sustentaram os meus passos até aqui. Eu devo a eles a oportunidade e o privilégio de me preocupar somente com os estudos ao longo de toda a minha graduação. Espero, portanto, orgulhá-los com esta pesquisa e com a futura carreira de historiador e professor que pretendo seguir.

Em seguida, agradeço também a minha família como um todo. Agradeço ao meu pai que, mesmo um pouco distante, apoiou todo esse processo e que tenho um carinho enorme. Dos primos, tios aos avós, agradeço aos “Oliveiras” por estarem presente em minha vida e, quando necessário, estarem a postos para ajudar. Sem menor valor, agradeço também as minhas tias e tios – a minha madrinha em especial –, os meus irmãos, avós e primos da família Normandia que, apesar de um menor contato, estão presentes na minha história. Alice, saiba que eu não te esqueci, considero você como parte dos “Oliveiras” e como a irmã que a vida me deu.

Nos últimos anos, completando 3 nesse ano de 2023, agradeço também a melhor pessoa que eu poderia ter conhecido – incluindo também os meus sogros Rosa e Adivair e o meu cunhado Paulo Victor. Em tempos difíceis de pandemia, o meu conforto foi conhecer e me relacionar com a melhor namorada do universo. Ana Laura, Nalu, você é o meu grande presente dos últimos anos. Obrigado por me ajudar, apoiar, animar, torcer e confiar em tantos momentos de insegurança e de ansiedade – principalmente relacionado a escrita da monografia. Espero que o meu breve romantismo tenha sido certo na minha tentativa de agradecimento.

Passo da família para os meus amigos e grupos de amigos. Da ESEBA até a UFU, agradeço dois nomes: Rondon e João Victor, mais conhecido como Alípio. Estamos juntos desde criança e lá se vai uma década de amizade. O improvável trio continua firme e forte,

estando junto e se vendo sempre que possível. Espero que saibam o quanto eu amo, torço, apoio e me importo com vocês. Agradeço por persistirem com a nossa amizade e por me aguentarem por todo esse período de muitas “conversas” – esperando o Alípio visualizar e responder –, encontros – como as nossas tardes de jogos –, lembranças e tantas outras coisas por virem.

No Ensino Médio, tive a oportunidade de fazer novas amizades que carrego até hoje. Agradeço, especialmente, a vocês, Cristian, Luiz Matheus – “Wazowski” – e Victor. Apesar da dificuldade de se encontrar nos dias atuais, agradeço por todos os momentos juntos – dos churrascos às rodadas de truco. Agradeço por me apresentarem jogos e todo um mundo “nerd” que eu jamais conheceria. Espero que a nossa amizade continue do “terceirão para a vida”.

Na faculdade, agradeço as amizades que fiz e que fazem parte do meu cotidiano. Agradeço ao grupo união – que se tornou desunião –, composto pela Larissa, Matheus, João Pedro – Tauffer –, Mariane e Leíse. Obrigado por serem pessoas incríveis que eu tanto amo, confio e quero estar perto. Agradeço por todas as festas, fofocas, brigas, reuniões e todo o resto. Eu vivi – e quero continuar vivendo – momentos inesquecíveis com vocês. Não ousem me eliminar do grupo, independentemente de qualquer racha que possa vir a acontecer.

Aproveito também para agradecer a todos os colegas da turma 45 de História, por todo o tempo de convivência durante a graduação, como também, aos veteranos e calouros que conheci durante o meu período no curso. Nesse espaço, gostaria de agradecer a sua amizade, Leticia. Não deixaria de mencioná-la. Dos tempos da Trupe de Truões para o curso de História, agradeço por todas as conversas, as nossas peças, a militância e todos os outros momentos juntos. Obrigado por todo o apoio e por todo o carinho de sempre.

Para além dos amigos, gostaria de agradecer também as escolas que estudei e aos professores que convivi. Agradeço por todo o tempo de formação que obtive no meu ensino fundamental na ESEBA e no meu ensino médio no Mais Positivo. Aos queridos professores, que foram muitos, agradeço por todos os ensinamentos e por serem inspirações para a minha escolha de vida. Um agradecimento especial, claro, aos meus professores de História, ao professor Getúlio de Teatro e à professora Luciana que me alfabetizou.

Nesse sentido, agradeço ao Instituto e à Coordenação dos Cursos de História por todo o acompanhamento e pelos esclarecimentos referentes ao cotidiano dos discentes. Agradeço ao corpo docente como um todo e às disciplinas que fizeram parte da minha grade curricular. Em especial, aos professores que compõem a minha banca, Mônica e Florisvaldo, que aceitaram

participar desse momento ímpar da minha formação. À Mônica, também agradeço pelas aulas e pela influência nos estudos de História da América – que espero continuar estudando.

Em especial, não podia faltar um parágrafo para a minha orientadora, professora Ana Paula. Obrigado por aceitar uma orientação de um tema que não é próximo aos seus estudos. Mas, não podia recorrer a outra pessoa. Desde a disciplina de América I, você me recomendou e me incentivou a seguir pesquisando e estudando sobre América. Eu devia ter seguido seu conselho naquele momento. Mas, antes tarde do que nunca. Agradeço pela leveza, confiança e tranquilidade passada em todas as nossas reuniões e nas correções dos capítulos. Ter sido seu orientando na graduação, em um momento tão agitado como o fim de curso, foi uma benção.

Ainda nesse ponto, agradeço aos programas PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e Residência Pedagógica pela CAPES –, o PIVIC (Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica) e o Festival Curta (C)errado – financiado pela FAPEMIG – que tive oportunidade de participar, seja como bolsista ou voluntário. São projetos que foram fundamentais e que enriqueceram a minha formação enquanto universitário, incentivando a pesquisa, o ensino e a extensão para além das aulas da graduação. Espero que esses programas continuem e que novos estudantes tenham a mesma oportunidade que pude ter.

Finalmente, agradeço ao Futuro Associação Educacional. Um cursinho alternativo que me abriu as portas para a licenciatura, contribuindo bastante para a minha formação como um futuro educador. Foram anos como professor de História, já há anos na Comissão de Pedagogia e um agregado de momentos gratificantes. Estou realizando meu sonho na medida com que contribuo para que outros sonhos, de alunos, se realizem. Deixo meus agradecimentos especiais para todos os “ores” que convivi – dos professores aos administradores.

Enfim, agradeço também ao Levante Popular da Juventude. Um movimento que me acolheu desde o início da faculdade. Foram muitos espaços de formação, análises de conjuntura, reuniões, eleições, atos e protestos, estudos e convivências – com diferentes pessoas, colegas e amigos – que me arrependeria se não tivesse parte. Hoje, não faço mais parte, mas levo o movimento em meu coração e toda a bagagem política, ideológica e social que continuo acredito – mesmo de longe. Afinal, juventude que ousa lutar, constrói poder popular sempre.

## RESUMO

A integração da América Latina, do passado ao presente, possui contornos históricos que agregam e ressoam no cenário político, social, econômico e cultural da região. No decorrer das décadas de 1990, 2000 e 2010, uma organização de partidos, organizações e movimentos políticos de esquerda latino-americanos, batizada de Foro de São Paulo, retomou esse propósito, sob muitos Encontros e Declarações Finais, dignificando-o como uma necessidade. Assim, a pesquisa se estabelece na relação entre o Foro de São Paulo com a América Latina em suas possibilidades e alternativas enfatizadas na busca pela unidade como um caminho de convergência para sustentar tamanha diversidade de países, contextos e realidades em meio às transformações da região nas últimas décadas.

**Palavras-chave:** Foro de São Paulo; Organização; América Latina; Política; Integração; Encontros; Declarações Finais;

## ABSTRACT

The integration of Latin America, from the past to the present, has historical contours that aggregate and resonate in the political, social, economic and cultural scenario of the region. During the 1990s, 2000s and 2010s, an organization of Latin American parties and left-wing political movements, named Foro de São Paulo, took up this purpose again, through many Encontros and Declarações Finais, dignifying it as a necessity. Thus, the research is established in relationship between Foro de São Paulo and Latin America in its possibilities and alternatives emphasized in search for Unity as a path of convergence to sustain such a diversity of countries, contexts and realities in the midst of the transformations of region in the last decades.

**Keywords:** Foro de São Paulo; Organization; Latin America; Politics; Integration; Encontros; Declarações Finais;

## LISTA DE SIGLAS

AD – Ação Democrática

ADN – Aliança Democrática Nacionalista (Bolívia)

ALBA-TCP – Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América-Tratado de Comércio dos Povos

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ANR – Associação Nacional Republicana

AP – Aliança do Pacífico

AP – Ação Popular (Peru)

APC – Aliança Patriótica para a Mudança

APRA – Aliança Popular Revolucionária Americana

ARENA – Aliança Republicana Nacionalista

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAN – Comunidade Andina de Nações

CARICOM – Comunidade do Caribe

CASA – Comunidade Sul-americana de Nações

CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CD – Centro Democrático

CV – Convergência Nacional

DP – Democracia Popular

FA – Frente Ampla

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FCN – Frente de Convergência Nacional

FMI – Fórum Monetário Internacional

FMLN – Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional

FP – Força Popular

FRA – Frente Radical Alfarista

FRG – Frente Republicano Guatemalteco

FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional

FSP – Foro de São Paulo

EUA – Estados Unidos da América

GAN – Grande Aliança Nacional

GT – Grupo de Trabalho

GUE/NGL – Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde

IA – Iniciativa para as Américas  
ID – Esquerda Democrática  
IP – Internacional Progressista  
MAS-IPSP – Movimento ao Socialismo para a Soberania dos Povos  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MIR – Movimento de Esquerda Revolucionária  
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário  
MORENA – Movimento Regeneração Nacional  
MVR – Movimento V República  
NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
PAIS – Movimento Alianza Pátria Altiva i Soberana  
PAN – Partido do Avanço Nacional  
PC – Partido Conservador Colombiano  
PC – Partido Colorado  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCC – Partido Comunista de Cuba  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PDC – Partido Democrata Cristão do Chile  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PJ – Partido Judicialista  
PL – Partido Liberal  
PLC – Partido Liberal Constitucionalista  
PLD – Partido da Libertação Dominicana  
PLH – Partido Liberal Hondurenho  
PLRA – Partido Liberal Radical Autêntico  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PN – Partido Nacional  
PNH – Partido Nacional Hondurenho  
PNP – Partido Nacionalista Peruano  
PRE – Partido Roldosista Equatoriano  
PRN – Partido da Reconstrução Nacional  
PRO – Proposta Republicana  
PROSUL – Fórum para o Progresso e Desenvolvimento do Sul  
PSL – Partido Social Liberal

PSN – Partido Solidariedade Nacional  
PSP – Partido Sociedade Patriótica  
PP – Peru Possível  
PPD – Partido pela Democracia  
PPK – Peruanos para a Mudança  
PPL – Partido Pátria Livre  
PPS – Partido Popular Socialista  
PRI – Partido Revolucionário Institucional  
PRSC – Partido Reformista Social Cristão  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSCH – Partido Socialista Chileno  
PSDB – Partida da Social Democracia Brasileira  
PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PUR – Partido da União Republicana  
TLC – Tratado de Livre Comércio  
TPP – Acordo de Associação Transpacífico  
UCR – União Cívica Radical  
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas  
UNE – Unidade Nacional da Esperança  
UNO – União Nacional Opositora  
URSAL – União das Repúblicas Socialistas da América Latina  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
ZLCH – Zona Hemisférica de Livre Comércio

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Número de delegações presentes nos Encontros do FSP (1991-2001).....	27
<b>Gráfico 2:</b> Espectro ideológico dos governos da América Latina (1991-2001).....	36
<b>Gráfico 3:</b> Presença nos Encontros do FSP (2002-2010).....	45
<b>Gráfico 4:</b> Espectro ideológico dos governos da América Latina (2002-2010).....	50
<b>Gráfico 5:</b> Espectro ideológico dos governos da América Latina (2011-2019).....	81

### TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Relação dos países e delegações presentes “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda na América Latina e do Caribe” .....	23
<b>Tabela 2:</b> Encontros do FSP (1990-2001) .....	25
<b>Tabela 3:</b> Os resultados eleitorais na América Latina (1990-2001).....	34
<b>Tabela 4:</b> Encontros do FSP (2002-2010) .....	44
<b>Tabela 5:</b> Os resultados eleitorais na América Latina (2002-2010).....	49
<b>Tabela 6:</b> Encontros do FSP (2011-2019) .....	70
<b>Tabela 7:</b> Os resultados eleitorais na América Latina (2011-2019).....	80

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>22</b>
<b>1. A oposição do Foro de São Paulo aos governos e projetos neoliberais: por uma nova América Latina</b> .....	<b>22</b>
1.1 A construção e oficialização do Foro de São Paulo.....	22
1.2 A narrativa triunfante do neoliberalismo na América Latina .....	28
1.3 A (re)democratização na América Latina .....	32
1.4 A América Latina sob o pan-americanismo norte-americano .....	37
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>43</b>
<b>A aproximação do Foro de São Paulo aos novos rumos da América Latina</b> .....	<b>43</b>
2.1 A consolidação e o otimismo do Foro de São Paulo .....	44
2.2 Ascensão dos governos de esquerda na América Latina .....	47
2.3 A opção pelo novo-desenvolvimentismo .....	54
2.4 A integração da América Latina por um viés pós-hegemônico .....	62
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>69</b>
<b>A resistência do Foro de São Paulo às reviravoltas na América Latina</b> .....	<b>69</b>
3.1 A atualidade do Foro de São Paulo .....	70
3.2 A ascensão em meio ao regresso: as novas direitas latino-americanas .....	72
3.3 O retorno ao neoliberalismo em um novo momento de crise .....	82
3.4 A América Latina em disputa entre regionalismos distintos .....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>100</b>
Fontes Documentais.....	100
Bibliografia .....	103



## INTRODUÇÃO

A unidade na diversidade. São palavras que repercutem, historicamente, um complexo projeto para a América Latina. Trata-se de um legado que permeia expectativas – até mesmo utopias – e fatalidades desde o tempo das independências no século XIX ao período pós-ditatorial e pós-Guerra Fria no final do século XX e início do século XXI na região. Além de interferir, direta e indiretamente, nas conjunturas – políticas, culturais, sociais, econômicas e ideológicas – dos variados países latino-americanos no decorrer de todo esse período.

Em vista dessa extensa trajetória histórica, admite-se um “mundo” de possibilidades em se analisar, compreender e refletir sobre os projetos de integração da América Latina. Mas, com as devidas proporções de uma monografia, o recorte temporal escolhido se desdobra nas últimas três décadas entre os séculos XX e XXI – os anos 1990, 2000 e 2010. Um período que abrange a história recente da região e dos países latino-americanos em meio às disputas, transições e transformações protagonizadas desde conturbados processos eleitorais até a ascensão de lideranças, partidos e mobilizações políticas envolvidas nessa realidade.

Do ponto de vista historiográfico, o trabalho se direciona para a história política. Precisamente, para uma nova história política, baseando-se, sobretudo, no livro “Por uma história política” do historiador francês René Rémond (2003). Para o autor, os acontecimentos do século XX, principalmente em seus desdobramentos após os períodos de guerras globais, retomaram a importância da política como componente de percepção e de incidência sobre a realidade<sup>1</sup>. Ao passo que, ampliando o seu domínio através do Estado e do engajamento popular, a política passou a ser responsabilizada pelas falhas e pelos excessos existentes, mas também como a solução para os problemas em decorrência no mundo contemporâneo<sup>2</sup>.

Assim como Rémond (2003), outros historiadores, como Marieta de Moraes Ferreira (1992)<sup>3</sup> e Dinorah Lopes Rubim Almeida (2015)<sup>4</sup>, reforçam que a ascensão e o retorno do prestígio dessa nova história política culminaram com a reformulação de suas bases metodológicas e temáticas. Nisso, destaca-se, principalmente, a pluridisciplinaridade, o interesse pelas massas populacionais e a possibilidade de adequar eventos de longa, média e

---

<sup>1</sup> RÉMOND, RENÉ. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.23.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 25-26.

<sup>3</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**, n. 10, 1992, p. 266-267.

<sup>4</sup> ALMEIDA, Dinorah Lopes Rubim. A narrativa da nova história política: representações dos subterrâneos da historiografia. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UFES/PARIS-EST. 5, 2015. Vitória. **Anais**. Vitória: Laboratório de História, poder e linguagens, 2015, p. 367.

curta duração em seu escopo. Os exemplos precisos acerca dessas novas proposições se aprofundaram na participação e na vontade política em processos eleitorais, revoluções, golpes de Estado, projetos governamentais, ideológicos e partidários na atualidade.

Além disso, a nova história política também se depara, conforme Rémond (2003), com sociedades cada vez mais complexas, contraditórias e, ainda, sob interesses diversos e arbitrários<sup>5</sup>. Dessa forma, incorporam-se de imprevisibilidades que desafiam as possibilidades lógicas de explicação pelos historiadores através da história em tempo presente. Nisso, acrescenta-se o campo das mentalidades, das identidades e das memórias coletivas, além do desenvolvimento, como destaca Vavy Pacheco Borges (1996)<sup>6</sup>, de uma cultura política nesse cenário historiográfico.

Do ponto de vista temático, a proposta deste trabalho consiste na apresentação do que é, de como está documentado e o que representa o Foro de São Paulo (FSP)<sup>7</sup> – da existência e consolidação à resistência – ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010. Trata-se também do exercício de relacioná-lo a um projeto de América Latina, a partir das interpretações e diálogos aos quais a organização estabelece nesse período. Uma proposta que considera, frente ao dinâmico contexto político, econômico e internacional da região, a importância de uma organização de mais de 30 anos de história, composta inicialmente por 123 partidos, movimentos e/ou grupos políticos de esquerda de 28 países latino-americanos.

Sob esse objetivo, envolveu-se nessa proposição o desenvolvimento, sob contrastes e complementações, de três instâncias relacionadas ao FSP, sendo as duas primeiras consideradas fontes e, por último, um componente bibliográfico para este trabalho: a) os documentos oficiais da organização, especificamente, as Declarações Finais dos Encontros<sup>8</sup>; b) as contribuições a partir de intelectuais orgânicos no processo de formação e consolidação do FSP, especialmente Roberto Regalado e Valter Pomar com o livro “Foro de São Paulo: construindo a integração

---

<sup>5</sup> RÉMOND, RENÉ. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 446-447.

<sup>6</sup> BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v.9, n. 17, 1996, p. 154.

<sup>7</sup> Utilização da abreviatura do Foro de São Paulo, a partir deste e dos próximos parágrafos, com o intuito de facilitar a leitura e compreensão, além de evitar seguidas repetições.

<sup>8</sup> O trabalho obteve o acesso a essas Declarações Finais a partir do livro de Roberto Regalado e Valter Pomar (2013) que contém a íntegra desses documentos até o ano de 2013 – além das impressões e avaliações dos autores acerca dos respectivos Encontros em evidência. Ver também em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. Após esse período, as consultas foram realizadas no site oficial do FSP, como também, em portais de jornais independentes, partido políticos ligados a organização e/ou de movimentos sociais brasileiros que realizaram a cobertura de Encontros da organização a partir de 2014. Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org>>.

latino-americana e caribenha” (2013)<sup>9</sup>; c) e as interpretações a partir de autores acadêmicos, trazendo uma leitura – em tese – distanciada acerca da organização.

Sobre as Declarações Finais dos Encontros do FSP, trata-se de uma escolha que melhor representa os pontos de vista e as análises de conjuntura latino-americana debatidas pela organização no período proposto por este trabalho. Afinal, são documentos que, como atas oficiais, foram necessários para a conclusão de cada Encontro já realizado. Assim, essas Declarações Finais, diferentemente de qualquer outro documento específico dos grupos e subgrupos existentes na organização, consistem em documentos conclusivos das discussões realizadas pelo FSP e oferecem ao investigador a possibilidade de analisar suas avaliações dos desafios e projetos para a América Latina nos períodos abarcados.

Outro importante detalhe é que a consulta a essas fontes proporcionou a construção do recorte temático deste trabalho. As Declarações Finais dos Encontros do FSP apresentaram avaliações em torno: das relações e influências com os países e partidos membros da organização aos acontecimentos, contextos e realidades plurais na América Latina; e de conceitos e termos vinculados ao cenário político, ideológico, econômico e social na região. Em caráter especial, nota-se a importância dada, por exemplo, aos debates realizados pelo FSP em torno do capitalismo – principalmente em relação ao neoliberalismo –, do socialismo, da democracia e da integração regional na América Latina no decorrer das últimas décadas.

No entanto, uma das principais dificuldades encontradas no desenvolvimento deste trabalho se deu no trato com as Declarações Finais presentes em Regalado e Pomar (2013). O desafio se estabeleceu em lidar, primeiramente, com uma bibliografia, que, depois, se tornou uma fonte principal para a pesquisa acerca da organização, demandando bastante cautela para se propor análises, contestações e problematizações ao conteúdo desses documentos. Além da necessidade de se distanciar das inferências ao que foi escrito e aprovado pelo FSP nos Encontros realizados<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Trata-se de uma obra e de autores referências acerca do tema, visto que Roberto Regalado é filiado ao Partido Comunista de Cuba (PCC) e Valter Pomar é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil. Ambos partidos que lideraram a formação do Foro de São Paulo na década de 1990. Pomar, inclusive, atuou como Secretário Executivo do Foro de São Paulo entre os anos de 2005 a 2013. Enquanto Regalado possui outras obras em relação ao Foro de São Paulo, como o livro “Encuentros y desencuentros de la izquierda latino-americana: una mirada desde el Foro de São Paulo”, publicado em 2008. Ver também em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

<sup>10</sup> No livro referido, os autores apresentam detalhes da organização e dos principais membros, seguido da íntegra das Declarações Finais, de cada um dos Encontros do FSP de 1990 a 2013. Por isso, ao citar trechos dessas Declarações Finais ao longo dos capítulos deste trabalho, é mencionado a obra do Regalado e Pomar (2013). Além das citações que se baseiam em opiniões, avaliações e interpretações pessoais dos autores. Nesse sentido, quando

Em vista disso, compreende-se Regalado e Pomar como intelectuais orgânicos do FSP. Sob perspectiva gramsciana, “cada grupo social (...) cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”<sup>11</sup>. Em tradução de Maria Lúcia Duriguetto (2014), “o que Gramsci afirma é que todo grupo social necessita da criação de intelectuais para a legitimação de sua posição de classe”<sup>12</sup>. No entanto, o acréscimo do aspecto “orgânico” gramsciano, como salienta Rodrigo Diaz de Vivar y Soler (2017), é a singularidade de um intelectual que se afasta tanto do conservadorismo tradicional quanto do dogmatismo revolucionário<sup>13</sup>.

Desse modo, espelha-se esse conceito para se compreender a relação de Regalado e Pomar com o FSP a partir do envolvimento interno e do domínio de informações e interpretações que possuem acerca da organização e suas conseqüentes projeções e objetivos para a América Latina. A partir de Gramsci e seus respectivos estudiosos e tradutores, Regalado e Pomar são entendidos, neste trabalho, como integrantes e representantes dos interesses, dos projetos e das ações ideológicas do FSP – e seu conjunto extenso de envolvidos – para a construção de uma contra-hegemonia que vislumbra a transformação da América Latina.

Para além dos seus intelectuais engajados, ressalta-se que o FSP, ao longo de décadas de existência, buscou a promoção de Encontros anuais da organização em diferentes e espalhados países latino-americanos. São Encontros que protagonizaram as posições, discussões e deliberações do FSP, dentro de suas estruturas e divisões estratégicas, como o destacado Grupo de Trabalho (GT)<sup>14</sup>, a fim de fortalecer e consolidar consensos em prol de uma unidade e, conseqüentemente, uma identidade do grupo a partir de pilares, objetivos e caminhos a serem projetados e cumpridos.

---

se tratar da documentação oficial do FSP, o ano do Encontro e da Declaração Final em questão se apresenta anterior à citação, sobretudo, direta; quando se tratar do ponto de vista dos autores, a indicação também se estabelece previamente ao citado.

<sup>11</sup> GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, C 12, § 1, p. 1513 e 1516/v. 2, p. 15. Ver também em: DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. Soc. Soc.**, n. 118, 2014, p. 281.

<sup>12</sup> DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. Soc. Soc.**, n. 118, 2014, p. 282.

<sup>13</sup> SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 2, 2017, p. 542.

<sup>14</sup> O Grupo de Trabalho (GT), formado no II Encontro do FSP, é uma das principais instâncias organizativa do FSP. Ao longo do tempo, apenas formada pelos partidos políticos e movimentos sociais fundadores, como o caso do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PT), Esquerda Unida do Peru, Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional de El Salvador (FMLN), Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua (FSLN), Partido Comunista de Cuba (PCC), Frente Ampla do Uruguai (FA), Partido da Revolução Democrática do México (PRD), Movimento Lavalás do Haiti e Movimento Bolívia Livre. O GT, dentro de suas atribuições, realiza a programação dos Encontros.

Ao todo, este trabalho acompanha 25 Encontros do FSP, ocorridos entre os anos de 1990 a 2019. Sob raros intervalos, realizou-se, praticamente, 1 Encontro para cada ano de existência da organização que, em 2020, completou 30 anos. Em consideração a essa regularidade, estruturou-se a ideia de se dividir o FSP em fases, a fim de identificar os possíveis momentos da organização em relação aos diferentes agentes, perspectivas e realidades latino-americanas inseridas nesse processo. Além de ser um exemplo que salienta a complexa trajetória do FSP em suas dinâmicas e interesses internos ao longo de todas essas décadas.

Nesse sentido, faz-se presente a tentativa de divisão do FSP em três fases, de acordo com a relação envolvendo o tempo cronológico, a ocorrência de Encontros e a conjuntura política em vigência na região, sobretudo, aos países envolvidos com a organização. Nisso, compreende-se, neste trabalho: a primeira fase entre os anos de 1990 a 2001; a segunda fase entre os anos de 2002 a 2010; a terceira fase entre os anos de 2011 a 2019. Trata-se de uma construção historiográfica escolhida ao se avaliar as mudanças e (des)continuidades internas da organização e de suas posições, estratégias e disputas frente, principalmente, aos governos, aos processos eleitorais e as iniciativas econômicas e regionalistas na América Latina desse período.

No entanto, essa proposta não é uma novidade em relação aos trabalhos acerca do FSP. Inclusive, a proposta presente neste texto é influenciada pelas já existentes divisões da organização estabelecidas por parte de autores ligados ao FSP, como os já citados Roberto Regalado e Valter Pomar (2013)<sup>15</sup> e, também, autores cujos estudos voltaram-se para questões referentes à organização, como os casos das dissertações de Ricardo Abreu de Melo (2016)<sup>16</sup> e Yuri Soares Franco (2020)<sup>17</sup>. Inclusive, em vista deste autor, salienta-se, ainda mais, a aproximação metodológica por buscar a caracterização das “ondas” políticas presentes na América Latina desse período.

---

<sup>15</sup> Regalado e Pomar classificam o FSP em três etapas, sendo elas: primeira etapa (1990-1998); segunda etapa (1998-2009); e terceira etapa (2009-2013). Ver também em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.213.

<sup>16</sup> Melo propôs quatro fases ou etapas envolvendo a organização: a fundação ou nascimento (1990-1993); a definição de sua personalidade (1993-2002); a adolescência em crise (2002-2007) e a maioridade política (2007-2015). Ver também em: MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 88.

<sup>17</sup> Em análise recente acerca das Declarações Finais dos Encontros do FSP, Franco considera três períodos do FSP, sendo o primeiro período (1990-2001); o segundo período (2002-2015); e um terceiro período (2016-2019). Ver também em: FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)**. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 153.

Por se tratar de um extenso recorte temporal e temático, delimitou-se esta monografia em três capítulos, a fim de garantir que o FSP e a sua projeção e relação com a América Latina sejam contemplados em todos os momentos deste trabalho. Assim, como consequência dessa metodologia adotada, os capítulos produzidos se articulam e acompanham a divisão de fases do FSP em meio aos cenários político-econômicos e ideológicos da América Latina nas décadas de 1990, 2000 e 2010.

No primeiro capítulo, o enfoque se estabelece na primeira fase do FSP (1990-2001), evidenciando tanto o período de formação e consolidação da organização e das esquerdas latino-americanas quanto o processo de redemocratização da América Latina cujos pilares se deram por governos neoliberais, de direita e sob um cenário geopolítico ligado às influências e interesses estrangeiros, sobretudo dos Estados Unidos (EUA), em alianças com as elites e burguesias locais na década de 1990 e início dos anos 2000.

No segundo capítulo, conseqüentemente, avança-se para a segunda fase do FSP (2002-2010) em meio a guinada à esquerda em diversos governos latino-americanos – a maioria destes ligados à organização e batizado pelos estudos das ciências política e humanas como “Onda Rosa” – ao longo da década de 2000 e início dos anos 2010. Por conta dessa ascensão, mesclasse, também, tanto a trajetória e o desenvolvimento do FSP quanto a conjuntura política, ideológica e econômica da América Latina.

No terceiro e último capítulo, encerra-se este trabalho com a terceira fase do FSP (2011-2019) e uma conjuntura latino-americana que decorre a década de 2010. Contudo, diferente dos capítulos anteriores, a ascensão de novas direitas latino-americanas e as dificuldades de resistência por parte das esquerdas da região, no contexto de emergência de neogolpismos e autoritarismos, impactam no FSP – que passa a ser um alvo de ataques e conspirações políticas presentes em cotidiano.

Diante disso, espera-se apresentar uma atualidade em torno das produções do Foro de São Paulo e seus possíveis envolvimentos e impactos para com a conjuntura latino-americana nos últimos 30 anos. Trata-se de um primeiro passo para, em uma futura oportunidade de escrita, se debruçar ou aprofundar em outras possibilidades de pesquisa em torno da organização e da América Latina. Ambas que se assemelham e em trajetórias, perspectivas e momentos históricos comuns na contemporaneidade. Não sem razão, o lema do Foro de São Paulo é a unidade na diversidade. Um símbolo representativo ao se pensar na América Latina entre amplas e profundas realidades ainda em processo de construção.

## CAPÍTULO I

### 1. A oposição do Foro de São Paulo aos governos e projetos neoliberais: por uma nova América Latina

O presente capítulo busca a compreensão em torno dos dez primeiros Encontros do FSP, do período correspondente aos anos de 1990 a 2001, configurando a proposta de uma primeira fase para esta organização. Nessa proposta, salienta a oposição do FSP à conjuntura da América Latina nesse período. Em destaque, a organização apresenta críticas direcionadas, no âmbito da política externa, aos EUA – em aliança com as elites locais – e seus projetos voltados para a América Latina e manifesta discordâncias ideológicas, políticas e econômicas em relação aos governos latino-americanos – majoritariamente de direita – e as influências do neoliberalismo sobre eles em pleno processo de redemocratização na região.

Para além das contestações e divergências à realidade latino-americana, complementa-se que a oposição do FSP ambiciona, durante mais de uma década, a construção de uma alternativa de poder, de governo e de integração para a América Latina em sua diversidade de países – especialmente aos países que possuíam representações nos Encontros do FSP. Um objetivo complexo que se alinhou sob consensos internos, mas que apresentou dificuldades e tensões ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 – o que também acompanha as fases posteriores.

Desse modo, trata-se de um início em meio aos desafios e transformações internas e externas na assimilação da identidade da organização e sua relação para com a América Latina. A criação de uma organização, como o FSP, que integrasse a diversidade de uma região continental como a América Latina não seria um processo nada simples ou em definitivo. Não sendo a primeira e nem mesmo a última tentativa ou possibilidade de agrupamento latino-americano, a primeira fase do FSP apresenta elementos significativos e importantes para a compreensão da realidade e do momento latino-americano desse período.

#### 1.1. A construção e oficialização do Foro de São Paulo

O FSP, assim chamado e idealizado enquanto organização, se originou a partir do “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda na América Latina e do Caribe”<sup>18</sup>. Um

---

<sup>18</sup> Somente no segundo Encontro do núcleo participativo do “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe”, em 1991, é que se promoveu a disposição em torno do nome “Foro de São Paulo” sob muitas controvérsias e apelos discutidos neste espaço. Ver também em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 17.

evento, ocorrido em 1990, na cidade de São Paulo, que se estabelecia como um dos exemplos de reuniões que começavam a se tornar recorrentes e necessárias no ambiente, sobretudo, político e ideológico de pós-Guerra Fria na região. Para Melo (2016), havia três fatores preponderantes, em caráter mundial, que atraía os interesses dos países latino-americanos para a construção desse tipo de evento: a unipolaridade dos Estados Unidos; a derrota e fragmentação das experiências socialistas; e o advento e avanço do neoliberalismo<sup>19</sup>.

Mesmo sem a construção definitiva em torno de uma organização, visto que o evento “(...) seria celebrado apenas uma vez, e não um ato consciente de criação de um Foro político”<sup>20</sup>, o primeiro Encontro<sup>21</sup> mobilizou a presença de 48 delegações de 14 países latino-americanos. Nesse momento, não se tratava de membros definitivos ao longo da construção do FSP que aconteceria em anos posteriores. Nem mesmo se consolidou a formação de instâncias diretivas, como secretarias ou grupos de trabalho, a partir desse Encontro. A configuração dos presentes deste momento, conforme Roberto Regalado e Valter Pomar (2013), eram:

**Tabela 1:** Relação dos países e das delegações políticas presentes no “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda na América Latina e do Caribe”

País	Delegações
Argentina	Grupo dos Oito Frente Esquerda Unida Movimento ao Socialismo (MAS) Movimento dos de Abaixo Movimento dos Descamisados Partido Comunista Argentino Partido Intransigente (PI) Partido Intransigência Revolucionária Partido Socialista Popular (OS) Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PTS) Partido Operário (PO) Unidade Socialista (US)
Bolívia	Eixo de Convergência Patriótica (ECP) Partido Comunista Boliviano (PCB)
Brasil	Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Comunista do Brasil (PCdoB) Partido Comunista Brasileiro (PCB) Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT)

<sup>19</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 86.

<sup>20</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 10.

<sup>21</sup> A proposta de manter a palavra “encontro” sob a grafia de “Encontro” consiste na identificação, reforçada, das reuniões realizadas pelo FSP ao longo de sua existência.

	Partido Socialista Brasileiro (PSB)
Colômbia	Partido Comunista Colombiano (PCC) União Patriótica (UP)
Chile	Esquerda Cristã Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) Partido Comunista do Chile (PCCh)
Cuba	Partido Comunista Cubano (PCC)
El Salvador	Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN)
Equador	Libertação Nacional Movimento Popular Democrático (MPD) Partido Comunista do Equador Partido Socialista do Equador Partido Socialista Popular
México	Partido da Revolução Democrática (PRD) Partido Popular Socialista (PPS)
Paraguai	Corrente Pátria Livre Partido Comunista Paraguaio (PCP) Partido Revolucionário Febrerista (PRF) Partido dos Trabalhadores (PT)
Peru	Movimento ao Socialismo Partido Comunista Peruano (PCP) Partido Unificado Mariateguista (PUM) Partido Comunista Revolucionário Unidade Democrática e Popular
República Dominicana	Partido Comunista Dominicano (PCD)
Uruguai	Frente Ampla (FA)
Venezuela	Causa Radical (LCR) Movimento ao Socialismo (MAS) Movimento Eleitoral do Povo (MEP) Partido Comunista de Venezuela (PCV)

Fonte: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 263.

Sob a liderança do PT do Brasil, que protagonizou o processo de convite para os representantes do próprio país e dos demais vizinhos<sup>22</sup>, houve a presença de correntes ideológicas diversificadas da esquerda latino-americana nesse primeiro Encontro. De acordo com a própria Declaração de São Paulo<sup>23</sup>, documento construído ao final desse Encontro e sob a aprovação dos representantes presentes, houve a participação de vários segmentos ou correntes explicitamente socialistas às denominações somente anti-imperialistas. Indo além,

<sup>22</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 10.

<sup>23</sup> Considerada o primeiro registro ou marco documental da história desta organização. O documento, na íntegra, pode ser encontrado através deste link: < <https://forodesaopaulo.org/declaracion-final-sao-paulo-1990/>>.

Melo (2016) especifica mais grupos, citando, por exemplo, marxistas, trotskistas e social-democratas envolvidos nesse momento de criação da organização<sup>24</sup>.

Em vista disso, essa configuração atesta para as motivações desse primeiro Encontro. A junção de diferentes correntes ideológicas era um sinal de que, conforme Franco (2020), “(...) o PT e outros partidos latinos não se viam totalmente representados pelas organizações internacionais ou pelas entidades locais já existentes”<sup>25</sup>. Sob essa crítica às históricas e globais associações de esquerda, a proposta do Encontro era de estabelecer um espaço de abertura e de diálogo entre diferentes vertentes, sem estabelecer hierarquias. Assim, o caminho se daria por promover consensos entre grupos políticos que não dialogavam, mas que se comprometiam a se relacionar diante do cenário adverso para as esquerdas globais no pós-Guerra Fria.

Além desse fator, um dos principais desafios do FSP nesse período, a partir da Tabela 1, consistiu em descentralizar o predomínio sul-americano em sua composição interna. No primeiro Encontro, os representantes da América do Sul eram 43 de 48 participantes – só a Argentina compareceu ao Encontro com 12 partidos e/ou movimentos políticos. Em relação a América do Norte latina, Central e o Caribe, restou uma parte minoritária de 5 delegações – com representantes de Cuba, El Salvador, México e República Dominicana.

Diante dessa inicial discrepância, admite-se a tentativa de solucionar este problema ao se organizar Encontros – já com o nome de “Foro de São Paulo”<sup>26</sup> – em países como México, Nicarágua, El Salvador e Cuba nessa primeira fase. Além de projetar a inclusão de representações de países como Honduras, Costa Rica e Guatemala que, no primeiro Encontro,

---

<sup>24</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 17.

<sup>25</sup> FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)**. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 76.

<sup>26</sup> Em 1991, na Cidade do México, capital mexicana, estabelece-se o II Encontro que passa a ser rebatizada como o “II Encontro dos Partidos e Movimentos Políticos do Foro de São Paulo”<sup>26</sup>. em 1991, na Cidade do México, capital mexicana, estabelece-se o II Encontro que passa a ser rebatizada como o “II Encontro dos Partidos e Movimentos Políticos do Foro de São Paulo”. Uma nomenclatura que gerou bastante debate entre as representações reunidas, surgindo alternativas como o “Encontro de Partidos e Organizações Democráticas e Populares da América Latina e do Caribe”. Entretanto, a denominação que fazia menção à Declaração de São Paulo, popularizada posteriormente em “Foro de São Paulo”, se sagrou vencedora, justamente, por refletir uma identificação com as origens da futura organização e por reforçar a pluralidade de forças políticas envolvidas. Ver também em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 18.

não apresentaram delegações<sup>27</sup>. A tabela, a seguir, é um exemplo que constata a diversidade de países-sedes dos Encontros da organização ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000:

**Tabela 2:** Encontros do FSP (1990-2001)

<b>Número do Encontro</b>	<b>Local programado</b>	<b>Período de ocorrência</b>
I Encontro	São Paulo (Brasil)	2 a 4 de julho de 1990
II Encontro	Cidade do México (México)	12 a 15 de julho de 1991
III Encontro	Manágua (Nicarágua)	16 a 19 de julho de 1992
IV Encontro	Havana (Cuba)	21 a 24 de julho de 1993
V Encontro	Montevideu (Uruguai)	25 a 28 de maio de 1995
VI Encontro	São Salvador (El Salvador)	26 a 28 de julho de 1996
VII Encontro	Porto Alegre (Brasil)	31 de julho a 3 de agosto de 1997
VIII Encontro	Cidade do México (México)	29 a 31 de outubro de 1998
IX Encontro	Manágua (Nicarágua)	17 a 21 de fevereiro de 2000
X Encontro	Havana (Cuba)	4 a 7 de dezembro de 2001

Fonte: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.262.

Essas limitações deparadas no início do FSP quanto a participação dos países América do Norte latina, Central e o Caribe é amparada por Franco (2020), a partir de Regalado (2008)<sup>28</sup>, pela dificuldade financeira dos partidos e representações de esquerda desses locais – como os custos de viagens, por exemplo – e por um “(...) histórico de distanciamento político e cultural dos países dessa região com o continente”<sup>29</sup>. Aliás, de acordo com o autor, a presença nos Encontros do FSP só foi facilitada quando eram realizadas em Havana, capital cubana, pela proximidade geográfica e pela conjuntura política desse país enquanto sede<sup>30</sup>.

Sob esse distanciamento geográfico e político, a unidade na diversidade do FSP já apresenta suas limitações, restrições e particularismos. Mas, ao se voltar para o Tabela 2, nota-se o interesse da organização em diversificar e ampliar a realização de Encontros para além da América do Sul. Nessa primeira fase, inclusive, dos dez Encontros a serem analisados, três ocorreram em países sul-americanos – Brasil e Uruguai –, enquanto que os sete restantes se

<sup>27</sup> No IV Encontro do FSP (1993), um anexo de membros participantes e ativos na organização é apresentada por Regalado e Pomar (2013). Consta-se 141 delegações, tendo 50 representantes da América do Norte latina, Central e do Caribe. Ver também em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 265-268.

<sup>28</sup> REGALADO, Roberto. **Encuentros y desencuentros de la izquierda latino-americana**. Uma mirada desde el Foro de São Paulo. Cidade do México: Ocean Sur, 2008, p.176.

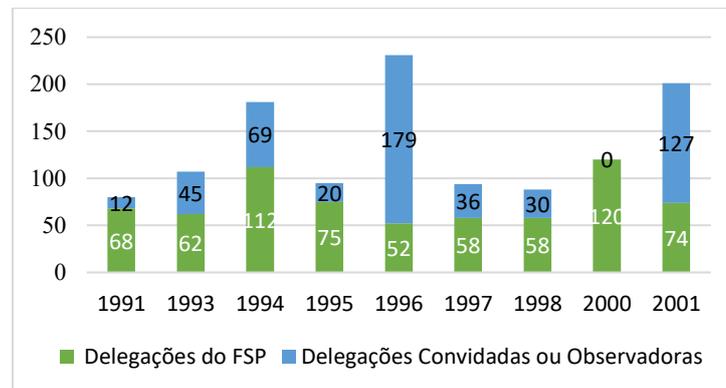
<sup>29</sup> FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)**. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 157.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 157.

dividiram nas outras regiões do Norte, Central e Caribe – Cuba, El Salvador, Nicarágua e México. Uma medida importante dessa busca por integração interna, mas, de fato, suficiente?

Apesar disso, uma exemplificação do processo de consolidação e convergência do FSP pode ser representado pela expansão, abertura e regularidade de presenças nos Encontros posteriores da organização. Inclusive, Encontros que obtiveram representações para além dos territórios latino-americanos. Isto é, gradativamente, os Encontros conviveram com a presença de representações de outros continentes e regiões do mundo, desde a Europa ao Oriente Médio. Em termos numéricos, apesar das oscilações no decorrer da década de 1990 e início dos anos 2000, o gráfico<sup>31</sup>, a seguir, expressa o crescimento que o FSP alcança nos nove Encontros posteriores ao primeiro Encontro – restrito à América Latina<sup>32</sup>.

**Gráfico 1:** Número de delegações presentes nos Encontros do FSP (1991-2001)



Fonte: Elaboração Própria

Sob os dados presentes no Gráfico 1, indica-se a construção de uma organização permanente, buscando convergir e aprofundar os interesses e os objetivos ideológicos, políticos e estratégicos das delegações remanescentes e inéditas em relação ao primeiro Encontro. Com isso, destaca-se o fortalecimento e a ampliação em torno das delegações presentes nos Encontros e a gradativa presença de delegações na condição de observadoras ou convidadas pelo FSP ao longo de sua primeira fase.

<sup>31</sup> O gráfico construído se baseia na compilação de informações acerca dos Encontros do FSP a partir das Declarações Finais.

<sup>32</sup> O detalhamento numérico em torno da ampliação do FSP, ao longo da década de 1990, se dá pela ausência dos nomes dos membros, convidados e observadores nas documentações oficiais da organização. A exceção, trazida em Regalado e Pomar (2013), se deu no IV Encontro (1993) em que se consta quais partidos e movimentos políticos de esquerda integravam o FSP à época – o que não significa presença no Encontro em questão. Ver também em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 265-268.

No entanto, em relação às delegações convidadas ou observadoras, Regalado e Pomar (2013) relatam que, no II Encontro (1991), adotou-se dois acordos internos no FSP: não estimular a presença de observadores estrangeiros; e não propor soluções que pudessem se tornar “temas extracontinentais”<sup>33</sup>. Em 1992, em preparativos para o III e IV Encontro (1992 e 1993), o FSP é apresentado como:

“(…) um âmbito de convergência de partidos, organizações e movimentos políticos da esquerda da América Latina e do Caribe, destinado a refletir, analisar, discutir e procurar linhas de ação conjunta, projetos e propostas alternativas acerca dos grandes e principais temas de interesse comum, nesta hora, dos nossos países e em nossa região.”<sup>34</sup>

Uma apresentação da organização que articula o conjunto de características consensuais assimiladas e transformadas pelos envolvidos ao longo dos Encontros dessa primeira fase. Na Declaração de São Paulo, o “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda na América Latina e do Caribe” (1990) se definiu sob os lemas “(...) de esquerda, socialistas, democratas, populares e anti-imperialistas”. No entanto, como argumenta Melo (2016), tais pilares foram ratificados no IV Encontro da organização (1994) como “uma ampla frente antineoliberal e anti-imperialista”<sup>35</sup>, omitindo definições, destacadas pelo autor, como anticapitalista, revolucionário e/ou socialista.

Nesse ponto, se enfatiza um importante desafio a ser encarado pelo FSP ao longo dessa década, conforme Melo (2016)<sup>36</sup> e Franco (2020)<sup>37</sup>. Como conviver com abrangência de correntes ideológicas, entre “novas” e “velhas” esquerdas, sem entrar em uma crise de identidade como organização? O caminho para isso: o consenso. Uma ação que se desenvolveu desde aproximar grupos ideológicos mais parecidos e até identifica-los enquanto “progressistas” à própria definição, sob muitos debates, pelo nome “Foro de São Paulo”, agradando grande parte dos envolvidos. Apesar de naturais adversidades entre diferentes correntes de esquerda, o FSP buscou superá-las a partir do seu diferencial como organização: a articulação política e a democracia interna.

---

<sup>33</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 19.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p.53.

<sup>35</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 91.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 90.

<sup>37</sup> FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)**. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 79.

Em vista desses pilares, há elementos que apresentam, ao menos nas Declarações Finais desse período, convergências em relação as pautas ou temáticas abordadas nos Encontros do FSP em sua primeira fase. Assim, nos próximos tópicos deste capítulo, segue-se os debates em torno do neoliberalismo e suas consequências diretas e indiretas para a realidade latino-americana; da integração regional e seu respectivo caráter latinoamericanista<sup>38</sup>; e da democracia na América Latina, destacando o âmbito político-eleitoral em vista dos projetos de governo e de poder pelas esquerdas latino-americanas na década de 1990 e início dos anos 2000.

## 1.2 A narrativa triunfante do neoliberalismo na América Latina

Os dez primeiros Encontros do FSP (1990-1991) avaliam, a partir das Declarações Finais desse período, a incidência do neoliberalismo na América Latina. Um fenômeno que avançava desde a década de 1980, mas que se consolidou na década de 1990 na região. A aplicação da doutrina neoliberal, sob a lógica de uma necessária reestruturação econômica aos países da América Latina, se traduziu por um “(...) processo de maior submissão dos Estados nacionais aos interesses imperialistas dos países desenvolvidos”<sup>39</sup>, conforme explicitado na Declaração do México<sup>40</sup>, no II Encontro (1991).

Desde as décadas de 1970 e 1980, há o crescimento e a consolidação do neoliberalismo no mundo – principalmente nos países de capitalismo avançado. Nesse sentido, conforme Perry Anderson (1995), a proposta neoliberal contava com uma série de procedimentos que prometiam melhorar os aspectos sociais, políticos e econômicos da realidade vigente. Para isso, a busca dessa doutrina era de se voltar para a estabilidade econômica, a partir de reformas e de controle no teor orçamentário e fiscal, mesmo sob a consequência de atrair déficits sociais<sup>41</sup>.

Nesse sentido, é importante reforçar que, conforme José Paulo Netto (1995), “(...) a ofensiva neoliberal [da década de 1990] tem sido, no plano social, simétrica à barbarização da

---

<sup>38</sup> De acordo com o Melo (2016), o FSP, ao se voltar para a pauta de integração regional da América Latina, resgata ideias das lutas independentistas da região ocorridas entre os séculos XIX e XX por lideranças como Simón Bolívar. Não só resgata, como também, busca atualizar e se incorporar dessas ideias que compõem esse status “latinoamericanista”. Ver também: MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 50.

<sup>39</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 27.

<sup>40</sup> A Declaração do México, de 1991, assim como a Declaração de São Paulo, de 1990, também possuiu uma denominação própria. A partir do III Encontro do FSP, as Declarações Finais não possuem um nome próprio, seguindo, portanto, a referência ao número do Encontro realizado.

<sup>41</sup> ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir.; GENTILI, Pablo. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.2.

vida societária”<sup>42</sup>. Em outras palavras, como esclarece Cesar Candioto (2012), “(...) a luta por políticas sociais equânimes jamais foi o objetivo principal do neoliberalismo”<sup>43</sup>. Assim, constata-se que o neoliberalismo, em sua implementação, se desprende de preocupações para com investimentos e resoluções de problemas sociais. Aliás, são tratados como retrocessos históricos, naturalizando cenários de desigualdade e desmobilizando o papel social do Estado.

Para além disso, a narrativa neoliberal ao ser executada, em pouco mais de uma década, não decolou economicamente na América Latina. O balanço econômico da década de 1990 entregou um gradativo cenário de crise marcado, como ressalta Emir Sader (1995), por prejuízos e instabilidades financeiras, industriais e sociais aos países latino-americanos nesse período<sup>44</sup>. As décadas anteriores – de 1960 a 1980 – também não colaboraram para que, a partir de um livre mercado e da diminuição do Estado, se produzisse o progresso prometido.

Na Declaração Final do III Encontro do FSP (1992), o grave cenário econômico é responsabilizado ao “Norte” – referência aos EUA e sua influência na geopolítica global e, sobretudo, no continente americano – pela implementação e intensificação de um capitalismo neoliberal dependente em territórios latino-americanos<sup>45</sup>. Para o FSP, como disposto na Declaração Final do IV Encontro da organização (1993), a culpa por um cenário econômico problemático, como apontado acima, se deu pela:

“(...) abertura indiscriminada da economia, a confiança cega no mercado, um mercado controlado por oligopólios e transnacionais; a organização da economia em função de garantir o pagamento da dívida externa e a sujeição a políticas definidas no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial.”<sup>46</sup>

A influência de organizações regulatórias internacionais nos países latino-americanos desse período, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, apontadas pelo FSP, também aparecem em Candioto (2012). O autor ressalta que a atuação dessas agências focalizadas em auxiliar no desenvolvimento dos países que possuem problemas financeiros de longa data se prontifica em pressionar, a partir de planos de estabilização e empréstimos volumosos, na diminuição dos investimentos públicos para se adaptar às

---

<sup>42</sup> NETTO, José Paulo. **Repensando o balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir.; GENTILI, Pablo. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.32.

<sup>43</sup> CANDIOTTO, Cesar. Neoliberalismo e Democracia. Natal: Princípios, v.19, n. 32, 2012, p.166.

<sup>44</sup> SADER, Emir. **A hegemonia neoliberal na América Latina**. In: SADER, Emir.; GENTILI, Pablo. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.36-37.

<sup>45</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.39.

<sup>46</sup> Ibid., p.58-59.

condições e aos interesses do mercado internacional<sup>47</sup>. Assim, o “Norte”, como aponta o FSP, é passível de responsabilização pelo contexto e momento econômico da América Latina.

Sob esses efeitos e em números alarmantes, Luiz Alberto Moniz Bandeira (2002) explora o envolvimento do neoliberalismo no agravamento de crises econômicas na América Latina de 1990<sup>48</sup>. Em destaque, o autor exemplifica o Brasil “(...) como um dos países com maior desigualdade na distribuição de renda, em que a indigência e a pobreza de amplas camadas sociais coexistiam com a ostentação da riqueza e o consumo supérfluo de alguns poucos”<sup>49</sup>. Ademais, Candiotti (2012) explicita que “(...) países como Argentina e México, desde 1994, registraram o aumento vertiginoso de pobreza e indigência, com visível retrocesso social”<sup>50</sup> e que “(...) a Bolívia continuou a ser um dos países mais pobres da América Latina e nenhuma pesquisa apontou que a implantação do neoliberalismo tenha diminuído a faixa de pobreza naquele país durante o período de sua vigência”<sup>51</sup>.

No entanto, Regalado e Pomar (2013), em comentários sobre o V Encontro do FSP (1995), declaram que “(...) as forças neoliberais afirmavam que a crise não era culpa dessa doutrina, mas de sua insuficiente e lenta aplicação”<sup>52</sup>. Em vista disso, a Declaração Final do VI Encontro do FSP (1996) destaca o contrário: “(...) após dez anos de aplicação do modelo econômico neoliberal, os resultados para a generalidade dos países da América Latina e do Caribe são essencialmente os mesmos”<sup>53</sup>. Na Declaração Final do IX Encontro (2000), a organização afirma que:

“(...) A doutrina neoliberal responde, em realidade, a interesses econômicos e políticos dos que estão dispostos a sacrificar e exterminar uma maioria da humanidade para manter uma diabólica e vertiginosa corrida em prol da acumulação de riqueza, em magnitudes quase inimagináveis.”<sup>54</sup>.

Dentro dessa realidade, Rosana Soares Campos (2017), ao se voltar para a pobreza na região, evidencia, com base nos dados da Comissão Econômica para a América Latina e o

---

<sup>47</sup> CANDIOTTO, Cesar. Neoliberalismo e Democracia. Natal: Princípios, v.19, n. 32, 2012, p.168-170.

<sup>48</sup> O autor apresenta um detalhamento das principais economias latino-americanas no auge do neoliberalismo da década de 1990 que sofreram, principalmente, com aumento de dívidas externas e, conseqüentemente, comprometendo o Produto Interno Bruto (PIB) de países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai e dentre outros. Ver também em: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 45, n. 2, 2002.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p.138.

<sup>50</sup> CANDIOTTO, Cesar. Neoliberalismo e Democracia. Natal: Princípios, v.19, n. 32, 2012, p.170.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p.169.

<sup>52</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.66.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p.79.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p.121.

Caribe (CEPAL) de 2000<sup>55</sup>, que mais de 40% da população latino-americana se encontrava nesta condição social. Em números absolutos, trata-se de 211 milhões de pessoas ao final da década de 1990 – o que se agravou, gradativamente, durante esses anos. Indo além, conforme a análise dos dados pela autora, o número de pessoas na extrema pobreza chega ao patamar de 89,4 milhões de pessoas em 1999, representando 18,5% da população regional<sup>56</sup>.

A partir desses números, compreende-se o triunfo político e ideológico do neoliberalismo – mesmo sob resultados econômicos contestáveis do ponto de vista social. Os efeitos negativos atribuídos às suas medidas e promessas não foram consequências de conjuntura. Trata-se, na verdade, de um componente estrutural do próprio neoliberalismo, como já ressaltado anteriormente. Consoante a isso, Daniel Alberto Suárez-Perozo e Vinícius Figueiredo Silva (2021), ressaltam a imposição de padrões políticos e socioeconômicos globais pelo neoliberalismo, ignorando a particularidade e a diversidade de realidades, nesse caso, dos países latino-americanos<sup>57</sup>. Em concordância, Perry Anderson (1995) avalia que

“Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.”<sup>58</sup>

Desse modo, Candiottto (2012) complementa que, para o neoliberalismo, a “(...) democracia deve somente criar condições viáveis para que o mercado funcione bem e segundo suas próprias regras”<sup>59</sup>. Assim, está na história a preferência do neoliberalismo em se associar a regimes ditatoriais ou antidemocráticos, visto que eram formas de governo que facilitavam a implementação de suas características. Todavia, na medida que foram modelos superados, a agenda neoliberal se apropriou dessa mudança e o exemplo disso foi a redemocratização e o funcionamento das democracias na América Latina dos anos 1990 e início dos anos 2000.

<sup>55</sup> COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. **Panorama Social da América Latina**. Santiago, 2000.

<sup>56</sup> CAMPOS, Rosana Soares. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. *Polis*, 47, 2017, p.10-11.

<sup>57</sup> SUÁREZ-PEROZO, Daniel Alberto. SILVA, Vinícius Figueiredo. Neoliberalismo e instabilidade política na América Latina: um olhar histórico-analítico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 14 e 15., 2021, Varginha. *Anais* [...] Varginha: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2021, p.7.

<sup>58</sup> ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.12.

<sup>59</sup> CANDIOTTO, C. Neoliberalismo e Democracia. *Natal: Princípios*, v.19, n. 32, 2012, p.164.

### 1.3.: Os reflexos da (re)democratização na América Latina

O princípio dos Encontros do FSP, a partir da Declaração de São Paulo presente no “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda na América Latina e do Caribe” (1990), evidencia o papel das burguesias latino-americanas no cenário político-eleitoral da região. Nesse primeiro momento, para a organização em construção, esses setores dominantes atuavam “(...) como cúmplices e beneficiários da imposição de democracias controladas para resguardar seus interesses comuns e a hegemonização do poder nos níveis local e internacional”<sup>60</sup>.

Sob essa realidade, as discussões se encaminhavam, ao longo destes e de posteriores Encontros, em como as esquerdas latino-americanas – principalmente integrantes do FSP – se organizariam em relação às pretensões eleitorais, mas, também, aos projetos de poder. Na Declaração Final do VII Encontro (1997), destaca-se os debates internos da organização entre projetos pautados por meio de reformas ou através da luta revolucionária<sup>61</sup>. Em meio aos impasses gestados, a convergência mais ampla desse debate optou pela preparação e participação nas eleições legislativas e executivas latino-americanas vigentes ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000.

Diante dessa escolha, é preciso apenas ressaltar que, pela abrangência de correntes ideológicas na organização, as ideias em torno de uma revolução não são homogêneas no FSP – ainda mais nessa primeira fase. Nem mesmo, se pautando, por exemplo, em nichos específicos presentes na organização, como os grupos socialistas, não se chega a uma concordância sobre o que seria a noção de socialismo, como destaca Franco (2020)<sup>62</sup>. Em razão disso, ao trazer a Declaração Final do VIII Encontro (1998), o autor esclarece que a ideia de revolução para o FSP perpassa por

“(...) uma transformação profunda da sociedade, que deverá ser alcançada reafirmando e recriando a democracia, aspecto essencial de qualquer projeto alternativo. (...) O avanço de uma nova democracia passa por alcançar maior poder político para o povo e devolver às instituições do Estado-nação a capacidade de tomada de decisão que lhe permite cumprir suas funções de mediação social.”<sup>63</sup>

<sup>60</sup> FORO DE SÃO PAULO. **Declaração de São Paulo**. São Paulo, 1990. Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/consenso-de-nossa-america-managua-nicaragua-10-de-janeiro-de-2017/>>.

<sup>61</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 101.

<sup>62</sup> FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)**. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 66.

<sup>63</sup> Ibid., p. 88. Ver também em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 112.

Entretanto, a luta político-eleitoral trazia problemas e desafios a serem superados. Antes da construção do FSP, as esquerdas latino-americanas colecionaram derrotas em processos eleitorais ao final da década de 1980 em meio ao processo de redemocratização de seus países. Nesse ponto, Franco (2020) exemplifica as derrotas ocorridas no México, no Brasil, no Uruguai e na Nicarágua ao final desta década. Para corroborar ainda mais com esse cenário, a Colômbia e El Salvador conviviam, à época, com conflitos civis entre governos e movimentos guerrilheiros. Sem contar, com o fim da URSS e o boicote econômico sofrido pela Revolução Cubana durante esse período e em diante.

Aliás, essas experiências políticas, entre as décadas de 1980 e 1990 foram postas tardiamente na América Latina, conforme Anderson (1995). O exemplo mais impactante, trazido pelo autor, se estabeleceu no Chile, a partir de uma ditadura golpista de Augusto Pinochet que assume o governo chileno nesse período, após o trágico fim do governo de Salvador Allende. Soma-se ao Chile, nesse período, países como o México, a Argentina, Venezuela, Peru e Bolívia que passaram por processos eleitorais conturbados e fraudulentos<sup>64</sup>.

Sob esse negativo histórico recente, Franco (2020) relata o otimismo em viabilizar governos e governantes de esquerda na América Latina nos pleitos eleitorais a serem realizados na década de 1990, por parte da cúpula de partidos ligados ao FSP, como o PT do Brasil. Acreditava-se ser o momento das esquerdas da região aprofundarem a conjuntura política dos seus respectivos países com programas de governo possíveis de serem exercidos, articulando alianças e diálogos, sobretudo, com as populações locais.

Nesse sentido, o FSP reforça o seu posicionamento em se voltar para institucionalidade política como um ato revolucionário. Ao aceitar jogar o jogo das democracias burguesas existentes e retomadas recentemente, a organização, através dos seus membros partidários, se preparou para dois amplos processos eleitorais na América Latina: entre os anos de 1993 a 1995; e entre os anos de 1997/1998 a 2000. Um caminho que seria continuado pela organização nas décadas futuras, caracterizando uma tradição política do FSP.

Uma amostra dos resultados da luta eleitoral acordada em Encontros do FSP e pelas esquerdas da região pode ser transmitida a partir da classificação espectro ideológico dos governantes eleitos na América Latina desse período. A tabela e o gráfico, a seguir, correspondem aos governos latino-americanos eleitos entre as décadas de 1990 e 2000,

---

<sup>64</sup> ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p.10-11.

respeitando os diferentes tempos dos mandatos presidenciais e as consequentes mudanças e interrupções ocorridas nesse período.

**Tabela 3:** Os resultados eleitorais na América Latina (1990-2001)

Países	Período	Presidente e partido <sup>65</sup> eleito	Espectro ideológico <sup>66</sup>
Argentina	1989-1999	Carlos Menem (PJ)	Direita
	1999-2001	Fernando de La Rúa (UCR)	Direita
	2001	Adolfo Rodríguez Saá (PJ)	Inconclusivo <sup>67</sup>
	2002-2003	Eduardo Duhalde (PJ)	Inconclusivo
Bolívia	1989-1993	Jaime Paz Zamora (MIR)	Esquerda
	1993-1997	Gonzalo Sánchez de Lozada (MNR)	Direita
	1997-2001	Hugo Banzer (ADN)	Direita
	2001-2002	Jorge Quiroga (ADN)	Inconclusivo
Brasil	1990-1992	Fernando Collor de Mello (PRN)	Direita
	1992-1995	Itamar Franco (PRN/PMDB)	Direita
	1995-2003	Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	Direita
Colômbia	1990-1994	César Gaviria (PL)	Esquerda
	1994-1998	Ernesto Samper (PL)	Esquerda
	1998-2002	Andrés Pastrana Arango (PC)	Direita
Chile	1990-1994	Patricio Aylwin (PDC)	Esquerda
	1994-1998	Eduardo Frei Ruiz-Tagle (PDC)	Esquerda
Cuba	1976-2008	Fidel castro (PCC)	Esquerda
El salvador	1989-1994	Alfredo Cristiani (ARENA)	Direita
	1994-1999	Armando Corderón Sol (ARENA)	Direita
	1999-2004	Francisco Flores (ARENA)	Direita
Equador	1988-1992	Rodrigo Borja Cevallos (ID)	Esquerda
	1992-1996	Sixto Durán Ballén (PUR)	Direita
	1996-1997	Abdalá Bucaram (PRE)	Inconclusivo
	1997	Rosalía Arteaga (FRA)	Inconclusivo
	1997-1998	Fabián Alarcón (FRA)	Inconclusivo
	1998-2000	Jamil Mahuad (DP)	Direita

<sup>65</sup> Os partidos dos candidatos eleitos foram inseridos em siglas para uma melhor visualização da tabela confeccionada. Na lista de símbolos e siglas, apresentada no início desta monografia, é possível conferir o nome completo de todos os mencionados acima.

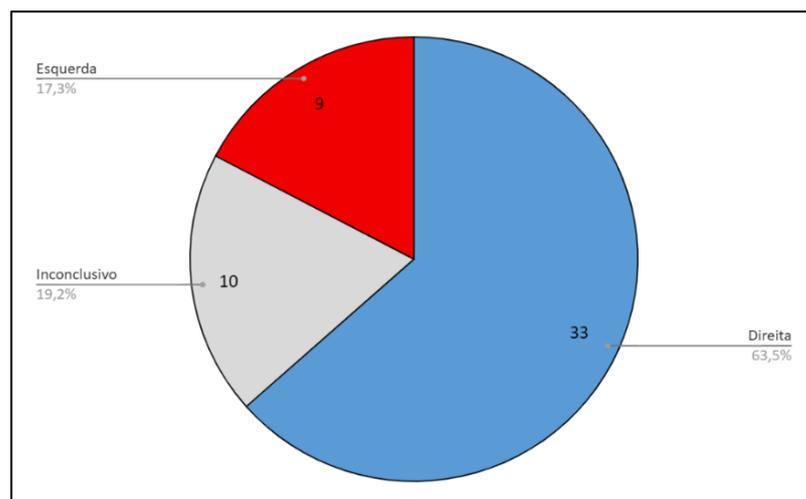
<sup>66</sup> O uso das nomenclaturas “Direita” e “Esquerda” e suas implícitas distinções se referenciam em Norberto Bobbio (1995) para designar, de forma aproximada, a identidade dos governos e partidos políticos eleitos e seus respectivos modelos e posições ideológicas durante o(s) mandato(s) na década de 1990 e início dos anos 2000. Para Bobbio (1995), a distinção entre direita e esquerda se dá, sob uma das possibilidades de análise, no entendimento sobre igualdade e a desigualdade. Assim, à grosso modo, a esquerda tende a ser igualitária, enquanto a direita se expressa inigualitária. Ver também em: BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 99. Sob semelhante escolha metodológica, Franco (2020) também distingue esquerda e direita a partir de Bobbio (1995), reforçando que “(...) a esquerda acredita em uma sociedade igualitária, que demanda reformas estruturais para eliminar as desigualdades, e a direita crê em uma sociedade inigualitária, onde as desigualdades são vistas como naturais e, portanto, não podem ser eliminadas”. Ver também em: FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)**. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 47.

<sup>67</sup> A opção pelo “Inconclusivo” se tratou dos governos de curta-duração na América Latina, como os mandatos de um ano, ocorridos a partir de resultados e consequências conturbadas dos processos eleitorais exercidos na região durante a década de 1990 e início dos anos 2000.

	2000-2003	Gustavo Noboa (Independente)	Direita
Guatemala	1991-1993	Jorge Antonio Serrano Elias (MAS)	Direita
	1993	Gustavo Adolfo Espina Salguero (MAS)	Inconclusivo
	1993-1996	Ramiro de León Carpio (Independente)	Direita
	1996-2000	Álvaro Arzú (PAN)	Direita
Honduras	1990-1994	Rafael Leonardo Callejas Romero (PNH)	Direita
	1994-1998	Carlos Roberto Reina (PLH)	Direita
	1998-2002	Carlos Roberto Flores (PLH)	Direita
México	1988-1994	Carlos Salinas de Gortari (PRI)	Direita
	1994-2000	Ernesto Zedillo (PRI)	Direita
Nicarágua	1990-1997	Violeta Chamorro (UNO)	Direita
	1997-2002	Arnoldo Alemán (PLC)	Direita
Paraguai	1993-1998	Juan Carlos Wasmoby (ANR/PC)	Direita
	1998-1999	Raúl Cubas Grau (ANR/Colorado)	Inconclusivo
	1999-2003	Luis Angel González Macchi (ANR/PC)	Direita
Peru	1990-2000	Alberto Fujimori (Cambio 90)	Direita
	2000-2001	Valentín Paniagua Corazao (AP)	Direita
República Dominicana	1986-1996	Joaquín Balaguer (PRSC)	Direita
	1996-2000	Leonel Fernández (FP)	Esquerda
Uruguai	1990-1995	Luis Alberto Lacalle (PN)	Direita
	1995-2000	Julio María Sanguinetti (PC)	Direita
Venezuela	1989-1993	Carlos Andrés Pérez (AD)	Direita
	1993	Octavio Lepage (AD)	Inconclusivo
	1993-1994	Ramón José Velásquez (AD)	Inconclusivo
	1994-1999	Rafael Caldera (CV)	Direita
	1999-2002	Hugo Chávez (MVR)	Esquerda

Fonte: Elaboração Própria

**Gráfico 2:** Espectro ideológico dos governos da América Latina (1991-2001):



Fonte: Elaboração Própria

O desequilíbrio entre governantes de direita em relação aos de esquerda potencializa os problemas e os dilemas em torno do funcionamento das democracias latino-americanas e o

caráter representativo dos processos eleitorais após a concretização das redemocratizações na região, como demonstrado na Tabela 3 e no Gráfico 2. Para além disso, a menor presença de países sob governos de esquerda reforça as limitações ou dificuldades em se opor ao cenário denunciado pelo FSP desde o primeiro Encontro em 1990. Assim, construir uma alternativa de poder na América Latina desse período não era uma simples escolha.

Apesar desses dados acima, a partir da aproximação com os movimentos sociais e manifestações populares, o primeiro pleito disputado, entre os anos de 1993 a 1995, resultou na eleição de “(...) mais de 300 deputados, mais de 60 senadores, vários governantes, centenas de prefeitos, além de milhares de vereadores municipais, perfazendo a quarta parte do total do eleitorado dos países”<sup>68</sup>. Esse resultado gerou importantes avanços políticos para a esquerda latino-americana se consolidar no âmbito institucional e projetar, principalmente, as presidências dos países da região – em destaque aos que possuíam representantes no FSP.

Consoante a isso, no segundo pleito de eleições na América Latina, entre os anos de 1997/1998 a 2000, o momento político na Venezuela se torna um destaque. Regalado e Pomar (2013), em análise do IX Encontro (2000), destacam que “(...) a eleição de Hugo Chávez seria a primeira vitória de um candidato presidencial de esquerda, acontecida na nova etapa de lutas aberta na América Latina”<sup>69</sup>. Em conjunção a isso, Melo (2016) também reforça que, a partir dessa eleição, ocorrida e vencida por Chávez em 1998, “(...) começou a se delinear uma nova fase da política latino-americana e caribenha”<sup>70</sup>.

Entretanto, apesar desse reconhecimento de Regalado e Pomar (2013) e Melo (2016), o FSP não reconheceu esse marco político venezuelano de forma imediata. A própria presença de Chávez em um Encontro da organização se deu somente em 1996 e sob polêmicas diante do seu estilo de liderança e suas aspirações políticas na Venezuela – além do fracassado golpe de Estado no país vinculado a sua biografia política. Assim, o reconhecimento só viria anos depois, já na segunda fase do FSP – como estipulado neste trabalho.

Em suma, trata-se de uma etapa ao qual o FSP caminha e se fortalece para alcançar seus objetivos – só confirmados ou, no caso venezuelano, reconhecidos após 2001<sup>71</sup>. A organização,

---

<sup>68</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 69.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 119.

<sup>70</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 92.

<sup>71</sup> As demais eleições vencidas pelas esquerdas na América Latina e não consideradas pelo FSP, durante o período em questão, como mostrado na Tabela 3, oferecem uma lacuna para este trabalho. As hipóteses que surgem se

a partir de sua escolha pela política institucional pautada na participação eleitoral das esquerdas latino-americanas, entrou em um choque com os detentores e acostumados com o “jogo” democrático da região nesse período. Em contrapartida, os ventos eleitorais para os pleitos futuros, no auge da década de 2000, trariam transformações ao cenário político-eleitoral da América Latina que, a partir da concepção do FSP, podem ser tratadas como revoluções.

#### 1.4.: A América Latina sob o pan-americanismo norte-americano

O “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda na América Latina e do Caribe” (1990) também foi palco de um importante e histórico debate para a América Latina: a integração regional. Por meio da Declaração de São Paulo, evidenciou-se a necessidade de um posicionamento alternativo frente aos últimos acontecimentos vinculados ao fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, ao novo panorama geopolítico do mundo:

“A análise das políticas pró-imperialistas e neoliberais aplicadas pela maioria dos governos latino-americanos e seus trágicos resultados, assim como a revisão da recente proposta de “integração americana” formulada pelo presidente Bush para canalizar as relações de dominação dos EUA com a América Latina e o Caribe, reafirmam a nossa convicção de que não chegaremos a nada positivo por esse caminho.”<sup>72</sup>

A avaliação disposta corrobora para uma colaboração de interesses envolvidos, especialmente, entre os Estados Unidos e as burguesias locais da América Latina. Uma aliança fortificada pelas oportunidades de acordos comerciais e de retomada do prestígio internacional nessa relação, mantendo o *status quo* desses grupos em seus respectivos países, como destaca Cristiana Soreanu Pecequilo (2005)<sup>73</sup>. Trata-se de uma aliança que, entre as décadas de 1990 e início dos anos 2000, intensificou o histórico ímpeto integracionista dos EUA e, conseqüentemente, a construção de uma hegemonia ideológica na região.

Sob essa realidade geopolítica latino-americana, esse primeiro Encontro do FSP denuncia o cenário problemático que, cada vez mais, se intensificava em prejuízos, dependências e retrocessos associados ao imperialismo dos EUA na América Latina e os respectivos planos e projetos hegemônicos para a região. Para além da denúncia entre correligionários, marca-se o caráter propositivo do FSP para os rumos geopolíticos e regionalistas cuja proposta, conforme a Declaração de São Paulo,

---

encaminham entre o “grau” de esquerda desses governantes eleitos e de seus respectivos governos não ser contemplado pelo FSP em suas bases ideológicas, como também, por serem partidos políticos sem ligações diretas com a organização – considerando, em alguns casos, um período anterior ao surgimento do FSP.

<sup>72</sup> FORO DE SÃO PAULO. **Declaração de São Paulo**. São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/declaracion-final-sao-paulo-1990/>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

<sup>73</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 4

“(…) passa pela reafirmação da soberania e autodeterminação da América Latina e das nossas nações, pela plena recuperação da nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista dos nossos povos.”<sup>74</sup>

Em conformidade a isso, o cenário e de integração regional também se verifica em Encontros posteriores da organização. Nas Declaração Finais do II e III Encontro do FSP (1991 e 1992), a continuidade da denúncia do FSP acerca da influência estrangeira, sobretudo, dos EUA, se intensifica mediante o desenvolvimento de projetos, agrupamentos e órgãos voltados para a regulação da América Latina. Aliás, é projetado, no decorrer da década de 1990, um pan-americanismo norte-americano, como adverte Mojana Vargas (2014)<sup>75</sup>.

O pan-americanismo norte-americano, a partir de Pecequilo (2005), projeta-se como uma política hemisférica para a América Latina idealizada pelos EUA. Um dos primeiros exemplos disso foi a Iniciativa para as Américas (IA). Um programa político-econômico lançado no governo de George Herbert Walker Bush (1989-1993) para o estreitamento e retomada das relações com a América Latina no pós-Guerra Fria. Tratava-se de um tratado que, na narrativa estadunidense, viabilizaria maior progresso para a integração econômica e, consequentemente, para as democracias do continente americano como um todo.

De acordo com Pecequilo (2005) e Roberto Cavalcanti Albuquerque (1990), os três pilares desse projeto se propunham: na expansão comercial ao interligar as Américas do Norte ao Sul, a partir de uma zona hemisférica de livre comércio (ZLCH)<sup>76</sup>; na ampliação de investimentos por parte dos EUA em outras regiões do continente; e na redução de dívidas externas por parte dos países latino-americanos<sup>77</sup>. Da narrativa para a realidade, a IA propõe uma integração que possui os seus donos, considerando não somente os EUA, como também, uma burguesia local de cada país latino-americano seduzida nesse processo.

Para além da IA, menciona-se também a construção do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA) efetivada em 1994, mas iniciada em 1991. Um ordenamento norte-americano que se estabeleceu a partir do estreitamento das relações entre EUA e México – posteriormente agrupando o Canadá nesta aliança – voltado para questões econômicas. Tratava-

<sup>74</sup> FORO DE SÃO PAULO. **Declaração de São Paulo**. São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/declaracion-final-sao-paulo-1990/>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

<sup>75</sup> Em resumo, o pan-americanismo norte-americano, não somente neste período, mas historicamente, se consolidou como um mecanismo dos EUA de isolar para si a região continental das Américas, sob diversos âmbitos – do político ao econômico –, em detrimento de uma crescente e retomada influência de países europeus sobre tais territórios. Sobre este conceito, ver mais detalhes em: VARGAS, Mojana. A construção do pan-americanismo nas páginas de Américas (1949-1969). **Revista Crítica Histórica**, n. 9, 2014.

<sup>76</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa dos Estados Unidos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p.349.

<sup>77</sup> ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. “A integração das Américas. Por quê? Para quem? Quando? Como?”. Rio de Janeiro: Textos para Discussão IPEA, n. 198, 1990, p.5.

se de um bloco que, nas aspirações estadunidenses, seria expandido para outros países latino-americanos, com o intuito de ampliar os horizontes e de equilibrar a balança, visto a discrepância, sobretudo econômica, entre EUA e México, por exemplo. Contudo, o objetivo desejado não foi alcançado e a aspiração virou estagnação.

Não suficiente aos desafios e fracassos relacionados ao NAFTA, os Estados Unidos apresentam uma nova ZLCH, no ano de 1994, para os países latino-americanos: a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Novamente, como adverte Pecequilo (2005), os Estados Unidos procuravam o estabelecimento de uma aliança que ultrapasse as pautas comerciais interessadas pelos seus vizinhos, com o intuito de se promover a “(...) ampliação da comunidade hemisférica de democracias”<sup>78</sup>. Sob muitos conflitos e crises instauradas na América Latina, a ALCA careceu de um longo planejamento para ser discutida – e rapidamente foi recusada.

Apesar de mais um fracasso, os propósitos estadunidenses continuam. O “Compromisso de Santiago de Chile com a Democracia e a Renovação do Sistema Interamericano” disposto na reunião da 21ª sessão da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1991, foi mais um exemplo dessas tentativas. Uma demanda política pautada em preservar o funcionamento das eleições latino-americanas durante a década de 1990. Para o cumprimento desse objetivo, Eduardo Bianchi Gomes e Simone dos Reis Bielecki Marques (2017) reforçam que até mesmo se fazia acordado a possibilidade de interferência da OEA em caso de qualquer ruptura ilegítima de processos eleitorais ou governos na América Latina nesse período<sup>79</sup>.

Desse modo, faz-se exemplificado, entre fracassos e continuidades, um cenário em que os EUA buscavam, ao longo da década de 1990, a aprovação de um robusto projeto para o continente americano sob sua regulação. De acordo com Carlos Nelson dos Reis, Sergio Fischer e Silvia Horst Campos (1990), como também, Sônia de Camargo (2004), consolidou-se uma “identidade hemisférica”<sup>80</sup> ao qual os EUA se portavam como uma liderança natural para se

---

<sup>78</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa dos Estados Unidos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p.351.

<sup>79</sup> GOMES, Eduardo Bianchi; MARQUES, Simone dos Reis Bielecki. A democracia no Sistema de Proteção Interamericano de Direitos Humanos: a importância da cláusula democrática da Organização dos Estados Americanos. Revista Direito e Liberdade, v. 19, n. 3, 2017, p.140.

<sup>80</sup> REIS, C. N.; FISCHER, S.; CAMPOS, S. H. “Programa Iniciativa para as Américas (Plano Bush): Algumas Considerações”. Indicadores econômicos FEE, 18(2), 1990, p.151.

promover uma “integração hemisférica”<sup>81</sup>. Assim, admite-se um “continuismo de Império”<sup>82</sup> em relação aos países latino-americanos sob um mundo complexo de pós-Guerra Fria.

Dentro dessa conjuntura, a postura proposta pelo FSP em torno de uma integração regional chama a atenção. Para Melo (2016), ressalta-se, nesse período, a importância programática da autonomia da soberania nacional dos países latino-americanos para a organização. Aliás, atributos fundamentais, na visão do FSP, para o desenvolvimento político, econômico e social da América Latina<sup>83</sup>. Em vista disso, na Declaração do III Encontro (1992), por exemplo, é destacado, também, “(...) a necessidade de impulsionar um processo de integração da América Latina e Caribe que corresponda à sua visão, necessidades e interesses específicos”<sup>84</sup>.

Em suma, o FSP, por meio da Declaração do IV Encontro (1993), considerando o cenário geopolítico vigente e as conseqüentes pressões internacionais na região, acredita em uma principal saída para a integração da América Latina:

“Somente uma comunidade latino-americana e caribenha de nações, econômica e politicamente integrada, terá força para se recolocar, com independência, num mundo hoje controlado pelos grandes blocos econômicos e suas políticas adversas aos interesses dos nossos povos. [...] Independência, desenvolvimento, democratização e integração não devem ser processos separados, nem consecutivos, mas, sim, integrados, interativos e contemporâneos da nossa atividade econômica e política”.<sup>85</sup>

\*

Diante desses componentes apresentados, a realidade da América Latina da década de 1990 e do início dos anos 2000 foi centrada na disputa, seja por governos eleitos à projetos e organismos externos, pelo controle e poder em prol de um suposto desenvolvimento da região. Contudo, esse caminho imposto pela tríade neoliberalismo, democracia burguesa e pan-americanismo norte americano não correspondeu às expectativas fomentadas, mas persistiu por todo esse período analisado.

---

<sup>81</sup> CAMARGO, S. Área de Livre Comércio das Américas. O labirinto latino-americano. In: GÓMEZ, José María. (Org.). América Latina y el (des)orden global neoliberal: hegemonia, contrahegemonía, perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p.68.

<sup>82</sup> REIS, C. N.; FISCHER, S.; CAMPOS, S. H. “Programa Iniciativa para as Américas (Plano Bush): Algumas Considerações”. Indicadores econômicos FEE, 18(2), 1990, p.156.

<sup>83</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p.102.

<sup>84</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.43.

<sup>85</sup> Ibid., p.60-61.

A incidência intensiva do neoliberalismo como uma solução única e transparente para os problemas atribuídos aos países latino-americanos se transformou, como salienta David Ibarra (2011), em uma utopia para a região<sup>86</sup>. O progresso prometido não aconteceu. Pelo contrário, sob um respaldo político e ideológico na região, encaminhou-se uma realidade de crise social e econômica, impactando diretamente uma parte significativa da população latino-americana. Enquanto se projetou desenvolvimento, se reverberou desigualdade nesse período.

Em associação ao neoliberalismo, constatou-se a influência da política externa dos EUA na América Latina, a partir da promoção de um projeto de integração aos seus moldes. O pan-americanismo norte-americano revelou a prioridade de se impor os valores e os anseios estadunidenses aos “primos pobres” que dividem o mesmo continente. Um movimento que ainda contou com o suporte das burguesias locais que governaram em prol desses interesses imperialistas – que também são seus ou ao menos acreditam que sejam.

Em vista disso, já se esclarece o funcionamento das democracias na região nesse período. A preponderância das direitas sobre as esquerdas latino-americanas, a partir da lógica político-eleitoral, salienta as vitórias nas urnas como um triunfo ideológico duradouro. Trata-se da consagração de um modelo político, com reverberações geopolíticas e econômicas, que, mesmo com explícitos fracassos, crises e retrocessos, construiu um prestígio que permitiu a renovação ou a continuidade desse projeto ao longo dos anos 1990 e 2000.

Por outro lado, o advento de uma organização como o FSP e seu esforço em integrar a diversidade política e ideológica das esquerdas latino-americanas apresenta uma das muitas resistências construídas e organizadas frente a essa conjuntura estabelecida na região. Sob uma primeira fase de dez Encontros (1990-2001), o FSP contou com plurais discussões e conflitos, mas, sobretudo, consensos internos para se explorar a ideia de uma outra realidade e de novas perspectivas para a América Latina desse período.

Entre as tentativas projetadas e conquistas alcançadas, a organização se estruturou, com reais limitações e desafios, enquanto um canal para se denunciar e promover alternativas ao momento político, socioeconômico e geopolítico vigente na região. Inclusive, as motivações para isso se fazem sintetizadas na própria documentação oficial da organização. Em Declaração Final do IV Encontro (1993), avalia-se “(...) que neoliberalismo, desenvolvimento e

---

<sup>86</sup> IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. Revista de Economia Política, v. 31, n. 2 (122), 2011, p.239-240.

democratização política, econômica e social são antagônicos e incompatíveis”<sup>87</sup>. Essa é a mensagem que o FSP reforça ao longo de toda a década de 1990 e início dos anos 2000.

Por fim, a dualidade de “Américas Latinas” deste capítulo buscou enfatizar a complexidade de disputas e projetos para a região, apresentando o FSP nesse processo. Para além de uma polarização de esquerda versus direita e suas afiliações (geo)políticas, econômicas e ideológicas, em ambos os lados se destacou as tensões, as fragilidades e os desafios internos, evidenciando as possibilidades a serem encaradas nas décadas seguintes. Aliás, se a inauguração dos anos 2000 parecia manter a constância dos anos 1990, a continuidade desse novo milênio abarcaria transformações e rupturas condizentes com uma nova realidade na América Latina.

---

<sup>87</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.80.

## CAPÍTULO II

### 2. A aproximação do Foro de São Paulo aos novos rumos da América Latina

A conjuntura da América Latina na chegada de um novo século não se mostrou apenas uma mudança de cunho temporal. Nos finais dos anos 1990, um presságio já se propagava no cenário político latino-americano: a derrota de governos de direita que monopolizaram a região nesse período. Os processos eleitorais que ocorreram no final desta década e, principalmente, no início dos anos 2000 confirmaram essa transição política em boa parte dos países latino-americanos. Para além dos processos eleitorais, novos modelos econômicos e de regionalismos também marcaram presença a partir desse novo momento histórico.

Aliado a isso, o FSP se estruturou em uma segunda fase de existência. Os dez primeiros Encontros ocorridos (1990-2001) e o próprio crescimento interno da organização em conjunção à chegada ao poder das esquerdas latino-americanas<sup>88</sup> fortaleceram a chegada dos anos 2000. Nesse cenário, se viabilizava a consolidação do FSP e de suas respectivas reivindicações e alternativas para a América Latina. O lema “a unidade na diversidade”, propagado pelo FSP desde a sua fundação, não se tratava mais de apenas um símbolo político.

Este capítulo, portanto, é dedicado à análise da aproximação, entre permanências e mudanças, da organização com diversos governos da região e seus planos políticos, econômicos e de integração da América Latina nos anos 2000. A partir do início do século XXI, outros e até inéditos agentes, grupos, pautas e dinâmicas entraram em cena na realidade de muitos países latino-americanos. Em grande parte, com representações partidárias e lideranças políticas fixas e ativas nos Encontros do FSP realizados nesse período.

Assim, a partir dessa aproximação do FSP aos rumos da América Latina, busca-se compreender – e comparar – as movimentações e os planos, se existentes e executados, em torno de alternativas ligadas ao sistema econômico, à integração regional e ao funcionamento de regimes democráticos em discrepância ao que se ocorria nos anos de 1990. Por fim, sob essas questões e objetivos, indica-se também uma reflexão em torno do impacto dessas transformações sobre o próprio FSP nesse processo.

---

<sup>88</sup> A opção por esquerdas também se referenda nos trabalhos de Bobbio (1994) e Nancy Fraser (2017) citados em Franco (2020). “(...) Há setores da esquerda que defendem uma ruptura total com o capitalismo. Há aqueles que advogam por reformas sociais dentro dos marcos capitalistas. Há outros que defendem o igualitarismo em questões de gênero, raça e orientação sexual sem necessariamente reivindicar mudanças nas estruturas econômicas e tantas outras possíveis combinações. Há concordâncias e divergências tanto sobre os objetivos a serem alcançados quanto sobre os métodos para atingi-los”. Ver também em: FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)**. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 47.

## 2.1 A consolidação e o otimismo do Foro de São Paulo

A segunda fase do FSP, marcado do XI ao XVI Encontro – realizados entre os anos de 2002 a 2010 – apresentou mudanças e permanências ao se comparar com a década passada. Em continuidade, os destaques, apreciado nas Declarações Finais, seguem sendo os cenários (geo)políticos, ideológicos e socioeconômicos na América Latina – nesse caso dos anos 2000. No entanto, ressalta-se que o FSP se apresenta em uma nova etapa: a de aproximação aos governos latino-americanos de esquerda deste período. Assim, em vista dessa realidade, as condições e os projetos defendidos pelo FSP que, anteriormente, eram somente objetivos desejados, agora passam a ser programas possíveis de implementação.

Em vista disso, trata-se de 8 anos e 6 Encontros do FSP na divisão proposta neste capítulo. Os Encontros foram realizados em países diferentes, sem repetições, respectivamente, em Guatemala (2002), Brasil (2005), El Salvador (2007), Uruguai (2008), México (2009) e Argentina (2010). Nota-se – na tabela a seguir – em comparação aos Encontros da década de 1990 o equilíbrio entre a região latina da América do Norte, a América Central e o Caribe em relação à América do Sul – com 3 Encontros realizados para cada –, indicando um cenário de ampliação regional do FSP durante os anos 2000.

**Tabela 4:** Encontros do FSP (2002-2010)

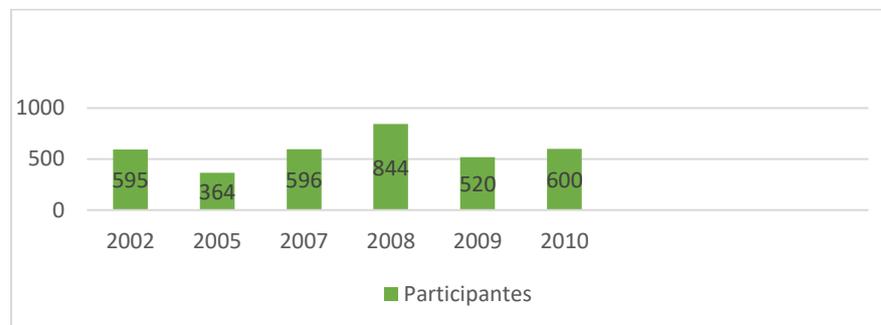
<b>Número do Encontro</b>	<b>Local programado</b>	<b>Período de ocorrência</b>
XI Encontro	Antigua (Guatemala)	2 a 4 de dezembro de 2002
XII Encontro	São Paulo (Brasil)	1 a 4 de julho de 2005
XIII Encontro	São Salvador (El Salvador)	12 a 14 de janeiro de 2007
XIV Encontro	Montevideu (Uruguai)	22 a 25 de maio de 2008
XV Encontro	Cidade do México (México)	20 a 23 de agosto de 2009
XVI Encontro	Buenos Aires (Argentina)	17 a 20 de agosto de 2010

Fonte: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.262.

No entanto, há duas questões a partir dessa seleção de Encontros propostas na Tabela 4. Em primeiro lugar, há a ausência de um detalhamento acerca da quantidade de delegações presentes nesses Encontros – desde representantes latino-americanos e membros no FSP aos convidados vigentes desde a década passada. Em segundo lugar, a instável periodicidade dos Encontros nessa primeira década dos anos 2000. São fatores que trazem estranhamento ao momento de esperado protagonismo da organização diante das mudanças eclodidas no cenário político-eleitoral e socioeconômicas na América Latina – e que não se mostraram conclusivas nas documentações e bibliografias oficiais do FSP desse período.

Sobre esses apontamentos, o gráfico abaixo salienta a dinâmica interna dos Encontros da organização entre os anos de 2002 e 2010 – recorte temporal deste capítulo:

**Gráfico 03:** Presença nos Encontros do FSP (2002-2010)



Fonte: Elaboração Própria

Em diferenciação ao gráfico apresentado no primeiro capítulo, condicionou-se o uso de “participantes” em detrimento de “delegações”, visto que, na maior parte das Declarações Finais dos Encontros do FSP desse período, não se delimitou quais e quem eram os representantes que faziam parte da organização ou que se enquadravam como convidados. Aliado a isso, verificou-se também a utilização de nomes de países e de continentes como identificação destes participantes – e não, por exemplo, a menção aos partidos ou movimentos sociais –, sendo destacados a América Latina e outras regiões como Europa, África e Oceania.

Em torno dos participantes não identificados, desde o XI Encontro (2002) Regalado e Pomar (2013) ressaltam que a numerosa participação de convidados europeus se relaciona, por exemplo, com o interesse do Grupo Confederado da Esquerda Unitária Verde-Nórdica do Parlamento Europeu (GUE-NGL) pelas atividades do FSP. Desse modo, expressa-se uma maior e mais evidente abertura e atuação da organização com questões que afligem, sim, a América Latina, mas também outras partes do mundo – principalmente a Europa, nesse caso.

Além disso, a partir da visualização desse gráfico, o número de 844 participantes, no XIV Encontro (2008) chama a atenção pela discrepância em relação aos outros Encontros. De acordo com a Declaração Final, isso se deu por ser um “(...) momento em que a humanidade se encontra ameaçada pelas políticas de uma globalização impulsionada unicamente em benefício do grande capital”<sup>89</sup>. Tratava-se da forte e abrangente crise capitalista de 2008, iniciada nos

<sup>89</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 137.

EUA e que reverberou para países de diferentes continentes. Assim, a elevação do número de participantes nesse Encontro se associou a essa realidade econômica sob urgência.

Em semelhança aos Encontros da década de 1990, a interação com organizações do exterior e, conseqüentemente, com a discussão de pautas globais aparentam uma desarmonia com os reais interesses que o FSP busca se direcionar: transformar a América Latina. É evidente que o isolamento enquanto uma organização de diferentes composições ideológicas não é uma opção estratégica ou pertinente, visto que os acontecimentos mundiais impactam na realidade latino-americana – como visto pela crise capitalista de 2008. Mas, em pleno processo de consolidação, as influências estrangeiras não contaminam o andamento interno da organização?

Em relação às diferenças entre os Encontros, a distância de dois anos e meio – que não se repetiu em outros momentos dessa segunda fase – entre o XI e o XII Encontros (2002 e 2005) merece destaque ao se analisar o FSP da década de 2000. Uma das motivações para isso, conforme Regalado e Pomar (2013), é a incerteza de se confirmar uma sede, devido aos períodos eleitorais ou momentos políticos conturbados<sup>90</sup>. Além disso, os autores complementam que “(...) o XII Encontro foi o mais contraditório de todos os realizados, porque o Foro não só resistia a desaparecer, mas inclusive apontava para uma revitalização no meio do pior de todos seus momentos e sem ter resolvido os temas que o colocaram à beira da ruptura”<sup>91</sup>.

Em complemento acerca do XII Encontro do FSP (2005), Franco (2020) reforça que a organização estava em um processo de amadurecimento. O momento político de transformações e mudanças impulsionadas pelo âmbito eleitoral, que proporcionou a chegada de diversos membros partidários do FSP aos governos latino-americanos, culminaram por essa nova realidade. Desse modo, “(...) alguns partidos deixaram de acompanhar seus encontros ao longo da história, mas nada que chegasse a conformar um movimento de saída mais amplo”<sup>92</sup>.

Essas tensões identificadas, entre a revitalização e o amadurecimento do FSP consideradas pelos autores acima, apresentam novos questionamentos e carecem do envolvimento de outras bibliografias para se compreender o impacto de inéditos governos de esquerda sendo eleitos em dezenas de países latino-americanos – a ser aprofundado em tópico posterior neste capítulo. Mas, de acordo com esses próprios autores, os impasses gerados e

---

<sup>90</sup> Ibid., p.153

<sup>91</sup> Ibid., p.137.

<sup>92</sup> FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)**. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p.159.

intensificados nesse momento se centralizaram na relação desses governos com o poder político e com o capitalismo que, no FSP, apresentavam amplas divergências<sup>93</sup>.

Em vista desses desencontros internos, a principal temática envolvendo os Encontros do FSP na década de 2000 se destaca pela conjuntura político-eleitoral das esquerdas na América Latina. Além disso, mantendo a continuidade de temas referendados na organização desde os anos 1990, discute-se também o cenário econômico da região em meio ao neoliberalismo e as iniciativas e projetos em torno de uma integração latino-americana. Contudo, a novidade se dava na perspectiva alinhada pela FSP diante de movimentos para a superação dos problemas e se construir alternativas para a América Latina: o otimismo.

## 2.2 Ascensão dos governos de esquerda na América Latina

O histórico de vitórias eleitorais das esquerdas da América Latina se tornou um trunfo para as esperanças voltadas aos anos 2000. Trata-se do ponto de partida para um horizonte de transformações no mundo político e, principalmente, eleitoral para múltiplos países latino-americanos em proximidade temporal. Em retomada às discussões realizadas pelo FSP ao longo da década de 1990, a transição de século revelou ser a consagração da luta via institucional escolhida e praticada por relevantes fundadores e membros da organização.

Desde os primeiros Encontros do FSP, sobretudo os XI e XII Encontros (2002 e 2005), evidencia-se um acúmulo de derrotas dos governos neoliberais e de direita que protagonizaram a política da América Latina na década anterior. Acerca disso, esses Encontros ressaltam “(...) a derrocada dos governos de Gonzalo Sánchez de Lozada (Bolívia, 2003), Lucio Gutiérrez (Equador, 2005) e Carlos Mesa (Bolívia, 2005), somando já seis governos neoliberais derrubados pelo movimento popular desde 1997”<sup>94</sup>.

Nesse ponto, destaca-se o reconhecimento da importância do processo eleitoral que elegeu Hugo Chávez na Venezuela em 1998. Uma aceitação, por parte do FSP, que só acontece após o chavismo se fortalecer na política venezuelana, passando a ser considerado como um

---

<sup>93</sup> Em relação a essa questão, Franco (2020), a partir de outros documentos da organização no ano de 2007, como a “Propuestas Alternativas al Neoliberalismo en el Ambito Político, Social y Económico”, cita o “racha” interno e histórico do FSP em que: “(...)Muitas das organizações que compõem o Foro de São Paulo continuam tendo como “objetivo final” a construção de uma sociedade alternativa superior ao capitalismo. Outras organizações trabalham pela constituição de sociedades com altas doses de bem-estar social, democracia política e soberania popular, no marco do capitalismo”. Ver também em: FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)**. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p.159.

<sup>94</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.161.

estopim para as mudanças político-eleitorais emergidas em grande parte da América Latina<sup>95</sup>. Antes disso, como apresentado ao final do capítulo anterior, Chávez não havia se tornado nem mesmo uma voz ativa nos últimos Encontros da organização dos anos 1990.

Acrescido a isso, tais Encontros supracitados exaltaram, desde o princípio, a importância da vitória eleitoral, no ano de 2002, de Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil. Com isso, Melo (2016) reforça que, a partir desse fato, o papel do FSP se torna mais decisivo diante do novo ciclo político na região, redefinindo a realidade de outros países latino-americanos que seguem essa tendência à esquerda<sup>96</sup>. Somado a isso, a vitória de Tabaré Vázquez, no Uruguai, em 2004, também recebeu grande destaque na organização. Aliás, Regalado e Pomar (2013) ressaltam que a eleição brasileira “(...) foi o acontecimento de maior impacto no XI Encontro do Foro de São Paulo”<sup>97</sup>, enquanto a uruguaia “(...) foi o segundo dos triunfos que o Foro almejava desde sua fundação em 1990”<sup>98</sup>.

Para além das interpretações ligadas ao Encontro do FSP, essa inicial guinada à esquerda concretizada em governos eleitos pela América Latina – e que seriam prolongados ao longo dessa primeira década dos anos 2000 para além do Brasil e do Uruguai – recebe nomenclaturas no âmbito das ciências políticas e humanas. Destaca-se, enquanto exemplo, a denominação de “Onda Rosa”. Um nome cuja inspiração, como destaca Fabrício Pereira da Silva (2011), “(...) vinha da ascensão de partidos de centro-esquerda europeus ao poder na segunda metade dos anos 1990, nomeada por analistas da mesma maneira”<sup>99</sup>.

Consoante a isso, descreve-se, também, esses governos sob a alcunha de “esquerdistas”, “centro-esquerdistas” e “progressistas”, como discorre Gonzalo Adrián Rojas (2015) em relação a outros autores<sup>100</sup>. Contudo, para o autor, uma melhor e flexível definição para tais governos se dá pelo termo “pós-neoliberais” por permitir diferenciar os novos governantes dos seus antecessores – ainda mais por projetarem mudanças políticas, econômicas e sociais aos

<sup>95</sup> O primeiro mandato de Chávez na Venezuela, como um presidente eleito, se inicia em 1998 – antes disso, o líder venezuelano se frustrou com o fracassado golpe de Estado em 1992. Em sua reeleição oficializada no pleito de 2002, Chávez agora é acometido por uma tentativa interna de golpe de Estado ao seu mandato, o que também fracassou e ainda resultou no fortalecimento de sua liderança política frente a população venezuelana.

<sup>96</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 107.

<sup>97</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 142.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 154.

<sup>99</sup> PEREIRA DA SILVA, Fabrício. *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011, p. 68.

<sup>100</sup> ROJAS, Gonzalo Adrián. Caracterizando os governos “pós-neoliberais” latino-americanos. **Revista Libertas**, v. 15, n. 1, 2015.

seus países – sem se desvincular, ideologicamente, do neoliberalismo. Por isso, a inclusão do “pós” estabelece uma mescla entre continuidade e ruptura nesse cenário<sup>101</sup>.

Diante de tais diferenças, Pereira da Silva (2018) também classifica tais governos como “progressistas”, com o intuito de reforçar a lógica de unidade ao se referenciar o processo político na América Latina. Nisso, ressalta-se que a opção por progresso não significa evolução, mas sim transformação ou mudança em relação a conjuntura anterior. A demonstração disso se dá pela caracterização desses governos progressistas como “reformistas”:

Pode-se afirmar que todas as esquerdas que chegaram ao poder na América Latina são “reformistas” no sentido mais tradicional do termo, na medida em que todas chegaram ao poder pela via legal e, de uma forma ou de outra, governam dentro dos limites democráticos. Além disso, nenhuma delas caminha com clareza na direção da superação do sistema econômico-social capitalista. Nesse sentido, ambos os modelos de esquerda no continente se traduzem em processos de reforma<sup>102</sup>.

A constatação dessa nova onda política latino-americana se expressa na tabela e no gráfico a seguir, destacando os governantes eleitos e os respectivos espectros ideológicos de seus governos, o que retoma a metodologia utilizada e analisada no capítulo anterior:

**Tabela 5:** Os resultados eleitorais na América Latina (2002-2010)

Países	Período	Presidente eleito	Espectro ideológico
Argentina	2003-2007	Néstor Kirchner (PJ)	Esquerda
	2007-2011	Cristina Kirchner (PJ)	Esquerda
Bolívia	2002-2003	Gonzalo Sánchez de Lozada (MNR)	Direita
	2003-2005	Carlos Mesa (MNR)	Direita
	2005-2006	Eduardo Rodríguez (Independente)	Inconclusivo
	2006-2009	Evo Morales (MAS)	Esquerda
Brasil	2003-2011	Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	Esquerda
Colômbia	2002-2010	Álvaro Uribe Vélez (PL)	Direita
Chile	2000-2006	Ricardo Lagos (PPD)	Esquerda
	2006-2010	Michelle Bachelet (PSCH)	Esquerda
Cuba	1976-2008	Fidel Castro (PCC)	Esquerda
	2008-2018	Raúl Castro (PCC)	Esquerda
El salvador	2004-2009	Elias Antônio Saca (ARENA)	Direita
	2009-2014	Maurício Funes (FMLN)	Esquerda
Equador	2003-2005	Lucio Edwin Gutiérrez (PSP)	Direita
	2005-2007	Alfredo Palacio (Independente)	Inconclusivo
	2007-2013	Rafael Corrêa (PAIS)	Esquerda
Guatemala	2000-2004	Alfonso Portillo (FRG)	Direita
	2004-2008	Óscar Berger (PSN/GANA)	Direita

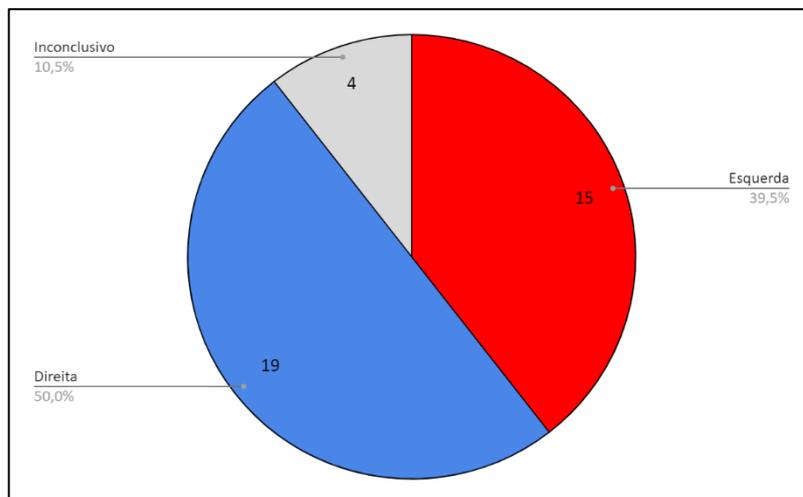
<sup>101</sup> Ibid., p. 4.

<sup>102</sup> PEREIRA DA SILVA, Fabrício Pereira da. O fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 2018, p. 168. Ver também em: PEREIRA DA SILVA, Fabrício. Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: **Observador On-Line**, v. 9, n. 12, 2014, p. 6.

	2008-2012	Álvaro Colom (UNE)	Direita
Honduras	2002-2006	Ricardo Maduro (PNH)	Direita
	2006-2009	Manuel Zelaya (PLH)	Direita
	2009-2010	Roberto Micheletti (PLH)	Direita
México	2000-2006	Vicente Fox (PAN)	Direita
	2006-2012	Felipe Calderón (PAN)	Direita
Nicarágua	2002-2007	Enrique Bolaños (PLC)	Direita
	2007-2012	Daniel Ortega (FSLN)	Esquerda
Paraguai	2003-2008	Nicanor Duarte Frutos (ANR/Colorado)	Direita
	2008-2012	Fernando Lugo (APC)	Esquerda
Peru	2001-2006	Alejandro Toledo (PP)	Direita
	2006-2011	Alan Garcia (APRA)	Direita
República Dominicana	2000-2004	Hipólito Mejía	Direita
	2004-2012	Leonel Fernández (FP)	Esquerda
Uruguai	2000-2005	Jorge Batlle (PC)	Direita
	2005-2010	Tabaré Vázquez (FA)	Esquerda
Venezuela	2002-2002	Pedro Carmona Estanga (Independente)	Inconclusivo
	2002-2002	Diosdardo Cabello (MVR/PSUV)	Inconclusivo
	2002-2013	Hugo Chávez (MVR/PSUV)	Esquerda

Fonte: Elaboração Própria

**Gráfico 4:** Espectro ideológico dos governos da América Latina (2002-2010):



Fonte: Elaboração Própria

A partir desses compilados – e em comparação com a Tabela 3 e o Gráfico 2 presentes no capítulo anterior –, nota-se o avanço das esquerdas latino-americanas ao poder, convergindo com o fenômeno da “Onda Rosa” nesse período. Apesar desse avanço não significar o domínio de uma maioria de governos eleitos ao longo de toda a década de 2000 nos diversos países da América Latina. Contudo, trata-se de um exemplo que reforça o amadurecimento da luta via eleitoral intensificada em Encontros do FSP nos anos 1990.

No entanto, como certificado pelo Gráfico 4, as direitas latino-americanas não deixaram de resistir a esse avanço das esquerdas nos processos eleitorais indicados na Tabela 5. A força dessas direitas, portanto, não podem ser menosprezadas ou até invisibilizadas pelo crescimento das esquerdas da região, mesmo com a constatada diminuição de governantes eleitos em relação aos anos 1990. Afinal, as esquerdas se dispuseram, a partir da participação em eleições, a jogar um jogo que a direita eram e continuaria sendo “dona” nessas últimas décadas.

Em relação aos governos definidos como “Esquerda” – presentes na Tabela 5 e no Gráfico 4 – uma observação: não se trata de regimes homogêneos. Apesar de alguns possuírem afinidades e vínculos políticos e ideológicos em comum, constata-se diferenças em torno dos formatos e dos projetos de governo – o que, inclusive, potencializou as tensões internas no FSP e na realização dos seus Encontros, como já mencionado. Desse modo, trata-se de uma realidade sob muitas semelhanças, mas de muitas distinções ao se analisar as especificidades de cada caso que, pela proporção deste trabalho, não serão integralmente aprofundadas.

Em complemento a isso, Pereira da Silva (2018) divide esses governos das esquerdas latino-americanas em “refundadores” e “renovadores, baseando-se nas proposições e nos estilos de governo reverberados em âmbitos político, econômico e social de cada país da região<sup>103</sup>. Os primeiros seriam compostos por Bolívia (Evo Morales – MAS), Equador (Rafael Correa – PAIS) e Venezuela (Hugo Chávez – MRV/PSUV). Enquanto que o segundo caso é constituído por Brasil (Lula – PT), Chile (Michelle Bachelet – PSCh), El Salvador (Mauricio Funes – FMLN) e Nicarágua (Daniel Ortega – FSLN).

Essa divisão proposta por Pereira da Silva (2018), explicita que os governos “refundadores” chegaram ao poder, a partir de extensas crises políticas e socioeconômicas em seus respectivos países, conduzindo seus governos como antissistêmicos. Isto é, a partir de uma origem menos integrada à institucionalidade política dos seus países. Enquanto os governos “renovadores” já adinham de um histórico de integração, institucionalização e participação política em seus territórios, conduzindo seus mandatos como regimes sistêmicos – sem alterações profundas ao *status quo* existente na realidade dos seus países.

Acrescido a isso, houve processos de reeleições e sucessões políticas nos países mencionados – como destacado na Tabela 5 –, apontando a consolidação dos regimes dessas esquerdas na América Latina. Trata-se de exemplos que materializam não somente um cenário

---

<sup>103</sup> PEREIRA DA SILVA, Fabrício. O fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v.4, n. 2, 2018, p. 167.

de continuidade das esquerdas latino-americanas nos principais e influentes governos da região – e no FSP –, como também, salientam uma conjuntura com poucas derrotas eleitorais aos países alcançados. Sob esse fato, Amado Cervo (2016)<sup>104</sup> atribui essa realidade pelo papel do Estado nesses governos, a preocupação com a realidade social de suas respectivas populações e o melhor funcionamento da democracia ao longo dos anos 2000.

Diante dessa conjuntura, as Declarações Finais dos XIII e XIV Encontros do FSP (2007 e 2008) relatam o prosseguimento e a expansão dos triunfos eleitorais e o do acúmulo político da esquerda latino-americana na primeira década dos anos 2000. Nisso, a avaliação desses Encontros exemplifica esse domínio político-eleitoral, entre os pleitos de 2005 a 2007 presentes na Tabela 4, através das reeleições de Lula, no Brasil, Chávez, na Venezuela e das recentes vitórias eleitorais de Evo Morales, na Bolívia, Rafael Correa, no Equador, Michelle Bachelet, no Chile, e Daniel Ortega, na Nicarágua.

Além disso, destaca-se nesse mesmo período, a sucessão presidencial ocorrida na Argentina, entre os mandatos de 2003 e 2007, pelo casal Néstor e Cristina Kirchner. Ambos, sob o Partido Justicialista (PJ) que não integrava o FSP. Por último, lembrado à parte por Regalado e Pomar (2013), houve também, em 2008, a vitória de Fernando Lugo, pelo Aliança Patriótica para a Mudança (APC) nas eleições presidenciais do Paraguai<sup>105</sup>. Assim, completando uma ascensão de governos que representavam 13 países da América Latina.

Sob essa diversificada esquerda latino-americana no poder, sendo participantes diretos e indiretos do FSP, identifica-se, a partir de Melo (2016), as aproximações ou pontos de convergências entre os governos e suas representações partidárias. Sendo estas: “(...) a defesa da integração continental, da soberania nacional, do aprofundamento da democracia e do desenvolvimento econômico e social com distribuição de renda e valorização do trabalho”<sup>106</sup>. Atributos que, idealizados como propostas desses governos, se relacionam com as posições e discussões nos plurais Encontros do FSP - ao longo das suas duas fases.

---

<sup>104</sup> CERVO, Amado. A marcha lenta da América Latina no século XXI. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 5, n. 9, 2016.

<sup>105</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 182.

<sup>106</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 95.

No entanto, em vista dessa nova realidade, tais governos não continuariam sem limitações e oposições. As vitórias eleitorais não excluem a presença dos derrotados. Em vista disso, Regalado e Pomar (2013), explicam, desde a avaliação sobre o XI Encontro (2002), que

Dentro desta “nova ordem”, a direita acertaria que os partidos e movimentos políticos vinculados à esquerda poderiam exercer o governo nacional, com a condição de não levar à prática os programas políticos e eleitorais “pós-comunistas e pós-social democratas” elaborados no final dos anos 1980 e começos dos anos 1990, que prometiam a mais ampla participação democrática de todos os setores oprimidos e explorados, um desenvolvimento econômico independente e sustentável, e uma justa redistribuição da riqueza.<sup>107</sup>

Em vista desse embate, a Declaração Final do XV Encontro do FSP (2009) alerta sobre uma contraofensiva das direitas na América Latina. Um conjunto de estratégias afim de sabotar os governos latino-americanos eleitos nesse período – como também, de desinformar as populações locais – foram citadas pela organização, desde campanhas midiáticas a partir do controle dos meios de comunicação; pressões em torno da militarização de manifestações sociais, pautando bandeiras anticomunistas e racistas; às tentativas de golpes políticos e/ou bloqueios econômicos<sup>108</sup>.

Consoante a isso, ascendem as fragilidades da “Onda Rosa” na região. Desde as estratégias de oposição supracitas às concessões realizadas pelos governos (re)eleitos – muitos destes ligados ao FSP –, atesta-se as dificuldades encaradas por esses governos em implementar os seus programas e propostas pela preocupação em se manter no poder. Em outros casos, destacados por Pomar e Regalado (2013) como no Panamá, no Chile, na Guatemala e em Honduras, a direita retomou esses governos, a partir de vitórias eleitorais e golpes de Estado<sup>109</sup>.

No entanto, o balanço das disputas, sobretudo, políticas – que também são ideológicas – nos últimos processos eleitorais, datados entre os anos de 2009 e 2010, salientam a continuidade das vitórias das esquerdas em detrimento das direitas latino-americanas – sobretudo em países que elas já haviam vencido. O exemplo disso se deu a partir de plurais reeleições já mencionadas e, nesse período, acrescidas por Evo Morales, na Bolívia, e por Rafael Correa, no Equador – o que também pode ser visto na Tabela 4.

Com isso, o saldo desse processo ao FSP, como argumenta Franco (2020), baseando-se na maioria dos partidos e movimentos políticos que compunham a organização “(...) foi a confirmação de que estava consolidado o giro estratégico, teórico e programático da maior parte

<sup>107</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.143.

<sup>108</sup> Ibid., p.196.

<sup>109</sup> Ibid., p. 202.

das esquerdas da América Latina”<sup>110</sup>. Para esse autor, o FSP se estruturava, nesse período, a partir “(...) do intercâmbio de práticas pensadas e executadas a partir de cada país” da região<sup>111</sup>. Ademais, para Abreu (2016), a consequência proporcionada para esse ciclo de governos à esquerda na região foi o protagonismo regional e mundial, justamente, desses membros e dirigentes do FSP que passaram a compor governos nacionais<sup>112</sup>.

No entanto, apesar da continuidade de vitórias eleitorais e do estabelecimento de uma “onda” política, advertida por estudiosos, pelos intelectuais orgânicos do FSP e até mesmo nas Declarações Finais dos Encontros da organização nessa segunda fase, um dilema de âmbito mais ideológico e político se manifestava. Sob a avaliação de Regalado e Pomar (2013) no XVI Encontro do FSP (2010):

Na América Latina, por exemplo, embora estejamos muito orgulhosos dos governos que conseguimos desde 1998, devemos reconhecer que estamos longe da profundidade política e social alcançada pela Revolução Cubana de 1959<sup>113</sup>.

Esse dilema trazido pelos autores retoma as tensões internas do FSP que marcam essa segunda fase de sua existência. Apesar de avanços, aproximações e otimismo que convergiram em uma unidade entre as esquerdas latino-americanas nos governos de seus países, a diversidade ideológica presente na organização não se convence dos rumos trilhados e projetados para a região. Um choque de proporções internas e externas que se agravam ao se analisar o cenário econômico – e também internacional – da América Latina nos anos 2000.

### 2.3 A opção pelo novo-desenvolvimentismo

Os rumos e planos econômicos desempenhados, como também, o funcionamento e a influência do sistema capitalista na América Latina da década de 2000 se tornaram pautas discutidas e avaliadas pelos Encontros do FSP – dando continuidade ao que se passou na primeira fase da organização na década de 1990. Nesse sentido, o principal apontamento do FSP, desde a Declaração Final do XI Encontro (2002), se intensificou na luta contra o neoliberalismo na América Latina.

---

<sup>110</sup> FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)**. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p.160.

<sup>111</sup> Ibid., p.160.

<sup>112</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p.107.

<sup>113</sup> Ibid., p.205.

Consoante a isso, conforme a Declaração Final do XIII Encontro (2007), acreditava-se que o momento político latino-americano, ligado às vitórias eleitorais à esquerda em dezenas de países da região, era uma “(...) grande oportunidade histórica de derrotar o neoliberalismo e entrar no caminho da construção dessa nova sociedade justa e democrática<sup>114</sup>. Essa compreensão se baseava pelos resultados do recente e conturbado período de domínio do neoliberalismo nas diretrizes econômicas de boa parte da América Latina na década de 1990.

Para uma nova década, os Encontros do FSP desse período debatem, para além de fatores e desempenhos econômicos na América Latina, as posições – inclusive ideológicas – em relação ao sistema capitalista, ao neoliberalismo e até mesmo ao socialismo – um contraponto ou uma alternativa sistêmica vinculada aos partidos de esquerda da região e do FSP envolvidos e em ascensão nesse processo. Além disso, acompanha-se também um modelo econômico que adquire uma complexidade de ações e de movimentos a ser consolidado em diversos países latino-americanos nos anos 2000: o novo-desenvolvimentismo.

O novo-desenvolvimentismo, como destacam Fernando Prado e Monika Meireles (2010), é o “(...) apelo ao desenvolvimento capitalista nacional como bandeira de ação”<sup>115</sup> estabelecido pelos governos latino-americanos à esquerda eleitos na década de 2000. Uma doutrina econômica que se impulsiona, na visão de Rodrigo Castelo (2010), a partir de “(...) um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país”<sup>116</sup>.

Além disso, Castelo (2010) classifica esse modelo econômico como uma “terceira via” na disputa de projetos e alternativas econômicas para a América Latina desse período, em meio a polarização de esquerda versus direita e socialismo versus neoliberalismo ou, retomando Prado e Meireles (2010), o novo-desenvolvimentismo também se pondera entre posturas reformistas e intenções revolucionárias. Contudo, sob essa discrepância, salienta Claudio Katz (2010), que “(...) o favorecimento de uma etapa novo-desenvolvimentista induz à hesitação na luta contra o capitalismo”<sup>117</sup>.

---

<sup>114</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.205.

<sup>115</sup> PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika. Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p.169.

<sup>116</sup> CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p.194.

<sup>117</sup> KATZ, Claudio. Socialismo ou novo-desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p.75.

Diante dessas leituras, um fator que se destaca nesse cenário econômico é a função do Estado. No novo-desenvolvimentismo, o papel estatal promove uma intervenção determinante ao se atrelar tanto aos interesses de mercado e da burguesia quanto ao aspecto social almejado para se promover renda e emprego para a população. Para isso ser correspondido,

O controle de capital deve ser acompanhado de um rol de medidas de política econômica, tais como a fixação da taxa de câmbio, a redução das taxas de juros, acúmulo de reservas internacionais, ampliação do crédito bancário e uma política fiscal expansionista<sup>118</sup>.

Sobre a presença do Estado como um meio provedor e intervencionista para as estratégias e proposições econômicas desses governos latino-americanos, o impacto deste se relaciona com a diminuição da pobreza e miséria, da desigualdade social e do desemprego na região. Em vista disso, percebe-se não somente uma maior proteção social, mas também o crescimento de renda das chamadas classes médias e o desenvolvimento de melhorias nos serviços, infraestruturas e políticas públicas.

Sob essas condições, protagoniza-se no novo-desenvolvimentismo latino-americano as chamadas políticas sociais, voltadas para a universalização, a inclusão e a equidade de condições e oportunidades para uma parcela desfavorecida da população. Trata-se de uma das principais marcas desse modelo estabelecido na América Latina desse período. Em referência a isso, na Declaração Final do XIII Encontro do FSP (2007), as políticas sociais são valorizadas como um importante passo para enfrentar os graves problemas existentes na região<sup>119</sup>.

Acrescido a isso, João Carlos Calvazara (2021)<sup>120</sup> a partir de Frank Modonesi, Jeffrey Webber e Massimo Gaudichaud (2019)<sup>121</sup>, ressalta que essa economia, ao se voltar também para o lado social, foi um importante passo para a democratização do consumo. Uma estratégia que, consequentemente, evidencia a política de conciliação de classes e agrava o processo de despolitização na América Latina. Isto é, constata-se a ascensão social de pessoas, antes, na condição de pobreza ou extrema-pobreza, como também, de pessoas abastadas que se enriquecem ainda mais nesse processo. No entanto, para os mais pobres, a melhora nas condições de vida afasta o incentivo ou a necessidade de reivindicação e mobilização política, enquanto os mais ricos continuam ou mesmo aumentam suas influências nesse campo.

---

<sup>118</sup> Ibid., p. 196.

<sup>119</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.185.

<sup>120</sup> CALVAZARA, João Carlos. Onda rosa: nuances e interpretações na América Latina do século XXI. **Boletim Historiar**, v. 8, n.2, 2021, p.79.

<sup>121</sup> GAUDICHAUD, Frank, WEBBER, Jeffery, MODONESI, Massimo. Los gobiernos progresistas latinoamericanos del siglo XXI. **Ensayos de interpretación histórica**. México, UNAM, 2019, p.83.

Desse modo, as políticas sociais constituem mecanismos políticos, retomando Castelo (2010), que se tornam problemáticos para a condução e a promoção do novo-desenvolvimentismo nos países latino-americanos nesse período, sendo utilizados “(...) ora para neutralizar opositores, à direita e à esquerda, ora para pacificar tensões sociais”<sup>122</sup>. Além de serem projetadas para a manutenção – e não a transformação ou a superação – da estrutura capitalista neoliberal vigente nessa região.

Diante dessas considerações, destacando a construção do novo-desenvolvimentismo na América Latina, complementa-se, a partir de Pereira da Silva (2011), que essa realidade econômica esteve ligada a uma mudança de postura dos principais partidos e movimentos políticos de esquerda da região em sua alçada para o poder e para o governo de seus países – muitos destes representantes ativos do FSP. Tal mudança se deu, primeiramente, pela transição de um viés anticapitalista para o antineoliberalismo. Contudo, até mesmo esse último, ao longo desse processo, passou a ser relativizado e incorporado por parte dessa esquerda<sup>123</sup>.

Nesse sentido, essa transição de cunho ideológico manifestava-se sob um principal fundamento: angariar e/ou ampliar as bases de apoio às candidaturas e projetos de governo à esquerda para as principais eleições latino-americanas realizadas na primeira década do século XXI. Um ponto delicado para esses partidos e movimentos políticos latino-americanos, visto que reivindicavam, também, o engajamento popular frente ao cenário de crises, fracassos e descontentamentos produzidos pelo neoliberalismo na região, inviabilizando uma ruptura total com o antineoliberalismo cultivado ao longo da década de 1990.

Os indícios desse complexo processo são mais visíveis, de acordo com esse autor, pelos casos do PT, no Brasil; da FA, no Uruguai; do PSCh, no Chile; do MAS, na Bolívia; do MRV/PSUV, na Venezuela; do PAIS, no Equador; da FSLN, na Nicarágua; e do FMLN, em El Salvador. Entretanto, também não se trata de um processo homogêneo. Há casos cuja moderação e até hibridização política e econômica para com o neoliberalismo se deram de forma mais explícita, enquanto há exceções que, mesmo sob essa via, ainda permaneceu sob interesses de uma real transformação e deposição dessa estrutura hegemônica.

Consoante a isso, retoma-se a divisão proposta por Silva (2018) entre os governos “renovadores” e “refundadores” para se compreender essa heterogênea experiência novo-

---

<sup>122</sup> CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 203.

<sup>123</sup> PEREIRA DA SILVA, Fabrício. Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011, p. 183.

desenvolvimentista desse período na região. Os “renovadores” se destacam por um equilíbrio entre novas propostas à manutenção de investimentos e programas de transferência de renda ou de incentivo aos setores produtivos, sem se desvincular da estabilidade monetária e fiscal dos seus países. Enquanto os “refundadores” já despontam com intervenções para o controle do câmbio e dos preços, reestatizando empresas, além de priorizar ações pautadas no cooperativismo, na autogestão e no coletivismo<sup>124</sup>.

Acrescido a isso, Katz (2010) reforça essa heterogeneidade ao diferenciar, por exemplo, os presidentes do Brasil (Lula - PT), Uruguai (Tabaré Vázquez - FA), Chile (Michelle Bachelet - PSCh) e Nicarágua (Daniel Ortega - FSLN) dos presidentes da Venezuela (Hugo Chávez - PSUV) e da Bolívia (Evo Morales - MAS). Os primeiros, ao buscarem plurais alianças para fazer frente às oligarquias políticas de direita na América Latina, mantiveram o *status quo* e caminharam em direção ao “social-liberalismo”, na visão desse autor. Já os segundos são localizados como “(...) as grandes alternativas políticas do momento”<sup>125</sup> por aprofundarem as reformas sociais e radicalizarem os processos bolivarianos em suas realidades locais.

Uma outra classificação comparativa, sob a pauta dos governos latino-americanos do início do século XX, se apresenta também no trabalho de Rojas (2015). Para ele, tais governos, descritos como “pós-neoliberais”, podem ser compreendidos, nesse âmbito econômico, a partir de três blocos atrelados ao novo-desenvolvimentismo e sua heterogeneidade<sup>126</sup>. O primeiro bloco incluiria o Brasil e a Argentina; o segundo bloco por Venezuela e Bolívia; e o terceiro bloco se centraliza no Chile.

Os dois primeiros blocos, para o autor, atrelam-se a uma “ilusão desenvolvimentista”, marcadas por Brasil e Argentina de um lado e por Venezuela e Bolívia do outro. A distinção entre os blocos – e os países – se dá, primeiramente, pelo grau elevado de industrialização e de relevância na economia e no capitalismo regional e internacional dos casos brasileiro e argentino em detrimento dos venezuelanos e bolivianos. Em segundo lugar, aponta-se diferenças também nas relações com as burguesias e as massas populares nacionais e com o próprio funcionamento do Estado, destacando, por exemplo, na Venezuela e na Bolívia “(...)

---

<sup>124</sup> PEREIRA DA SILVA, Fabrício. O fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v.4, n. 2, 2018.Ibid., p.74

<sup>125</sup> KATZ, Claudio. Socialismo ou novo-desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 67.

<sup>126</sup> ROJAS, Gonzalo Adrián. Caracterizando os governos “pós-neoliberais” latino-americanos. **Revista Libertas**, v. 15, n. 1, 2015, p. 5.

um processo de nacionalizações e de empoderamento do Estado com o objetivo de obter um novo modelo produtivo, enquanto é promovida a “cidadanização” das massas populares<sup>127</sup>.

O terceiro bloco, pelo contrário, situa o Chile enquanto um país sob a hegemonia ou a continuidade de um poder econômico burguês nacional aliado aos interesses imperialistas estrangeiros e sob a herança do pinochetismo, o que condiciona a economia do país como um complemento à dos EUA. Além de promover, no âmbito das relações comerciais, como destaca Rojas (2015), em um tratamento exclusivo dado pelos estadunidenses aos chilenos em relação aos outros países pertencentes à região latino-americana. Um quadro que, apesar de estar na década de 2000, persiste com o cenário econômico ligado aos anos 1990.

Para além de classificações e comparações, o autor sintetiza que “(...) nos discursos desses governos existe uma mudança na retórica frente ao modelo neoliberal, o que é um elemento ideológico e político significativo, mas não substantivo”<sup>128</sup>. No entanto, como sintetizam Karina Lilia Pasquariello Mariano e Clarissa Correa Neto Ribeiro (2016):

Ainda que fossem contrários ao arranjo neoliberal aplicado pelos governos anteriores, algumas diretrizes desse modelo se perpetuaram na região, marcada por governos com projetos políticos econômicos heterogêneos, que mesclaram prerrogativas sociais, embasadas no nacionalismo, com políticas econômicas ortodoxas<sup>129</sup>.

Sob essa controversa realidade política e econômica marcado pelo novo-desenvolvimentismo na América Latina, chama-se a atenção para um fator complementar e decisório: o desempenho ou os resultados econômicos desses países latino-americanos na primeira década do século XXI. Mas, assim como no capítulo anterior, a ideia desse desempenho se deu na relação com os índices de pobreza e extrema-pobreza na região. Um critério escolhido para se mensurar, nesse caso, o impacto de um modelo que coloca como alternativa ao neoliberalismo, mas que não se rompe com ele em sua integralidade.

Em vista disso, de acordo com os dados da CEPAL (2010; 2012) e de Victor Leonardo Araújo e Denise Lobato Gentil (2013), há uma melhoria nos programas e indicadores sociais – como os índices de pobreza, indigência, concentração de renda e desemprego, por exemplo – da América Latina na década de 2010. Os autores mencionados, inclusive, destacam que “(...) o novo perfil social da AL está decisivamente vinculado a um renovado mapa político da região

---

<sup>127</sup> Ibid., p. 6.

<sup>128</sup> Ibid., p.9.

<sup>129</sup> MARIANO, Karine Lilia Pasquariello; RIBEIRO, Clarissa Correa Neto. Regionalismo na América Latina do Século XXI. In: SALATINI, Rafael (Org.). **Cultura e direitos humanos nas relações internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 26.

nos anos 2000, quando surgiram Estados e governos mais favoráveis à implantação de políticas sociais como mecanismos redistributivos e com plataformas antiliberais”<sup>130</sup>.

A constatação dessa realidade é demonstrada também com os dados apresentados na CEPAL (2010). O nível de pobreza alcançou ao final da década de 2010, aproximadamente, 32% da população latino-americana, sendo 13% na extrema-pobreza. Em outras palavras, tratava-se de 183 milhões de pessoas se enquadravam sob estas condições. Um resultado elevado, mas que apresenta diminuição em relação aos anos 1990 e o início dos anos 2000 que detinham mais de 200 milhões de pessoas na pobreza ou extrema-pobreza, sendo acima de 40% do extrato populacional da América Latina<sup>131</sup>.

Contudo, aos finais dessa primeira década dos anos 2000, sob as consequências da crise capitalista global de 2008, é exposto um sinal de esgotamento do novo-desenvolvimentismo na América Latina. A mescla entre políticas neoliberais reformadas e preservadas, como também, de novas iniciativas econômicas, como as políticas sociais dos governos de esquerda, constataram limitações para o presente e futuro da região. Um cenário que também repercute na dinâmica interna do FSP.

Em alusão a isso, Melo (2016) aponta que antes e depois da crise capitalista de 2008, há uma transição de forças internas na organização. Um momento em que as ideias e a influência de partidos socialistas e marxistas latino-americanos ganham espaço e domínio. Com isso, ele destaca a inclusão da defesa do socialismo nas documentações do FSP a partir dessa nova realidade que não inibe as históricas bandeiras do anti-imperialismo e do antineoliberalismo defendidas na última década. A importante constatação é que o socialismo, antes omitido da identidade da organização, passa a ser projetada como uma reivindicação comum<sup>132</sup>.

Contudo, essa mudança trazida por Melo (2016) se mostra nebulosa ao se defrontar às Declarações Finais da década de 2000. Aliás, a Declaração Final do XVIII Encontro (2007) reforça o compromisso de se modificar a atuação do neoliberalismo no cenário econômico e político na América Latina para não se tornar “(...) apenas um breve lapso após o qual se recicle

---

<sup>130</sup> ARAÚJO, Victor Leonardo; GENTIL, Denise Lobato. O desempenho econômico da América Latina na primeira década do século XXI. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 37, Águas de Lindoia, 2013. *Anais [...]*, Águas de Lindoia, 2013, p.23.

<sup>131</sup> COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. *Panorama Social da América Latina*. Santiago, 2010, p.11.

<sup>132</sup> MELO, Ricardo Abreu de. *O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)*. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 99.

a dominação neoliberal”<sup>133</sup>. Um indício que reforça muito mais o antineoliberalismo histórico da organização à defesa do socialismo como alternativa imediata a ser conduzida na região.

Ademais, na Declaração Final do XV Encontro do FSP (2009) é destacado que a presente conjuntura latino-americana, para além de uma época de mudança, deve se caracterizar como uma mudança de época<sup>134</sup>. Todavia, esclarece-se que essas mudanças a serem implementadas destinam ao enfrentamento dos problemas proporcionados por mais de uma década de neoliberalismo na região. Apesar de oferecer, implicitamente, uma possível alusão ao socialismo, não há a indicação explícita do termo enquanto uma solução ou uma alternativa a ser estruturada a partir de então.

Sob o mesmo Encontro, menciona-se que, até o momento da crise capitalista de 2008, muitos governos de esquerda apresentavam medidas socioeconômicas voltadas a corrigir os múltiplos retrocessos presentes na realidade da América Latina. Com a crise deflagrada, a organização orienta que deve se reforçar a intervenção do Estado, priorizando tanto o investimento público quanto o mercado interno e estabelecendo reformas que modifique o modelo e a estrutura político-econômica dependente<sup>135</sup>. Sob esse ponto, a relação entre governos progressistas e reformistas, apresentadas por Silva (2011), se encaixa nesse cenário e não alude com uma postura voltada ao socialismo.

Desse modo, admite-se que a tentativa de superação do neoliberalismo para se chegar a um socialismo esteve longe de acontecer através dos governos de esquerda novo-desenvolvimentistas da década de 2000. Além de que, as mudanças ocorridas internamente na organização, como destacadas por Melo (2016), se mostraram pouco eficazes até mesmo na construção de consensos favoráveis a esse ponto, ao verificar as Declarações Finais desse período. Indo além, Regalado e Pomar (2013) acrescentam que esses governos de esquerda se aproximaram muito mais de um keynesianismo ao socialismo em suas trajetórias<sup>136</sup>.

Em suma, sob raras exceções na região, a condução econômica dos governos de esquerda na América Latina durante os anos 2000 não foi de rompimento com o neoliberalismo. Estabelece-se, no máximo, reformas sob pilares sociais e mais “humanitários”. A implementação do limitado e heterogêneo novo-desenvolvimentismo se mostrou exemplar

---

<sup>133</sup> Ibid., p.133.

<sup>134</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.194.

<sup>135</sup> Ibid., p.197.

<sup>136</sup> Ibid., p.203.

nesse sentido. Em contrapartida, o socialismo como possibilidade de superação a esses sistemas vigentes passou a ser localizado, na melhor das hipóteses, em um futuro longínquo.

#### 2.4 A integração da América Latina por um viés pós-hegemônico

Os projetos e propostas ligadas ao anseio de integração regional na América Latina também pautaram muitas discussões acerca da realidade política, econômica e diplomática latino-americana. Trata-se de uma pauta histórica ao FSP que repercute ao longo dos Encontros da organização na década de 1990 e também, agora, nos anos 2000. Aliás, sob a guinada de governos de esquerda e novo-desenvolvimentistas na América Latina, confere-se mudanças em relação as pretensões geopolíticas desses países da região que passam a estruturar e fomentar novos canais de diálogos e de cooperações internas nesse período.

Em vista disso, inicia-se um período marcado pelo regionalismo “pós-hegemônico”. De acordo Mariano e Ribeiro (2016), trata-se de um conceito que reforça a mudança de postura ligada aos países latino-americanos frente ao cenário internacional, fortalecendo projetos exteriores que ultrapassaram os limites econômicos neoliberais e que propiciaram o protagonismo dos Estados e o desenvolvimento autônomo<sup>137</sup>. Assim, buscou não somente criar novas instâncias de poder, mas reformular as iniciativas integracionistas já existentes na região.

Ademais, as principais hipóteses que conduzem a esse regionalismo, conforme Junqueira e Milani (2019), se basearam em transformações na conjuntura vigente na América Latina durante os anos 2000. Isto é, na abrangência de governos de esquerda e, conseqüentemente, na possível diminuição da influência dos EUA na região<sup>138</sup>. Assim, as autoras corroboram com a estratégia desse regionalismo em incentivar o protagonismo geopolítico dos países latino-americanos, a partir de seus interesses e projetos nesse período.

Aliado a esse novo processo de regionalismo na região, mas sem citar o caráter pós-hegemônico atribuído a ele, a Declarações Final dos XIV Encontro do FSP (2008) reforça que a “(...) inserção no mundo dependerá [dependia] exclusivamente da força da legitimidade que alcançarem os seus processos de integração”<sup>139</sup> na América Latina. Enquanto que, no XV

---

<sup>137</sup> MARIANO, Karine Lilia Pasquariello; RIBEIRO, Clarissa Correa Neto. Regionalismo na América Latina do Século XXI. In: SALATINI, Rafael (Org.). **Cultura e direitos humanos nas relações internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 26.

<sup>138</sup> JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges; MILANI, Livia Peres. “Regionalismo governamental” sul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional. **Mundo e Desenvolvimento**, v. 2, n. 3, 2019, p.72-73.

<sup>139</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.187.

Encontro (2009), a organização compreende a integração na região a partir da “(...) construção de um bloco de nações que possa sair e negociar unitariamente o seu lugar no mundo”<sup>140</sup>.

Um primeiro exemplo desse cenário – mencionado no capítulo anterior – é a ALCA que, na Reunião Ministerial das Américas (2003) e a Cúpula das Américas (2004), envolvendo lideranças de países da América Latina e dos EUA, sofreu uma dura derrota diplomática. O bloco formado pelas lideranças presidenciais de Argentina, Brasil e Venezuela resistiram no apoio a formulação dessa proposta integracionista estadunidense. Assim, um indício que corrobora com as buscar por estabelecer uma nova postura frente as pressões e iniciativas estrangeiras dos EUA à América Latina a partir da década de 2000.

Consoante a isso, as Declarações Finais do XI e do XII Encontro do FSP (2001 e 2002), elucidam que o enfrentamento aos planos estadunidenses, a partir da ALCA, se daria como uma tarefa necessária para toda a América Latina. Nesse momento, os países latino-americanos precisavam responder as tentativas de anexação de territórios por parte dos EUA. Além do mais, o fracasso da ALCA, juntamente dessas outras medidas, de acordo com Regalado e Pomar (2013), “(...) abria uma nova conjuntura favorável à esquerda e ao movimento popular latino-americano e caribenho, na qual o Foro devia desempenhar um papel”<sup>141</sup>.

Em complemento a esse impulso de integração regional na América Latina na década de 2000, por parte do FSP junto aos governos de esquerda, Melo (2016) ressalta que:

Uma vez nos governos de seus países, esses partidos do FSP passaram a aplicar um programa comum alternativo de política externa e de integração regional, coerente com as ideias políticas desenvolvidas no âmbito do Foro de São Paulo, ressalvadas as particularidades nacionais e as tensões entre os países, dentro dos organismos de integração, fruto de conflitos bilaterais e divergências<sup>142</sup>.

Em vista desse exposto, destaca-se a construção da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) que se alia com o Tratado do Comércio dos Povos (TCP), formando a ALBA-TCP; a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Para além destes, exalta-se também a importância do Mercosul, da Comunidade Andina de Nações (CAN), da Comunidade do Caribe (CARICOM), da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA), do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e a possibilidade de reformulá-las sob novas diretrizes regionalistas.

---

<sup>140</sup> Ibid., p.198.

<sup>141</sup> Ibid., p. 167.

<sup>142</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 108.

Dentre esses tantos projetos mencionados, a ALBA é um bom começo. Uma iniciativa estabelecida em 2004 pelo presidente venezuelano Hugo Chávez em uma série de conferências externas que resultou em um Tratado Venezuela-Cuba. Sob essa iniciação entre os dois países, a composição da ALBA, como destacado por Mariano e Ribeiro (2016), perpassou por adesões de diversos países da América Latina ao longo da década de 2000. Destes, destaca-se a Bolívia, em 2006; a República Dominicana e Honduras, em 2008; a Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas e o Equador, em 2009; além de Haiti, Santa Lúcia e Suriname que, a partir de 2012, se estabeleceram como convidados especiais.

Mas a ALBA, como o tempo, passou a ser reconhecida como ALBA-TCP. Uma adição na sigla que representa o Tratado de Comércio dos Povos (TCP) que, a partir de 2006, sob a iniciativa do presidente boliviano Evo Morales, se insere no planejamento e na estruturação dessa iniciativa venezuelana. Um marco regional, pois, o intuito dessa fusão, como destaca Aruaña Emiliano Martins Pinheiro Rosa (2017), se deu por “(...) uma integração que esteja baseada na cooperação socioproductiva como instrumento de união dos povos e como coordenadora de soluções para a superação da pobreza”<sup>143</sup>.

Dessa maneira, a ALBA-TCP se estrutura, como salientam o conjunto de autores acima, em uma proposta integracionista que prioriza, para além da economia, outras demandas em torno de cooperações e questões políticas, ideológicas e sociais, destacando, por exemplo, as áreas da saúde, educação e telecomunicações entre os países envolvidos. Além de potencializar a influência do Estado na condução desse processo. Assim, a ALBA voltava-se para a solidariedade econômica, a justiça social, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social das populações dos países envolvidos.

Em suma, compreende-se que essa política integracionista visa, sob as lentes do pós-hegemônico, se consolidar como uma alternativa para a região. Ainda mais sob um cenário favorável para sua implementação em decorrência, principalmente, da guinada de governos de esquerda iniciados na década de 2000. Por essa realidade, a ALBA-TCP até se convencionou como uma resposta ao fracasso da ALCA capitaneada pelos EUA e seus interesses integracionistas voltadas para a América Latina.

Em sequência, o Mercosul também apresenta mudanças frente a essa nova realidade de integração na região. Melo (2016) destaca que o bloco regional, desde 2003, passou por um

---

<sup>143</sup> ROSA, Aruaña Emiliano Martins Pinheiro. A integração regional na América Latina e as perspectivas integracionistas da ALBA-TCP e da Aliança do Pacífico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FOMERCO, 16, 2017, Salvador. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017, p. 8.

processo de renovação e ampliação no número de países membros e de convergência com outros organismos de integração latino-americanos. A inserção dos países andinos e caribenhos, conforme destaca o autor, significa um alcance geopolítico e geoeconômico inédito para a história do Mercosul. Além de que as convergências e o crescimento dessas entidades voltadas para a integração regional continuaram sendo defendidos pelo FSP desde os anos 1990<sup>144</sup>.

Todavia, conforme Mariano e Ribeiro (2016), a reformulação do Mercosul nesse período, mesmo que sob o regionalismo pós-hegemônico, manteve uma identificação com o regionalismo aberto<sup>145</sup>. Aliás, para os autores, é a iniciativa que mais sofreu influência deste tipo em relação às outras propostas existentes nessa década de 2000. O motivo desse apontamento se deu pela ênfase nas questões comerciais e por uma ampliação da agenda econômica, o que estreita esse bloco na missão de regulação do capitalismo regional.

Para além da ALBA-TCP e do Mercosul, um outro instrumento de integração elucidado nesse período na América Latina é a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada no ano de 2008 e que, contemplou em seu auge, como discorre Tiago Nery (2016), cerca de 12 países sul-americanos. Para Mariano e Ribeiro (2016), trata-se da experiência de integração regional mais importante da América Latina que

“(...) advém da iniciativa brasileira dos anos 1990 de criação da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-americana), passando pela tentativa de convergência da Comunidade Andina (CAN) e do Mercosul na proposta da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA/CSN) de 2004”<sup>146</sup>.

Nesse sentido, a UNASUL visa se consolidar como um espaço inter-regional e multilateral entre os países sul-americanos, catalisando um processo de socialização da região. O intuito desse agrupamento, desde sua criação, é o fortalecimento, entre divergências e convergências, de uma “(...) polaridade sul-americana no sistema internacional”<sup>147</sup> e que visa

---

<sup>144</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 110.

<sup>145</sup> O regionalismo aberto é um modelo que se configura na ideia de formar blocos econômicos fundamentados por aspectos estritamente comerciais, em que a realidade regional passa a ser ajustada conforme a geopolítica mundial e suas respectivas pressões e competições em um contexto de globalização. Na visão dos governos de esquerda latino-americanos, esse modelo se tornou um dos culpados para o cenário de crises vivenciados na década de 1990. Ver também em: MARIANO, Karine Lilia Pasquariello; RIBEIRO, Clarissa Correa Neto. Regionalismo na América Latina do Século XXI. In: SALATINI, Rafael (Org.). **Cultura e direitos humanos nas relações internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p.24.

<sup>146</sup> Ibid., p.30.

<sup>147</sup> NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. Salvador: **Caderno CRH**, v. 29, n. SPE03, 2016, p.60.

“(...) facilitar a relação entre os países pela sua flexibilidade e pouca exigência no comprometimento comercial e econômico das nações envolvidas”<sup>148</sup>.

Um outro elemento da UNASUL se dá por sua tensão para com outras organizações internacionais, como por exemplo, a OEA. Essa tensão se estabelece pela UNASUL desenvolver-se como um espaço de negociação de crises regionais – função histórica associada à OEA. Assim, a UNASUL, como uma concreta alternativa ao controle estrangeiro na região, na visão de Nery (2016), “(...) representa o coroamento de um processo de afirmação de uma identidade sul-americana possível contra a pulverização histórica das nações da região”<sup>149</sup>.

Para além das iniciativas mencionadas, há ainda a CELAC, criada em 2010, a partir da reunião de 33 países do continente americano – com a exclusão de EUA e Canadá. De acordo com Mariano e Ribeiro (2016), essa iniciativa se caracterizava como uma “(...) convergência de ações e interesses da região, sem vistas à institucionalização do mecanismo, de modo a evitar o engessamento dos países-membros”<sup>150</sup>. Para Melo (2016), é um dos casos que mais se aproxima da ideia do FSP sobre a integração regional na América Latina<sup>151</sup>. No entanto, não se trata de um elogio, visto que, para os outros autores mencionados, a CELAC é a que menos avançou e se consolidou dentre as outras iniciativas construídas nesse período.

Apesar dessas alternativas fomentadas na década de 2000, Junqueira e Milani (2019) afirmam que não houve um completo declínio das influências estrangeiras na região. Nos países aos quais não se atingiram governos à esquerda, como os casos do Chile, Colômbia, Peru e República Dominicana – em parte ou na década inteira –, houve uma continuidade de Tratados de Livre Comércio com os EUA, por exemplo. Além disso, compreende-se também parcerias no âmbito de inteligência e segurança com esses países, como o caso da Colômbia e sua luta interna contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)<sup>152</sup>.

---

<sup>148</sup> MARIANO, Karine Lilia Pasquariello; RIBEIRO, Clarissa Correa Neto. Regionalismo na América Latina do Século XXI. In: SALATINI, Rafael (Org.). **Cultura e direitos humanos nas relações internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p.30.

<sup>149</sup> NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. Salvador: **Caderno CRH**, v. 29, n. SPE03, 2016, p.73.

<sup>150</sup> MARIANO, Karine Lilia Pasquariello; RIBEIRO, Clarissa Correa Neto. Regionalismo na América Latina do Século XXI. In: SALATINI, Rafael (Org.). **Cultura e direitos humanos nas relações internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p.32.

<sup>151</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p.109.

<sup>152</sup> JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges; MILANI, Livia Peres. “Regionalismo governamental” sul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional. **Mundo e Desenvolvimento**, v.2, n.3, 2019, p. 80.

Sobre esse contraponto, as autoras esclarecem que a heterogeneidade da América Latina nesse período despertou a formação de “(...) novas relações de dependência, pouco convergentes com o objetivo de uma América Latina unida e desenvolvida de forma autônoma”<sup>153</sup>. Inclusive, em torno dos EUA, percebe-se um quadro de vitória ao modelo neoliberal e até mesmo ao dólar – como moeda influente nessas transações – que se tornam elementos influentes para os interesses integracionistas desse país sobre a região.

Além dos EUA, os autores também retratam uma semelhança em torno da relação dos países latino-americanos com a China nesse período. Ressalta-se, também, a presença de acordos comerciais e financeiros bilaterais ou individualizados na região – mesmo com o país asiático enxergando a América Latina como uma só e até realizando reuniões e negócios via CELAC. Um exemplo disso, trazido, a partir dos dados da CEPAL de 2015<sup>154</sup> por Junqueira e Milani (2019), foi o comércio que, entre 2000 a 2013 obteve um crescimento exponencial<sup>155</sup>.

Desse modo, adverte Mariano e Ribeiro (2016), os processos de transformação da realidade de integração regional “(...) não foram suficientes para alterar significativamente as lógicas desses processos e propiciar respostas satisfatórias aos novos anseios”<sup>156</sup>. Além de, ao protagonizarem o Estado como principal instrumento de condução da política externa latino-americana, essas iniciativas se tornaram subordinadas aos governos e sem espaço para a autonomia de instâncias regionais e de participação social, sendo, portanto, restritas e frágeis.

Diante de tais constatações, sintetiza-se que o impacto desses projetos integracionistas se manifestou através do entendimento político dos países envolvidos e das vantagens de se fomentar uma identidade regional para a América Latina frente a uma conjuntura geopolítica global. Assim, a integração almejada, principalmente pelo FSP, não adquiriu resultados expressivos e transformadores para a região conforme se projetava – e ainda promove um debate em torno de novas e contínuas dependências atreladas aos interesses internacionais.

\*\*

Dentre todos esses tópicos apresentados, a primeira década de 2000 foi e é especial para a trajetória e para a história do FSP, principalmente, nesta sua segunda fase. Trata-se de um

---

<sup>153</sup> Ibid., p. 80.

<sup>154</sup> COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. **América Latina y el Caribe y China. Hacia una nueva era de cooperación económica**. Naciones Unidas, Santiago, 2015.

<sup>155</sup> JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges; MILANI, Livia Peres. “Regionalismo governamental” sul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional. **Mundo e Desenvolvimento**, v.2, n.3, 2019, p. 76.

<sup>156</sup> MARIANO, Karine Lilia Pasquariello; RIBEIRO, Clarissa Correa Neto. Regionalismo na América Latina do Século XXI. In: SALATINI, Rafael (Org.). **Cultura e direitos humanos nas relações internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 36.

momento que a organização completou 15 e, também, 20 anos de existência. Desde o XI ao XVI Encontro (2002-2010), as Declarações Finais reforçam que esse momento reafirmou a identidade do FSP. Além de potencializar, para a organização, em trecho da Declaração Final último Encontro (2010),

“Um caminho baseado na resistência ao capitalismo neoliberal, na valorização da democracia, na construção de um novo modelo econômico-social de desenvolvimento, em novas formas de governar, em defesa do socialismo e na percepção de que a unidade das esquerdas, em todas as suas diversas expressões, é uma condição essencial para a nossa vitória.”<sup>157</sup>

Nesse cenário, complementa-se que a vencedora estratégia das esquerdas em se privilegiar as disputas eleitorais, atingiram o ápice nessa década – sem se esquecer das contraofensivas das direitas da região que não estiveram mortas sob essa conjuntura. Um feito que, segundo Regalado e Pomar (2013), consolidou a organização como um polo aglutinador das esquerdas latino-americanas<sup>158</sup>, se fortalecendo como um espaço de compartilhamentos e diálogos das experiências desses governos (re)eleitos em dezenas de países latino-americanos durante a década de 2000 – inclusive, apresentado em tabela e gráfico deste capítulo.

No entanto, para além de precipitações e otimismo, há uma outra face ao se problematizar o FSP e a conjuntura latino-americana desenvolvida nos anos 2000. Aliás, sob pretensões revolucionárias, desenvolveu-se, pelo contrário, ações políticas conciliatórias e reformistas que não indicaram uma superação sistêmica do capitalismo a partir de novos modelos econômicos e de iniciativas integracionistas. Um cenário que, na verdade, gerou marcantes tensões no FSP e até questionamentos sobre a sua continuidade.

Em suma, instaurou-se uma complexa digressão em torno do FSP e da América Latina. Diante de um conjunto de heterogeneidades estabelecidas, houve uma série de tentativas e possibilidades para se promover consensos e alcançar governabilidade por parte das esquerdas latino-americanas no exercício do poder e sob diversificados diálogos. Mas, a partir dos anos de 2010, esses esforços e condições foram suficientes para mantê-las nos governos de seus países e promover concretas transformações políticas e socioeconômicas nacionais e regionais?

---

<sup>157</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.212.

<sup>158</sup> Ibid., p.193.

## CAPÍTULO III

### 3. A resistência do Foro de São Paulo às reviravoltas na América Latina

Apesar de fortalecidos com sucessivas vitórias eleitorais, a continuidade dos governos de esquerda na América Latina, ao longo da década de 2000, gerou desgastes e um gradativo e ofensivo cenário de crise e de ampla oposição na região. Na década de 2010, a guinada à esquerda seria substituída por uma guinada à direita na América Latina. Mas não qualquer direita, uma “nova” direita latino-americana<sup>159</sup> que conduziria uma transição marcada tanto por episódios legítimos, como vitórias em eleições oficiais, quanto ilegítimos, com tentativas bem sucedidas de *lawfares* à golpes de Estado.

Ademais, essas mudanças conduzidas no âmbito político escalaram um processo de radicalização e de conservadorismo ideológico que incrementou, a essas novas direitas latino-americanas, a plena defesa do neoliberalismo e de um papel geopolítico ligado aos interesses estrangeiros. Tratava-se de um choque com as iniciativas e mudanças estabelecidas na década de 2000 – mesmo sob conciliações e reformas – e uma retomada do paradigma proposto na década de 1990 – que produziram fracassos e retrocessos para a América Latina.

Por outro lado, sob raras manutenções de governos, as esquerdas latino-americanas se encontram, na década de 2010, em modo de defesa e de resistência. As derrotas sofridas se acumulam a um processo de desprestígio e de desmobilização política, além de distanciar os partidos e movimentos das demandas e dos interesses das camadas populares de cada país da região – principalmente os diretamente envolvidos nessa transição. Não suficiente, ainda passaram a conviver – como o FSP, por exemplo – com perseguições, difamações e narrativas conspiratórias criadas para agravar, ainda mais, esse turbulento momento.

Desse modo, o capítulo busca compreender o impacto dessa complexa reviravolta ocorrida na América Latina na década de 2010, entre os anos de 2011 a 2019. Um período que configura a terceira fase do FSP. Sob esse objetivo, há uma continuidade em retratar as Declarações Finais dos Encontros em meio às bibliografias acadêmicas que dialogam sobre esses anos. No entanto, essas Declarações, posteriores ao ano de 2012, são de difícil acesso e

---

<sup>159</sup> Sob o conceito de “nova” direita latino-americana, este trabalho acompanha Olga Echeverría e Marcos Vinicius Ribeiro (2021) ao se referir a “(...) um setor amplo e influente do leque político contemporâneo, conformado por grupos de extrema direita ou direita radical, intelectuais e agrupações neoliberais, novas direitas ou direitas alternativas, setores católicos integristas, igrejas evangélicas “eletrônicas” e neopentecostais, esferas liberal-conservadoras, militaristas e negacionistas”. Ver também em: ECHEVERRÍA, Olga; RIBEIRO, Marcos Vinicius. “A Direita na América Latina Contemporânea”: universidades, intelectuais, disputas de espaços e sentidos. **Rev. Hist. UEG**, Morrinhos, v. 10, n. 2, 2021.

sem a cobertura dos intelectuais orgânicos do FSP. Assim, o detalhamento se baseou ao que foi encontrado no site oficial da organização e pela cobertura de mídias independentes.

### 3.1 A atualidade do Foro de São Paulo

O FSP, entre os seus XVI ao XXV Encontros (2011-2019), apresenta um novo episódio em sua trajetória diante do legado dos governos de esquerdas na América Latina – muitos com representantes partidários ligados à organização – e dos novos rumos capitaneados pelas novas direitas latino-americanas. Com isso, a década de 2010 do FSP se centraliza na compreensão de um processo histórico marcado por polarizações extremadas e a necessidade dos seus integrantes buscarem, em resistência, a consolidação de uma nova alternativa para a região, visto as derrotas sofridas durante esse período.

Nesse cenário, essa terceira fase da organização realizou 9 Encontros, sendo eles estabelecidos, sem interrupções ou adiamentos, na Nicarágua (2011), Venezuela (2012), Brasil (2013), Bolívia (2014), México (2015), El Salvador (2016), Nicarágua (2017), Cuba (2018) e Venezuela (2019). Sob essa sequência, apresentada em tabela a seguir, presencia-se, em relação às décadas anteriores, um compromisso quanto a regularidade dos Encontros e o predomínio dos países da América do Norte latina, América Central e do Caribe como sedes.

**Tabela 6:** Encontros do FSP (2011-2019)

<b>Número do Encontro</b>	<b>Local programado</b>	<b>Período de ocorrência</b>
XVII Encontro	Manágua (Nicarágua)	16 a 20 de maio de 2011
XVIII Encontro	Caracas (Venezuela)	4 a 6 de julho de 2012
XIX Encontro	São Paulo (Brasil)	31 de julho a 4 de agosto de 2013
XX Encontro	La Paz (Bolívia)	25 a 29 de agosto de 2014
XXI Encontro	Cidade do México (México)	29 de julho a 1 de agosto de 2015
XXII Encontro	São Salvador (El Salvador)	23 a 26 de junho de 2016
XXIII Encontro	Manágua (Nicarágua)	15 a 19 de julho de 2017
XXIV Encontro	Havana (Cuba)	15 a 17 de julho de 2018
XXV Encontro	Caracas (Venezuela)	25 a 28 de julho de 2019

Fonte: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.262.

Em relação a isso, a escolha dos locais dos Encontros do FSP na década de 2010 merece atenção. Além da realização do XXII Encontro (2015) no México, cujo governo não era alinhado à esquerda, um terço foi realizado em países cujos governos de esquerda foram classificados como refundadores, como os casos de Bolívia e Venezuela. Uma realidade que, relacionando com Melo (2016), sinaliza uma mudança na estruturação interna da organização:

“Como expressão de um renovado compromisso com o Foro de São Paulo, o PSUV, o, MAS-IPSP e o Movimiento Alianza PAIS se tornam mais ativos no Foro, e partidos

de países da Alba-TCP sediam os Encontros do FSP em 2011 na Nicarágua, em 2012 na Venezuela, e em 2014 na Bolívia. Como decorrência, também passam a ter mais força nas decisões consensuais do FSP e essas decisões a partir de 2010 refletem a nova correlação de forças internas no Foro. Pode-se dar como exemplo a defesa explícita de um “caminho para o socialismo” e de referências similares, nas resoluções mais recentes do Foro”<sup>160</sup>.

Outro aspecto a ser considerado, a partir das Declarações Finais consultadas em cada um desses Encontros, se refere ao número de participantes e suas respectivas localidades – sendo delegados ou convidados da organização – que não foi detalhado. As exceções se deram nos XVII e XVIII Encontros (2011 e 2012) em que se constatou a presença de 640 delegados e 33 convidados na primeira<sup>161</sup> e 200 delegados na segunda<sup>162</sup>. Sob o auxílio de notícias de mídias independentes brasileiras, como os jornais *Jornalistas Livres*<sup>163</sup> e *Brasil de Fato*<sup>164</sup>, foi possível acolher também os dados referentes aos XXIII e XXV Encontros (2017 e 2019) com o comparecimento de 332 e 700 delegados, respectivamente<sup>165</sup>.

Para além dessa amostragem numérica, destaca-se nessas Declarações Finais e nas notícias mencionadas a permanência da presença de representantes de outras regiões e continentes, como já exemplificado pela África, Europa e Ásia, nos Encontros do FSP. Nesse sentido, consolida-se, sobretudo no século XXI, ao longo dessas duas décadas, uma internacionalização da organização e o real interesse de dialogar e de aproximar a esquerda latino-americana com outras entidades de esquerda espalhadas pelo mundo.

No entanto, para Regalado e Pomar (2013), o cenário do FSP nesse início dos anos de 2010 não deixou de lado a América Latina. Eles interpretaram as discussões estabelecidas no XVII Encontro (2011) como um momento em que a organização buscava ser mais ativa, propositiva e visível para a realidade latino-americana. Assim, na visão desses autores, o FSP indicava nesse período “(...) o fortalecimento orgânico do próprio Foro de São Paulo, de modo

<sup>160</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 40.

<sup>161</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 163.

<sup>162</sup> *Ibid.*, p. 176.

<sup>163</sup> FORO de São Paulo defende a comunicação contra-hegemônica. *Jornalistas Livres*, 25 jul. 2017. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/foro-de-sao-paulo-america-latina/>>.

<sup>164</sup> RODRIGUES, Fania; MELLO, Michele de. 25º Foro de São Paulo termina com atenções voltadas para eleições no continente. *Brasil de Fato*, 29 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/29/25o-foro-de-sao-paulo-termina-pedindo-foco-nas-disputas-presidenciais-do-continente>>.

<sup>165</sup> Em relação a esses dados, as possíveis inferências se tornaram um problema para este trabalho, visto que se tratam de informações que não constam em todas as Declarações Finais dos Encontros do FSP nesta fase. A exceção, que se aproxima desse aspecto, é a tabela anexada por Regalado e Pomar (2013) referente aos membros do FSP em 2012 – o que não garante que participaram do Encontro desse ano. Ver também em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.269.

a refletir a atual integração dos partidos de esquerda na América Latina, incluindo os que alcançaram o governo em seus respectivos países”<sup>166</sup>.

Consoante a isso, a Declaração Final do XIX Encontro (2013) aponta um triplo papel a ser desempenhado pelos partidos políticos da organização nessa conjuntura: fomentar a integração regional na América Latina; fortalecer os governos ou as oposições à esquerda; e “(...) construir um pensamento de massas, latino-americano e caribenho, integracionista, democrático-popular e socialista”<sup>167</sup>. Uma demonstração, confirmada no XXIII Encontro (2017) de que o FSP continuava “(...) trabalhando para se fortalecer como espaço de debate, acordo e convergência da esquerda latino-americana e caribenha”<sup>168</sup>.

Contudo, a avaliação positiva desses autores sobre momento que passava o FSP, na prática, pode ser interpretado como uma estratégia de defesa e autoafirmação. Afinal, nesse período, já havia se consumado a destituição de presidentes eleitos na América Latina, como os casos dos presidentes hondurenho Manuel Zelaya no ano de 2009 e do paraguaio Fernando Lugo em 2012<sup>169</sup>. Além de disputas eleitorais acirradas, mas vencedoras, em países como a Venezuela no ano de 2013 e no Brasil, em 2014. Aliás, no exemplo brasileiro, a destituição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, se tornou um marco político desse período. Além de ter sido um alerta para o futuro das esquerdas latino-americanas e do próprio FSP.

Dessa maneira, esse conjunto diversificado de episódios ocorridos na América Latina na década de 2010, indicam os motivos por trás desse fortalecimento do FSP frente a essa crítica conjuntura política e ideológica na América Latina. A unidade na diversidade exaltada pelo FSP como meta e com otimismo nas décadas de 1990 e 2000, passa a ser trabalhada em torno de uma resistência e de uma emancipação – para além da tradicional luta através de processos eleitorais – no decorrer da década de 2010.

### 3.2 A ascensão em meio ao regresso: as novas direitas latino-americanas

<sup>166</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 163.

<sup>166</sup> Ibid., p.215.

<sup>167</sup> Ibid., p.253.

<sup>168</sup> “NOSSA América está de pé na luta”, declara o Foro de São Paulo. **Vermelho**, 25 jul. 2017. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2017/07/25/nossa-america-esta-de-pe-na-luta-declara-o-foro-de-sao-paulo/>>.

<sup>169</sup> Os exemplos de destituições dos presidentes hondurenho e paraguaio, apesar de se tratar de lideranças político-partidárias de espectros ideológicos distintos – o primeiro alinhado mais à direita e o segundo à esquerda –, foram aproximadas por uma questão temporal e, conseqüentemente, por constituírem uma parte relevante de um processo crescente de neogolpismo na América Latina desse período. Além disso, a partir de Regalado e Pomar (2013), constata-se a presença de Zelaya em um Encontro do FSP, o que corrobora para esse exercício de aproximação realizado. Ver também em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.201.

Os processos eleitorais e os governos eleitos na América Latina ao longo dos anos de 2010 foram marcados por descontinuidades, alterações e/ou interrupções em boa parte dos países da região. Tratou-se de movimentos que indicaram esgotamentos e novidades desde perspectivas ideológicas às lideranças políticas envolvidas nessa realidade. Um cenário diferente ao se comparar com a década anterior, em que o conjunto de governos à esquerda latino-americanos, batizados de “Onda Rosa”, expressaram uma manutenção no poder.

Os primeiros Encontros do FSP desse período avaliaram e projetaram essa conjuntura política ainda sob o peso do otimismo das marcantes e sucessivas vitórias, inclusive, de muitos partidos vinculados à organização. A Declaração Final do XVII Encontro (2011), menciona a importância de se vencer as eleições de 2011 que aconteceriam na Argentina, no Peru, na Nicarágua e na Guatemala, ressaltando as candidaturas de Ollanta Humala, Daniel Ortega e Rigoberta Menchú, respectivamente<sup>170</sup>. Além de destacar o legado e a permanência dos governos à esquerda desse período, desde os refundadores aos reformadores, que apresentavam, respectivamente, revoluções e mudanças em suas realidades.

Contudo, sobre esse mesmo Encontro, Regalado e Pomar (2013) apontam que o documento em questão salienta que, apesar dos avanços políticos e as consequências no âmbito socioeconômico desses governos à esquerda, havia ainda um trabalho a ser desenvolvido: “(...) a construção de outra visão de mundo”<sup>171</sup>. Uma interpretação dos autores que já identificava, nesse momento, não somente a luta via eleitoral, mas a luta ideológica como uma carência a ser preenchida e recuperada pelos partidos e movimentos de esquerda, sobretudo, ligados ao FSP.

No ano seguinte, a partir da Declaração Final do XVIII Encontro (2012), essa demanda é intensificada e reformulada na busca por um “mundo socialista”<sup>172</sup>, diante de um complexo ambiente político, em que se destaca tanto os triunfos eleitorais à esquerda que derivam desde os anos de 2010 na América Latina quanto a ascensão da nova direita latino-americana apoiada, internamente, pela mídia local e, externamente, pelos interesses dos EUA na região. Nisso, Regalado e Pomar (2013), ressaltam que

Sobre esse último aspecto, podemos dizer que a ofensiva da esquerda, iniciada entre 1998 e 2002, com as eleições de Chávez e Lula, parece estar encontrando seus

<sup>170</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 164.

<sup>171</sup> Ibid., p. 215.

<sup>172</sup> Para ser mais exato, o trecho acerca disso diz: “O XVIII Encontro do Foro de São Paulo conclui convocando os povos a lutar contra o neoliberalismo e as guerras, a construir um mundo de paz, democracia e justiça social. Outro mundo é possível e nós o estamos construindo: um mundo socialista”. Ver também em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 180.

próprios limites. E as forças de direita, não apesar da crise, mas exatamente por causa da crise internacional, deflagraram desde a eleição de Obama uma contraofensiva, que, por enquanto, vem nos golpeando nos elos mais fracos, como Honduras e Paraguai.<sup>173</sup>

Essa posição defendida pelos autores salienta a construção de uma hierarquia ou mesmo uma diferenciação de relevância entre os países latino-americanos. O tratamento dado para Honduras e Paraguai como “elos fracos” é sintomático. Além de não refletir sobre a gravidade dos processos de destituição desses governos para o contexto político em meio ao neogolpismo crescente na região. Os autores, mesmo sob o reconhecimento das limitações apresentadas pelas esquerdas na América Latina, encaram esses episódios como “pequenos”, apesar de prestar solidariedade e repúdio aos processos deflagrados nesses países.

Diante desse momento, o cenário político da América Latina caminhou para uma encruzilhada a ser percorrida nos anos seguintes<sup>174</sup>. A nova direita latino-americana dos anos 2010, como argumenta Pereira da Silva (2018), já não contavam somente com as eleições para se alçar ao poder<sup>175</sup>. Abria-se espaço para o surgimento e a consolidação de golpes institucionais marcados, principalmente, por meio de distorções e conluíus político-jurídicos sob o aval de autoridades e órgãos competentes e fomentadas por agentes políticos internos e externos – os lawfares. Inclusive, o impeachment do presidente paraguaio Fernando Lugo, em 2012, introduzia, portanto, esse “neogolpismo”<sup>176</sup> na América Latina desse período.

No entanto, nas Declarações Finais do XIX e XX Encontro (2013 e 2014), o FSP apresenta uma avaliação positiva acerca desse panorama político em construção na década de 2010. Na visão da organização, com exceção do Paraguai e de Honduras que foram envolvidos em neogolpismos, as demais vitórias das direitas foram em países que não estiveram sob

---

<sup>173</sup> Ibid., p. 225.

<sup>174</sup> A ideia de “encruzilhada” é acolhida por este trabalho a partir do livro “América Latina na Encruzilhada: Lawfare, Golpes e Lutas de Classes”, organizado por Roberto Santana Santos, João Cláudio Platenik Pitillo e María del Carmen Villarreal Villamar. Ver também em: PITILLO, João Cláudio; SANTOS, Roberto Santana; VILLARREAL, Maria (Orgs). **América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

<sup>175</sup> PEREIRA DA SILVA, Fabrício. O fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 2018, p. 170.

<sup>176</sup> Por neogolpismo, Coelho e Goulart (2018) salientam que se trata de “(...) uma forma de destituição complexa, relativamente nova na literatura política, e que tem como principal característica a ausência do uso da força e a aparente manutenção da ordem institucional”. Ver também em: COELHO, André. GOULART, Mayra. O refluxo da maré rosa e o papel das Cortes Supremas na interrupção dos governos progressistas na América Latina. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42. 2018, Caxambu. **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 2018. (Documento em PDF está sem página e não encontrei em nenhum formato com paginação). Para Pereira da Silva (2018), “(...) essas novas formas de golpe não têm a participação direta dos militares, e se processam através de interpretações distorcidas das instituições, particularmente do mecanismo do *impeachment* quando este é constitucionalmente previsto”. Ver também em: PEREIRA DA SILVA, Fabrício. O fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 2018, p. 170.

governos de esquerda iniciados nas últimas décadas<sup>177</sup>. A organização, portanto, não admitiu derrotas e buscou mobilizar as candidaturas de esquerda – vinculadas ao FSP – que se sagraram vencedores nas eleições de 2014 – com destaque ao Brasil, Bolívia e Uruguai<sup>178</sup>.

A persistência de um otimismo político enfatizadas nesses Encontros se desconectavam da conjuntura. Apesar de um cenário de êxitos em campanhas eleitorais recentes, Regalado e Pomar (2013) alertavam, a partir de suas inferências acerca do XIX Encontro (2013), que havia um fortalecimento das direitas nesses processos. Inclusive, o exemplo dado por esses autores foi a vitória apertada e contestada de Nicolás Maduro na Venezuela nesse período, com 50,86% dos votos. Assim, para eles, as disputas eleitorais de 2014 tenderiam para essa mesma direção e mereciam muita atenção para que não houvesse novas derrotas<sup>179</sup>.

Consoante a isso, André Coelho e Mayra Goulart (2018), em observação desse cenário político, destacam que, no decorrer da década de 2010, a oposição aos governos de esquerda na América Latina se reorganizou e cresceu no âmbito eleitoral. Projetavam, inclusive, uma transição de presidências da esquerda para a direita em muitos países da região. Contudo,

“(…) as eleições de Ollanta Humala em 2011 no Peru, de Michelle Bachelet em 2013 no Chile, a acirrada eleição de Nicolás Maduro na Venezuela, também em 2013, a de Tabaré Vázquez, em 2014, no Uruguai, e a reeleição de Dilma Rousseff no Brasil, também em 2014, indicaram que, apesar do fortalecimento das forças opositoras, estas não haviam conseguido reverter a tendência de governos progressistas em países considerados centrais para a região”<sup>180</sup>.

Embora as novas direitas latino-americanas não conseguiram impedir a continuidade de vitórias eleitorais das esquerdas, esse cenário não amenizou o gradativo “refluxo” dos seus oponentes nessa década. Para Franck Gaudichaud (2019), inaugura-se um novo momento político na região, intensificado após a morte do líder venezuelano Hugo Chávez e sua substituição por Nicolás Maduro em 2013. Além disso, a derrota de Cristina Kirchner para Mauricio Macri nas eleições argentinas de 2015, o processo de *impeachment* contra Dilma

<sup>177</sup> POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 251.

<sup>178</sup> Essa passagem do XX Encontro (2014), ao contrário dos Encontros anteriores que detinham uma bibliografia específica, está presente, na íntegra, no site oficial do FSP. Disponível em: < <https://forodesaopaulo.org/?p=6106>>.

<sup>179</sup> POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 235-236.

<sup>180</sup> COELHO, André. GOULART, Mayra. O refluxo da maré rosa e o papel das Cortes Supremas na interrupção dos governos progressistas na América Latina. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42. 2018, Caxambu. **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 2018. (Documento em PDF está sem página e não encontrei em nenhum formato com paginação).

Rousseff e a impossibilidade de Evo Morales se candidatar à reeleição na Bolívia em 2016<sup>181</sup> se constituíram outros exemplos dessa nova realidade classificada pelo autor.

O episódio envolvendo a presidência de Dilma Rousseff no Brasil, em 2016, diante desse novo momento político, acarretou uma atenção especial. Na Declaração Final do XXII Encontro do FSP (2016), o neogolpe de Estado contra a presidenta brasileira se tornou um dos principais tópicos desse Encontro no âmbito político. Além de ser alvo simultâneo de repúdio e solidariedade por parte da organização – que não deixou de acreditar na reversão desse caso e até resgatou o lema revolucionário cubano, presente na Segunda Declaração de Havana: “(...) disse BASTA, e começou a andar...”<sup>182</sup>.

Em relação a isso, Coelho e Goulart (2018) reforçam que o *impeachment* de Dilma Rousseff foi um caso mais importante e complexo para a realidade regional. No entanto, os casos paraguaio e hondurenho não deixam de ser relevantes, além de ocorrerem primeiro. Nesse sentido, os autores destacam que “(...) o processo de impeachment de Fernando Lugo em 2012 no Paraguai ocorreu em menos de 48 horas, deixando apenas doze horas para a preparação dos advogados de defesa do ex-presidente”<sup>183</sup>. Enquanto que a destituição “express” do presidente de Honduras, Manuel Zelaya, em 2009, foi “(...) um processo de impeachment acelerado que busca dar uma capa de legitimidade a um evento grotesco como a expulsão do país de um presidente legitimamente eleito no meio da madrugada, quando ainda vestia pijamas”<sup>184</sup>.

Em vista desses exemplos, esses autores salientam se tratar de estratégias fomentadas pelas novas direitas latino-americanas em sua atuação política, “(...) reeditando com nova roupagem velhas práticas que pareciam distantes da vivência democrática contemporânea da América Latina”<sup>185</sup>. Em outras palavras, esses episódios marcaram a retomada do autoritarismo no cenário político regional e, conseqüentemente, a viabilidade de candidaturas radicais ao longo da década de 2010.

Acrescido a isso, para Igor Fuser (2018), trata-se de uma ampla ofensiva contra os partidos, movimentos e lideranças que fazem parte das esquerdas latino-americanas,

---

<sup>181</sup> GAUDICHAUD, Franck. Refluxo conservador e tensões regressivas na América Latina: os governos “progressistas” em seu labirinto. **Lutas Sociais**, v. 23, n. 42, 2019, pp. 83-84.

<sup>182</sup> Esse trecho do XXII Encontro (2016), está presente, na íntegra, somente no site oficial do FSP. Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/declaracao-final-do-xxii-encontro-do-foro-de-sao-paulo>>.

<sup>183</sup> COELHO, André. GOULART, Mayra. O refluxo da maré rosa e o papel das Cortes Supremas na interrupção dos governos progressistas na América Latina. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42. 2018, Caxambu. **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 2018, p.13.

<sup>184</sup> *Ibid.*, p.13.

<sup>185</sup> *Ibid.*, p.14.

alimentando uma aliança antiesquerdista acompanhada por agentes do poder Judiciário, da mídia, do empresariado, de grupos religiosos conservadores e de estratos da classe média local. Os exemplos disso se baseiam na perseguição judicial a ex-presidentes – de esquerda –, casos de Cristina Kirchner na Argentina e de Rafael Correa no Equador e Luís Inácio Lula da Silva no Brasil – preso em 2018<sup>186</sup>.

Ainda sob o âmbito da ofensiva das novas direitas latino-americanas, esse autor esclarece que os métodos de ação para se consumir destituições de governos e processos judiciais aos envolvidos na chamada “Onda Rosa” na região foram semelhantes. Em muitos casos inclusive já mencionados, houve escândalos políticos, denúncias controversas, notícias e rumores falsos – ampliados, na atualidade, pelo fenômeno das “fake news” – e da reciclagem de clichês preconceituosos dos tempos de Guerra Fria, como o anticomunismo, que contaram com amplo alcance e suporte midiático destinado às populações locais<sup>187</sup>. O FSP também se torna um alvo nesse processo.

Contudo, para esse autor, essas ações não deixam de ser resultado do esgotamento das conciliações e reformas estabelecidas por muitos governos de esquerda nas décadas de 2000 e 2010. Tratara-se de gestões que, mesmo legitimados através de vitórias eleitorais não exerceram o completo controle dos seus governos, costurando necessários acordos com as elites nacionais para estarem ao seu favor mediante a trocas de favores e a concessão de vantagens, principalmente, econômicas. Um fator que, quando dilapidado, intensificou as artimanhas neogolpistas desse período, visto a fragilidade de governos, eleitoralmente, populares, mas imediatistas quanto a governabilidade<sup>188</sup>.

Um adendo acerca disso é apontado por Gaudichaud (2019) que evidencia nesse momento político latino-americano “(...) uma separação cada vez maior entre os partidos presidenciais e o resto da sociedade (...) e o nascimento de uma tecnoburocracia cada vez mais assimilada aos círculos do poder econômico e das elites em sentido amplo”<sup>189</sup>. Um fenômeno nada inédito e, sim, mundial no funcionamento dos regimes democráticos do século XX e XXI – principalmente ligados à social-democracia.

Por outro lado, o autor também associa esse cenário político, correspondente as décadas de 2000 e 2010, ao “hiperpresidencialismo” e sua relação com as lideranças latino-americanas.

---

<sup>186</sup> FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. *Saúde Debate*, v. 47, n. spec, 2018, p.79.

<sup>187</sup> *Ibid.*, p.79-80.

<sup>188</sup> *Ibid.*, p.84.

<sup>189</sup> GAUDICHAUD, Franck. Refluxo conservador e tensões regressivas na América Latina: os governos “progressistas” em seu labirinto. *Lutas Sociais*, v. 23, n. 42, 2019, pp. 84-85.

Em vista disso, complementa Fuser (2018), houve um processo de dependência aos presidentes personalistas da região vinculados aos anos 2000, como o caso de Lula no Brasil, o casal Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia e Hugo Chávez na Venezuela. Um fenômeno político que propiciou maior unidade política e integração regional, mas que demonstrou as limitações dessas lideranças que, sendo humanas, são passíveis de erros e não são eternas<sup>190</sup>.

Aliado a esses aspectos, acresce o resgaste e a apropriação pelo conservadorismo por parte da “nova-direita” e, conseqüentemente, a polarização nas populações locais na década de 2010, segundo Guilherme Gomes Ferreira (2016)<sup>191</sup>. Uma realidade que denotou no âmbito comportamental, principalmente no Brasil desse período, o interesse em um conjunto de grupos e sujeitos em se assumir e se projetar, publicamente, como conservador e de direita, conforme Silvana Fernandes Mariz (2021)<sup>192</sup> e Luciana Tatagiba (2018)<sup>193</sup>

Nesse sentido, a autora salienta que essa iniciativa se relaciona, principalmente, com as manifestações de direita que marcaram, de forma inédita, a história recente do Brasil desde 2011 e sob o auge nas “Jornadas de Junho” em 2013. Um movimento que, gradativamente, evidenciou o

“(…) exibicionismo hiperbólico, através não apenas da velha retórica e liturgias partidárias, mas assumindo outras vestes mais joviais e frívolas, desde o mimetismo dos “panelaços” importados da Argentina até mesmo a realização de danças coletivas coreografadas em espaços públicos, como demonstração de apelo e apoio popular”<sup>194</sup>.

Além de constatar que essas novas direitas aqui no Brasil – e sob o reflexo na América Latina –, ao se fortalecer sob diferentes roupagens ideológicas e retóricas no campo da própria direita, “(…) estavam longe de representar uma força política irrelevante ou recente”<sup>195</sup>. Assim, se tratava para Mariz (2021), para além de uma resposta aos governos de esquerda em sequência

<sup>190</sup> FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. *Saúde Debate*, v. 47, n. spec, 2018, p.85.

<sup>191</sup> Para esse autor, o conservadorismo reside em uma corrente de pensamento sob falsa ausência ideológica, visto defender pilares como a “vida”, a família, o “bem” comum e a preservação dos costumes e tradições humanas, apelando, ao mesmo tempo, à ordem e à mudança. Assim, apoia a manutenção de valores existentes em relações determinantes e dominantes através de um pensamento genérico que penetra e se repete na vida cotidiana, sendo cultuado como um discurso natural, inquestionável e coerente aos indivíduos e sociedades. Ver também em: FERREIRA, Guilherme Gomes. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 36, 2016, p. 169-170.

<sup>192</sup> MARIZ, Silvana Fernandes. A “nova direita” e a “ideologia de gênero” como arma política no Brasil. *Rev. Hist. UEG*, Morrinhos, v. 10, n. 2, 2021, p.5.

<sup>193</sup> TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011–2016). IN: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIEL, Rodrigo. *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 93.

<sup>194</sup> MARIZ, Silvana Fernandes. A “nova direita” e a “ideologia de gênero” como arma política no Brasil. *Rev. Hist. UEG*, Morrinhos, v. 10, n. 2, 2021, p.6.

<sup>195</sup> *Ibid.*, p. 7.

no país, uma iniciativa que buscava ampliar e massificar a agenda cultural conservadora para a sociedade brasileira<sup>196</sup>.

Consoante a isso, a partir de Gaudichaud (2019), complementa-se que tais atividades dessas novas direitas no Brasil e na América Latina foram “(...) espaços deixados ou abandonados pelos progressismos para reconquistar, violentamente e/ou eleitoralmente, gradualmente ou bruscamente, a direção do Estado”<sup>197</sup>. Além de ressaltar, em sua interpretação que, para essa crescente oposição, as experiências das esquerdas na região foram parênteses, visto que os governos, historicamente, são controlados, exclusivamente, por eles – independente do formato, seja ele autoritário ou democrático.

Nesse cenário, esse fator é associado por Fuser (2018) pela falha dos governos à esquerda na “luta de ideias” na América Latina ao longo dos anos 2010. Em razão disso, não houve determinação desses regimes em apresentar os avanços sociais realizados por meio de programas aprimorados ou introduzidos no decorrer do século XXI em diferentes países da região. Desse modo, a ausência de politização e uma restrição de participação ou envolvimento, sobretudo, em relação as populações mais pobres apresentaram seu problemático legado<sup>198</sup>.

Em conjunção a todos esses aspectos apontados, o FSP apresenta uma semelhante leitura no XXIII Encontro do FSP (2017). A Declaração Final desse Encontro, destaca que, dentro de desse novo cenário político e ideológico na região,

“(...) a necessidade de transformar ou reformar a sociedade a partir dos espaços institucionais recentemente ocupados negligenciou o desafio de construir a hegemonia popular, única fonte de poder capaz de fornecer-lhes a força necessária para derrotar as tentativas previsíveis do imperialismo e das oligarquias crioulas de restabelecer sua antiga dominação monopolista do Estado, e a vacina para imunizá-los contra insuficiências, desvios e erros que causam desacumulação social e política”<sup>199</sup>.

Nesse trecho, percebe-se o alinhamento do FSP em se voltar para a luta ideológica e a construção de uma nova visão de mundo, como ressaltado no início deste capítulo. A organização que não admitia derrotas político-eleitorais ou tratava, a partir de seus intelectuais orgânicos, os episódios golpistas com leve apreço até o neogolpe sofrido pela presidenta

<sup>196</sup> Ibid., p. 8.

<sup>197</sup> GAUDICHAUD, Franck. Refluxo conservador e tensões regressivas na América Latina: os governos “progressistas” em seu labirinto. **Lutas Sociais**, v. 23, n. 42, 2019, p.87-88.

<sup>198</sup> FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. spec, 2018, p.85.

<sup>199</sup> A Declaração Final do XXIII Encontro (2017) foi encontrada, na íntegra, no site oficial do FSP. Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/memoria-del-xxiii-encuentro-del-foro-de-sao-paulo-managua-nicaragua-15-al-19-de-julio-de-2017-2/>>. Além de que, a partir de uma matéria jornalística do “Jornalistas Livres” de mesmo ano, também é possível encontrar esse mesmo documento. Ver também em: FORO de São Paulo defende a comunicação contra-hegemônica. **Jornalistas Livres**. São Paulo, 25 jun. 2017. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/foro-de-sao-paulo-america-latina/>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

brasileira Dilma Rousseff em 2016. Assim, a organização enfim se alertou sobre o processo histórico em vigência. Mas não seria tarde demais para se promover essa mudança, considerando o auge que as esquerdas dispuseram nas últimas duas décadas?

Além desse aspecto, a Declaração Final desse Encontro (2017) avalia a disposição política na América Latina a partir dessa segunda metade da década de 2010, em que houve a perda das presidências nacionais de Honduras, Paraguai, Argentina e Brasil. Para a organização, a Argentina era o único caso em que a derrota foi legítima e resolvida em eleição. Entretanto, exalta-se as resistências, sob o mesmo posto político, nas vitórias eleitorais recentes em países como Venezuela, Bolívia, Uruguai, Equador, Nicarágua e El Salvador. A tabela e o gráfico, a seguir, ajudam a entender a dinâmica político-eleitoral da América Latina nesse período:

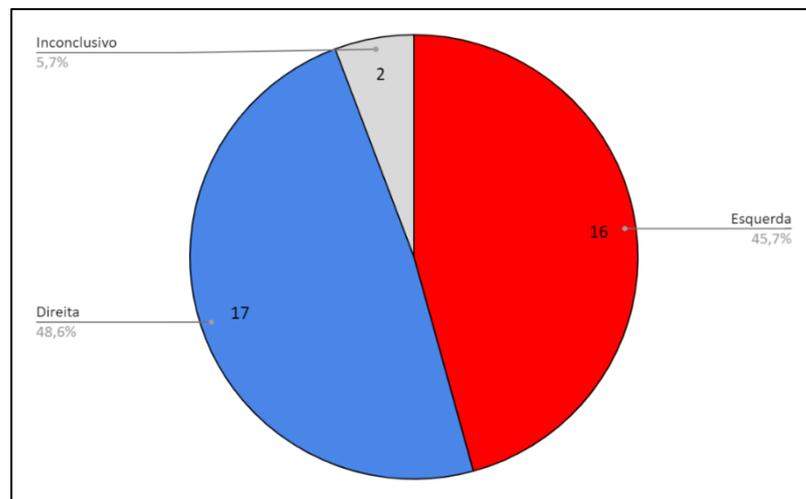
**Tabela 7:** Os resultados eleitorais na América Latina (2011-2019)

Países	Período	Presidente Eleito	Espectro Ideológico
Argentina	2011-2015	Cristina Kirchner (PJ)	Esquerda
	2015-2019	Mauricio Macri (PRO)	Direita
Bolívia	2009-2019	Evo Morales (MAS)	Esquerda
Brasil	2011-2016	Dilma Rousseff (PT)	Esquerda
	2016-2018	Michel Temer (PMDB)	Direita
	2018-2022	Jair Bolsonaro (PSL/PL)	Direita
Colômbia	2010-2018	Juan Manuel Santos (Partido de La U)	Direita
	2018-2022	Iván Duque Márquez (CD)	Direita
Chile	2010-2014	Sebastián Piñera (Independente)	Direita
	2014-2018	Michelle Bachelet (PSCh)	Esquerda
	2018-2022	Sebastián Piñera (Independente)	Direita
Cuba	2008-2018	Raúl Castro (PCC)	Esquerda
	2019-Presente	Miguel Díaz-Canel (PCC)	Esquerda
El salvador	2014-2019	Salvador Sánchez (FMLN)	Esquerda
	2019-Presente	Nayib Bukele (GANNA)	Direita
Equador	2013-2017	Rafael Corrêa (PAIS)	Esquerda
	2017-2021	Lenín Moreno (PAIS)	Esquerda
Guatemala	2012-2015	Otto Pérez Molina (PP/GANA)	Direita
	2015-2016	Alejandro Maldonado (Independente)	Inconclusivo
	2016-2020	Jimmy Morales (FCN-Nación)	Direita
Honduras	2010-2014	Porfirio Lobo Sosa (PNH)	Direita
	2014-2022	Juan Orlando Hernández (PLH)	Direita
México	2012-2018	Enrique Peña Nieto (PRI)	Direita
	2018-Presente	Andrés Manuel López Obrador (Morena)	Esquerda
Nicarágua	2012-Presente	Daniel Ortega (FSLN)	Esquerda
Paraguai	2012-2013	Federico Franco (PLRA)	Inconclusivo
	2013-2018	Horacio Cartes (ANR/Colorado)	Direita

	2018-Presente	Mario Abdo Benítez (ANR/Colorado)	Direita
Peru	2011-2016	Ollanta Humala (PNP)	Esquerda
	2016-2018	Pedro Pablo Kuczynski (PPK)	Direita
	2018-2020	Martin Vizcarra (PPK)	Direita
República Dominicana	2012-2020	Danilo Medina (PLD)	Esquerda
Uruguai	2010-2015	José Mujica (FA)	Esquerda
	2015-2020	Tabaré Vázquez (FA)	Esquerda
Venezuela	2013-Presente	Nicolás Maduro (PSUV)	Esquerda

Fonte: Elaboração Própria

**Gráfico 5:** Espectro ideológico dos governos da América Latina (2011-2019)



Fonte: Elaboração Própria

Dessa maneira, o FSP, a partir do XXIII Encontro (2017), refuta a tese do “fim do ciclo progressista”, visto como uma argumentação teleológica de tradição histórica para se diminuir o impacto político da esquerda latino-americana, enaltecendo, em contrapartida, um protagonismo para a “nova” direita na região. Para além da organização, Fuser (2018) também esclarece que se trata de uma visão determinista e de resignação fatalista em relação ao futuro<sup>200</sup>. Em comparação às tabelas e gráficos do capítulo anterior, a Tabela 7 e o Gráfico 5 corroboram com essas colocações, ao apresentar leve alteração – que não engrandece a direita – entre os governos de direita e de esquerdas eleitos na América Latina dos anos 2010.

Nesse sentido, salienta-se a necessidade de uma reflexão em torno da heterogeneidade dos governos de esquerda na América Latina, retomando a divisão entre refundadores e reformadores de Pereira da Silva (2011). A permanência no poder por parte dos primeiros em relação aos segundos suscita questões sobre a fragilidade e a resistência frente a uma escalada

<sup>200</sup> FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 47, n. spec, 2018, p. 87.

autoritária na região. Quais ações realizadas por Nicolás Maduro para permanecer no governo venezuelano, mesmo diante de um processo eleitoral conturbado, que não foram feitas por Dilma Rousseff, em contexto semelhante, para não ser destituída do seu cargo?

Sob esse questionamento e as comparações atribuídas aos cenários políticos desses dois países, é preciso reconhecer, conforme Gaudichaud (2019), a partir de Katz (2017)<sup>201</sup>, que o próprio governo do PT não criou condições para se barrar o golpismo por trás da destituição do governo Dilma Rousseff em 2016. No entanto, para os autores, também não se pode reverenciar a permanência de Nicolás Maduro na Venezuela, visto que não se apresenta como uma “(...) uma perspectiva realmente emancipatória”<sup>202</sup>.

Além disso, na visão de Gaudichaud (2019), o processo político envolvendo a América Latina durante a década de 2010, em sua totalidade, também apresenta experiências diferentes de extremismos polarizados entre as esquerdas e direitas – velhas, novas e híbridas – da região. Sob essa realidade, o autor exemplifica que

“Em vários países, antes se assiste a um resiliência progressista ou a uma estabilização social-liberal “moderada” (Uruguai). Em outros, constata-se uma alternância eleitoral desaguando em uma vigorosa ofensiva neoliberal (Argentina e Chile) ou, ainda, um nacionalismo-popular “continuado”, mas de maneira “degradada” (Bolívia), ou mesmo claramente regressivo. No Equador, a vitória do sucessor de Rafael Correa, Lenin Moreno, deságua numa guerra entre chefes no interior da Aliança País (o movimento de apoio ao presidente) e de acusações fraticidas tendentes a dilapidar a herança pós-neoliberal (segundo os partidários de Rafael Correa) e, de outro lado, o autoritarismo, a corrupção e a ineficácia burocrática de Correa (para os adeptos de Moreno)”<sup>203</sup>.

Essa avaliação de Gaudichaud (2019) e trazendo, principalmente, Fuser (2018) e as considerações dos últimos Encontros do FSP, compreende-se uma outra perspectiva sobre o “fim” político das esquerdas na América Latina a partir desse período. Mas, nesse caso, espera-se o fim de uma política institucional marcada por conciliações e transições de regimes cujo *status quo* permanece intacto e, muitas vezes, parcial e golpista. As ambições desejadas caminham por outras lógicas de lutas para essas esquerdas, sem abandonar a relevância do que já se construiu ao longo do século XXI em meio ao indeterminismo da história.

### 3.3 O retorno ao neoliberalismo em um novo momento de crise

<sup>201</sup> KATZ, Claudio. ¿Qué pasa en Venezuela?. **Plaza de los Comunes**, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=49znMBBsUdo>>.

<sup>202</sup> GAUDICHAUD, Franck. Refluxo conservador e tensões regressivas na América Latina: os governos “progressistas” em seu labirinto. **Lutas Sociais**, v. 23, n. 42, 2019, p. 89.

<sup>203</sup> *Ibid.*, pp. 91-92.

O complexo cenário político latino-americano na década de 2010 também possui contornos econômicos. Desde o legado dos governos de esquerda na região à ascensão de novas direitas na América Latina, a economia capitalista pautada no novo-desenvolvimentismo, ao final dos anos 2000, apresentou limitações ou sinais de esgotamento. Um processo que, em simultaneidade, acompanhou as transições político-eleitorais legítimas e ilegítimas desempenhadas em boa parte dos países e governos da região.

As Declarações Finais dos Encontros do FSP nesse período também apresentam, mas, sobretudo, avaliam essa dinâmica econômica latino-americana que, sob uma substituição do novo-desenvolvimentismo, explora-se o retorno ou a retomada do neoliberalismo em sua integralidade ou de forma explícita na região. Inclusive, trata-se de um dos pilares que caracterizam os programas das oposições e, conseqüentemente, dos novos governos e governantes eleitos na região, sobretudo, na segunda metade da década de 2010.

Sob essa realidade, na Declaração Final do XVII Encontro (2011), a organização promove uma defesa ao modelo econômico implementado pelos governos à esquerda na América Latina. Para o FSP, foi um modelo que priorizou a construção de projetos alternativos ao neoliberalismo em meio ao lema da “unidade na diversidade” dos países latino-americanos projetada pela organização. Um objetivo que se intensificou diante da crise capitalista de 2008 cujos desdobramentos se manifestaram somente no início dos anos 2010 na região<sup>204</sup>.

Consoante a essa defesa por parte do FSP, a Declaração Final do XVIII Encontro (2012) destaca a diferença entre a Europa e os EUA em relação à América Latina no âmbito econômico. Enquanto que os primeiros, na visão da organização, privilegiavam o neoliberalismo e suas respectivas políticas econômicas de austeridade e de ligação com o capital financeiro, os países latino-americanos, por outro lado, construíam

“(…) planos sociais de grande envergadura, obtendo êxitos indiscutíveis na luta contra a pobreza e impulsionando como nunca antes o processo de integração, o desafio de continuar construindo-o e aprofundando as mudanças nas atuais condições de agravamento da crise”<sup>205</sup>.

Nesse sentido, esses dois primeiros Encontros dessa terceira fase do FSP evidenciam que, na passagem dos anos 2000 para os anos 2010, as contradições presentes no novo-desenvolvimentismo não foram refletidas. Nem mesmo a continuidade ou a atualização de

---

<sup>204</sup> POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 164-165.

<sup>205</sup> Ibid., p. 172-173.

diretrizes ligadas ao neoliberalismo, com fins de governabilidade ou de manutenção no poder, durante esse período foram avaliadas.

Contudo, na Declaração Final do XIX Encontro da organização (2013), acentua-se, diante de um cenário político conturbado para a esquerda latino-americana em meio ao avanço das novas direitas na região, a aceitação do FSP por outros tipos de capitalismo e, conseqüentemente, de modelos de desenvolvimento. Um “recuo” de discurso que se manifesta nesse documento ao se afirmar que

“(…) Uma coisa é considerar a necessidade e a urgência de superar o capitalismo, que em qualquer uma de suas formas é estruturalmente antagônico aos nossos valores, ideais e necessidades. Outra coisa é sobrestimar as forças anticapitalistas na atualidade e subestimar a capacidade de recomposição que o capitalismo já demonstrou muitas vezes ao longo de sua história”<sup>206</sup>.

Para além disso, essa afirmação presente na Declaração Final do XIX Encontro do FSP (2013), não se trata de uma defesa ao capitalismo ou um conformismo em relação a sua vigência. Pelo contrário, é acrescentado a existência de uma dicotomia envolvida em eixos econômicos liderados pelos EUA e, de forma mais recente, pelo BRICS<sup>207</sup>. Para a organização, mesmo ambos sendo capitalistas, há uma diferença na noção de desenvolvimento, o que no BRICS haveria uma melhor convivência dos países inseridos nesse bloco econômico<sup>208</sup>.

Essa problematização vigente a partir desse Encontro do FSP não é em vão. Trata-se de uma resposta acerca do momento político e suas conseqüentes disputas ideológicas presentes na América Latina nesse período. Já em 2013, governos de esquerda na região sofreram com o crescimento de oposições internas – em que se projeta eleições disputadas nos anos seguintes – e até mesmo processos de destituição institucionais controversos e sob muitos questionamentos, destacados no tópico anterior deste capítulo.

Diante desses fatores políticos, Siqueira e Silva (2019) refletem que esses episódios construíram uma nova agenda econômica na região, diminuindo o papel do Estado e desestimulando as políticas sociais vinculadas ao novo-desenvolvimentismo para se promover reformas estruturais impopulares nesse período. Os exemplos trazidos pelos autores que

---

<sup>206</sup> Ibid., p. 244.

<sup>207</sup> Em termos gerais, o BRICS foi criado em 2009 através do agrupamento de países como o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – sendo a sigla formada a partir da primeira letra desses países, em consideração a grafia na língua inglesa.

<sup>208</sup> POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 244.

caracterizam esse processo foram em formatos de reformas: a Reforma Trabalhista no Brasil e a Reforma da Previdência na Argentina – e também no Brasil<sup>209</sup>.

Mas tais resoluções políticas destacados não deixam de ter fundamentos ou motivações econômicas. Em referência a Fernando Calderón e Manuel Castells (2020), “(...) o ano de 2015 destacou-se como o primeiro do século XXI no qual a economia latino-americana não cresceu”<sup>210</sup>. Nesse sentido, Siqueira e Silva (2019), a partir de Pereira da Silva (2015)<sup>211</sup>, esclarecem que a aceitação de uma nova agenda político-econômica se deu pelos governos de esquerda, sobretudo na América do Sul, diante um cenário de crise<sup>212</sup>.

Em conformidade aos capítulos anteriores, o acompanhamento em torno dos resultados econômicos da América Latina, nesse caso, na década de 2010 também passa, principalmente, pela análise da realidade social na região. Sob os dados da CEPAL (2018), é conferido que, a partir de 2014 se iniciou uma desaceleração nos indicadores sociais que, na década passada, obtiveram resultados positivos<sup>213</sup>. Assim, o desempenho econômico dos países latino-americanos piorou em relação aos avanços construídos nos anos 2000 – e que eram respostas satisfatórias em relação aos anos 1990<sup>214</sup>.

Dentro desses indicadores sociais, o trabalho se concentra em analisar a pobreza na América Latina desse período. Em termos numéricos, a taxa de pobreza atingiu, a partir de 2015, aproximadamente, 30% da população da região – enquanto a extrema pobreza, gradativamente, atingiu 10% ao final de 2018. Estima-se, portanto, que mais de 180 milhões de pessoas se encontravam nessa condição na América Latina desse período. Um resultado que, apesar de ser melhor que a década de 1990, não apresenta uma continuidade de melhora em relação aos anos 2000 – no máximo, estabilidade. Assim,

---

<sup>209</sup> SIQUEIRA, Amanda Poton Cavati de; SILVA, Beatriz Bandeira de Melo Souza e. Novos governos latino-americanos e o paradigma neoliberal: a reforma trabalhista brasileira e a reforma previdenciária argentina como estudos de caso. In: URQUIDI, Vivian; NEPOMUCENO, Margarida; LAGO, Maya Coan; RODRIGUES, Joana de Fátima; CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima de; RODRIGUES, Sabrina (Orgs.). **Estado e Lutas Sociais na América Latina: Sociedade, Economia e Política**. São Paulo: Editora PROLAM, 2019, p. 1334.

<sup>210</sup> CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 32.

<sup>211</sup> PEREIRA DA SILVA, Fabrício. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista SURES**, n. 5, 2015.

<sup>212</sup> SIQUEIRA, Amanda Poton Cavati de; SILVA, Beatriz Bandeira de Melo Souza e. Novos governos latino-americanos e o paradigma neoliberal: a reforma trabalhista brasileira e a reforma previdenciária argentina como estudos de caso. In: URQUIDI, Vivian; NEPOMUCENO, Margarida; LAGO, Maya Coan; RODRIGUES, Joana de Fátima; CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima de; RODRIGUES, Sabrina (Orgs.). **Estado e Lutas Sociais na América Latina: Sociedade, Economia e Política**. São Paulo: Editora PROLAM, 2019, p. 1333.

<sup>213</sup> COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. **Panorama Social da América Latina**. Santiago, 2018, p.13-14.

<sup>214</sup> Ibid., p.15.

“Em resumo, a redução da pobreza extrema e da pobreza continua sendo um desafio importante para os países da América Latina, num contexto de mudanças sociais, políticas e econômicas. Embora a região tenha registrado importantes avanços entre a década passada e meados da década presente, desde 2015 ocorreram retrocessos, particularmente no que se refere à pobreza extrema.”<sup>215</sup>

Diante desse cenário, acompanha-se uma realidade econômica em crise na América Latina em meados dos anos 2010. Echeverría e Ribeiro (2021) argumentam que esse momento possibilitou o retorno do neoliberalismo na região, o que, para esses autores, seria o histórico produtor de crises na região<sup>216</sup>. Essa retomada, como trazem Siqueira e Silva (2019), se tratou de uma estratégia bem-sucedida, visto que os governos das novas direitas regionais passam a adotar medidas neoliberais como soluções econômicas e políticas aos países latino-americanos<sup>217</sup> –acompanhadas por raízes autoritárias e golpistas nesse período.

Consoante a isso, a Declaração Final do XXIII Encontro do FSP (2017)<sup>218</sup> expõe que os governos latino-americanos alcançados pelas novas direitas possuem um único projeto, sobretudo no âmbito econômico: o neoliberalismo. Contudo, para a organização, por conta das medidas neoliberais já implementadas e seus respectivos efeitos para as populações latino-americanas ou mesmo pelo histórico dessa doutrina na região, abria-se uma brecha para que as forças de esquerda, como os partidos e movimentos políticos vinculados ao FSP, retornassem ao poder e aos governos novamente e em curto prazo.

Uma consideração que expressa o sentido de resistência proposto pela organização durante a década de 2010, mas que possui suas limitações ou mesmo um senso de “torcida” que se destoa da realidade. Inclusive, sobre o cenário econômico e suas adaptações e transformações desde o novo-desenvolvimentismo ao neoliberalismo na América Latina desse período. Ao passo que existiram qualidades a serem exaltadas nessa década por parte dos governos da esquerda na região – e que foram descontinuados com a presença das novas direitas latino-americanas –, tiveram defeitos que culminaram em crises políticas e econômicas na região.

<sup>215</sup> Ibid., p.16.

<sup>216</sup> ECHEVERRÍA, Olga; RIBEIRO, Marcos Vinicius. “A Direita na América Latina Contemporânea”: universidades, intelectuais, disputas de espaços e sentidos. *Rev. Hist. UEG*, Morrinhos, v. 10, n. 2, 2021, p. 6.

<sup>217</sup> SIQUEIRA, Amanda Poton Cavati de; SILVA, Beatriz Bandeira de Melo Souza e. Novos governos latino-americanos e o paradigma neoliberal: a reforma trabalhista brasileira e a reforma previdenciária argentina como estudos de caso. In: URQUIDI, Vivian; NEPOMUCENO, Margarida; LAGO, Maya Coan; RODRIGUES, Joana de Fátima; CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima de; RODRIGUES, Sabrina (Orgs.). **Estado e Lutas Sociais na América Latina: Sociedade, Economia e Política**. São Paulo: Editora PROLAM, 2019, p. 1333-1334.

<sup>218</sup> A Declaração Final do XXIII Encontro (2017) foi encontrada, na íntegra, no site oficial do FSP. Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/memoria-del-xxiii-encuentro-del-foro-de-sao-paulo-managua-nicaragua-15-al-19-de-julio-de-2017-2/>>. Além de que, a partir de uma matéria jornalística do “Jornalistas Livres” de mesmo ano, também é possível encontrar esse mesmo documento. Ver também em: FORO de São Paulo defende a comunicação contra-hegemônica. **Jornalistas Livres**. São Paulo, 25 jun. 2017. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/foro-de-sao-paulo-america-latina/>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Diante desse complexo cenário econômico, para Calderón e Castells (2020), a América Latina do século XXI, nesse âmbito econômico, conviveu com um processo de “(...) ascensão e crise tanto do neoliberalismo quanto do neodesenvolvimentismo”<sup>219</sup>. Em ambos, como ressaltado pela Declaração Final do XVIII Encontro do FSP (2013), o capitalismo se manteve presente, sob diferentes proporções e interesses. Por um lado, como salientam Siqueira e Silva (2019), os governos de esquerda na região buscaram a redução da desigualdade e das demais mazelas sociais em meio ao protagonismo do Estado; por outro, acrescentam que, a partir dos governos de direita, a prioridade se deu em prol dos interesses do mercado<sup>220</sup>.

Em suma, sob avanços e quedas no desempenho econômico, tais autores supracitados e os Encontros do FSP advertem que as crises instauradas, durante essas duas décadas do século XXI, principalmente os anos de 2010, não contemplam puramente a área econômica<sup>221</sup>. Trata-se, também, de uma disputa de valores e de desconfiças sobre os caminhos e projetos ideológicos a serem percorridos pelos países latino-americanos nesse momento histórico.

### 3.4 A América Latina em disputa entre regionalismos distintos

O cenário de transformações promovidas na América Latina da década de 2010 também se atrelou aos diferentes regionalismos e projetos de integração regional. Sob esse período, a histórica disputa entre interesses e influências internacionais e nacionais – ao se pensar na diversidade dos países latino-americanos –, retomou uma realidade de encruzilhada contemplada pela aproximação com os EUA – em semelhança aos anos 1990 – em meio aos resistentes programas e iniciativas latino-americanistas.

Nesse sentido, as transições governamentais da esquerda para a direita enfatizaram as perspectivas revigoradas para um regionalismo aberto em detrimento do pós-hegemônico<sup>222</sup>. Além de propiciar a criação de novas iniciativas de integração mediante a continuidade de ações que individualizam as relações exteriores envolvendo países da América Latina com outras partes do mundo. Os principais exemplos disso foram: a Aliança do Pacífico (AP); o Fórum

<sup>219</sup> CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 37.

<sup>220</sup> SIQUEIRA, Amanda Poton Cavati de; SILVA, Beatriz Bandeira de Melo Souza e. Novos governos latino-americanos e o paradigma neoliberal: a reforma trabalhista brasileira e a reforma previdenciária argentina como estudos de caso. In: URQUIDI, Vivian; NEPOMUCENO, Margarida; LAGO, Maya Coan; RODRIGUES, Joana de Fátima; CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima de; RODRIGUES, Sabrina (Orgs.). **Estado e Lutas Sociais na América Latina: Sociedade, Economia e Política**. São Paulo: Editora PROLAM, 2019, p. 1339-1340.

<sup>221</sup> CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 37.

<sup>222</sup> As nomenclaturas e suas respectivas concepções foram apresentadas, comparativamente, no segundo capítulo.

para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL); e os acordos comerciais, como os TLC e as da Associação Transpacífico (TPP<sup>223</sup>), desenvolvidos durante esse período.

A AP, conforme a definição de Ana María Suárez Romero (2014), “(...) é um mecanismo de integração econômica e comercial formado por Colômbia, Chile, México e Peru, criado em 28 de abril de 2011 e formalizada num Acordo Macro em junho de 2012”<sup>224</sup>. Para além desses membros, a autora salienta que o programa abrange mais de 28 países observadores regionais e estrangeiros<sup>225</sup>. Além disso, a autora reforça que os objetivos vinculados a AP se referem a uma política de integração voltada para o avanço na livre circulação – de mercadorias às pessoas – para desenvolver o crescimento e a competitividade das economias dos países envolvidos e, também, nas sua articulação como uma plataforma política vinculada à Ásia-Pacífico<sup>226</sup>.

Perante essa organização, a AP, na visão dessa autora e também segundo Rosa (2017), é considerada um exemplo do regionalismo aberto na América Latina contemporânea. Trata-se de um modelo de integração regional em que “(...) uma agenda econômica é priorizada em detrimento de políticas sociais”<sup>227</sup>, baseando-se em “(...) um cenário que aceita o pragmatismo e a flexibilidade ao invés de um aprofundamento institucional de integração e cooperação”<sup>228</sup>. De acordo com Rosa (2017), a AP pode ser considerada uma resposta ao protagonismo da ALBA-TCP no cenário geopolítico latino-americano durante a década de 2000, sendo uma contrariedade ao caráter antissistema desta<sup>229</sup>.

Além disso, conforme Junqueira e Milani (2019), a AP também se tornou um exemplo da permanente influência dos EUA na América Latina, sobretudo aos países sul-americanos, confrontando com a lógica de uma homogeneidade regional em torno dos governos de esquerda

---

<sup>223</sup> O Acordo de Associação Transpacífico possui a sigla TPP em conformidade com o termo em inglês “Trans-Pacific Partnership”.

<sup>224</sup> ROMERO, Ana María Suárez. A Aliança do Pacífico: soberania nacional e estratégia de integração na América Latina?. *Conjuntura Global*, v. 3, n. 2, 2014, p. 91.

<sup>225</sup> De acordo com Romero (2014), os países observadores da AP são: Uruguai, Equador, Canadá, Guatemala, Paraguai, Honduras, El Salvador, Estados Unidos, República Dominicana, Espanha, França, Holanda, Portugal, Turquia, Alemanha, Japão, China, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia, Itália, Reino Unido, Suíça, Finlândia, Índia, Israel, Marrocos e Cingapura. Ver também em: ROMERO, Ana María Suárez. A Aliança do Pacífico: soberania nacional e estratégia de integração na América Latina?. *Conjuntura Global*, v. 3, n. 2, 2014, p. 91.

<sup>226</sup> *Ibid.*, p. 92.

<sup>227</sup> ROSA, Aruaña Emiliano Martins Pinheiro. A integração regional na América Latina e as perspectivas integracionistas da ALBA-TCP e da Aliança do Pacífico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FOMERCO, 16, 2017, Salvador. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017, p. 12.

<sup>228</sup> ROMERO, Ana María Suárez. A Aliança do Pacífico: soberania nacional e estratégia de integração na América Latina?. *Conjuntura Global*, v. 3, n. 2, 2014, p. 92.

<sup>229</sup> ROSA, Aruaña Emiliano Martins Pinheiro. A integração regional na América Latina e as perspectivas integracionistas da ALBA-TCP e da Aliança do Pacífico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FOMERCO, 16, 2017, Salvador. *Anais...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017, p. 13.

na região. Aliás, historicamente, os países membros da AP possuem TLCs com os EUA. Assim, para as autoras, essa iniciativa de integração regional comprova a divisão entre os governos de esquerda e direita na América Latina no decorrer do século XXI. Em razão dessa inferência, explora-se a ideia de um regionalismo governamental ao se analisar essa realidade atual<sup>230</sup>.

Outro exemplo dessa relação América Latina e EUA, a partir da década de 2010, se deu pelos TPPs. De acordo com Junqueira e Milani (2019), trata-se de um mecanismo viabilizado pelos EUA que buscou incluir a América Latina à região do Indo-Pacífico através dos países líderes da AP durante as décadas de 2000 e 2010. Romero (2014) esclarece que México, Peru e Chile fazem parte do Fórum de Cooperação Ásia-Pacífico (APEC)<sup>231</sup>, enquanto Chile e Peru são membros da TPP desde 2005, sendo o México incorporado a partir de 2012. Uma demanda que, para as autoras, foi proposta com o intuito de rivalizar e, assim, diminuir a crescente presença e influência da China na região latino-americana<sup>232</sup>.

Diante desse cenário, o FSP também se insere nesse debate ao longo da década de 2010. Na Declaração Final do XVII Encontro (2011), a organização afirma, a partir dessas iniciativas, que “o imperialismo, a direita do continente e as oligarquias pretendem retardar e impedir a integração continental”<sup>233</sup>. Um discurso que caminhou em sintonia aos alertas manifestados em torno dos sinais de esgotamento manifestados desde o âmbito político dos governos de esquerda ao modelo novo-desenvolvimentista, como também, da ascensão de uma oposição organizada de direita presente na região nesse período.

Ademais, na Declaração Final do XVIII Encontro (2012) –, apesar de destacar o legado positivo de iniciativas vinculadas às esquerdas latino-americanas, como o caso da ALBA-TCP<sup>234</sup>, o FSP evidencia que o regionalismo proposto desde a década de 2000 se encontra em uma situação delicada. Em razão disso, destacam que a última reunião da CELAC, ocorrida em 2011, representou – sem descrições em torno do conteúdo e das divergências emitidas – “(...)

<sup>230</sup> JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges; MILANI, Livia Peres. “Regionalismo governamental” sul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional. *Mundo e Desenvolvimento*, v.2, n.3, 2019, p. 81.

<sup>231</sup> O Fórum de Cooperação Ásia-Pacífico possui a sigla APEC em conformidade com a nomenclatura em inglês “Asia-Pacific Economic Cooperation”.

<sup>232</sup> JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges; MILANI, Livia Peres. “Regionalismo governamental” sul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional. *Mundo e Desenvolvimento*, v.2, n.3, 2019, p. 81.

<sup>233</sup> POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 170.

<sup>234</sup> Os elogios destinados a ALBA-TCP se referem, principalmente, a criação de uma zona econômica entre os países latino-americanos envolvidos, financiada pelo fundo de reservas PetroCaribe. Ver também em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 174.

um ponto de inflexão no processo integrador (...) e frisa a necessidade de unidade, dado que todos reconhecem que os grandes problemas comuns só têm saída com a integração”<sup>235</sup>.

Sob esse panorama, a Declaração Final do XIX Encontro (2013) esboça uma divisão em torno do regionalismo latino-americano e suas respectivas iniciativas no século XXI. De um lado, acarreta ao longo das décadas 2000 e 2010 desde a frustrada tentativa da ALCA, o NAFTA, os TLCs e TPPs, e a AP em torno das direitas latino-americanas; por outro, estrutura-se a ALBA-TCP, a UNASUL, o MERCOSUL e a CELAC por parte das esquerdas na região<sup>236</sup>. Em relação a esse último bloco, a organização acrescenta, também, na Declaração Final do Encontro XX Encontro (2014), o BRICS como um importante pilar nas relações Sul-Sul e como um fortalecimento às iniciativas de integração latino-americana existentes<sup>237</sup>.

Apesar dessa divisão, esses Encontros apresentam uma preocupação quanto ao futuro da política exterior latino-americana na década de 2010. Na Declaração Final do XIX Encontro (2013), o FSP expõe, por exemplo, a necessidade de se observar o impacto das iniciativas vinculadas às esquerdas da América Latina, visto que “(...) sem a integração, que fortalece nosso senso comum de projetos nacionais que convergem, nossos programas não terão sucesso e não resistirão à oposição, sabotagem, cerco e ataques dos inimigos internos e externos”<sup>238</sup>. Além disso, na Declaração Final do XX Encontro (2014), o FSP rejeita tanto a AP quanto os TPPs considerados “(...) duas formas de integração subordinadas às grandes potências”<sup>239</sup>.

Em meados da década de 2010, as preocupações aludidas pelo FSP encontram materialidade na conjuntura política e econômica da região. Em relato de Francisco Luiz Corsi, Agnaldo dos Santos e José Marangoni Camargo (2019), a transição dos governos latino-americanos à direita, seguindo de uma radicalização em torno do neoliberalismo, desestruturou até mesmo a dualidade em torno da integração regional na América Latina. A partir de 2015 e em referência aos episódios políticos já mencionados neste capítulo, países como Brasil e Argentina se aproximam dos EUA no âmbito das relações exteriores<sup>240</sup>, fortalecendo ainda mais a presença estadunidense na região – que já contava com a AP e as TLCs e TPPs ao seu favor.

---

<sup>235</sup> Ibid., p. 175.

<sup>236</sup> Ibid., p. 249.

<sup>237</sup> A Declaração Final do XX Encontro foi encontrada, na íntegra, no site oficial do FSP. Disponível em: <https://forodesaopaulo.org/declaracao-final-do-xx-encontro-do-foro-de-sao-paulo/>.

<sup>238</sup> REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 249.

<sup>239</sup> Disponível em: <https://forodesaopaulo.org/declaracao-final-do-xx-encontro-do-foro-de-sao-paulo/>.

<sup>240</sup> CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo dos; CAMARGO, José Marangoni. A América Latina: ciclo de commodities e crise do capitalismo global. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 8, n.15, 2019, p. 188.

Consoante a isso, os autores apontam também que as resistências implementadas e estabelecidas no decorrer das últimas décadas do século XXI por parte dos governos à esquerda na América Latina, desde a ALBA-TCP e UNASUL ao BRICS, foram enfraquecidas ou apresentaram resultados modestos às expectativas vislumbradas diante do declínio dos governos de esquerda em meio as derrotas político-eleitorais e o avanço das novas direitas em período recente<sup>241</sup>.

Nesse sentido, Junqueira e Milani (2019) reforçam que, a partir desse momento, constatou-se que “(...) o “giro à esquerda” não correspondia a uma mudança perene nas concepções de desenvolvimento ou estratégias de política exterior na região”<sup>242</sup>. Uma recente comprovação disso, trazida pelas autoras, é a criação do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL) em 2019. Uma iniciativa liderada pelos presidentes chileno Sebastián Piñera e colombiano Ivan Duque para ser uma alternativa direta à UNASUL, promovendo um novo arranjo regional e ideológico para a América Latina<sup>243</sup>.

Sob a perspectiva ideológica, as Declarações Finais dos Encontros XXII e XXV (2016 e 2019)<sup>244</sup> destacam o interesse da organização por um cenário de integração regional que também se alastrasse para a formação da consciência e da memória das sociedades latino-americanas na contemporaneidade. Isto posto, a partir do reconhecimento do potencial e da riqueza cultural e histórica da própria região em suas especificidades, ressaltando a necessidade de permanência dos laços construídos através de iniciativas como o Mercosul, a CELAC e tantas outras existentes e, sobretudo, resistentes nos anos 2010.

\*\*\*

A terceira e última fase do FSP no decorrer da década de 2010 estabelece novos dilemas para a organização em torno da continuidade da sua continuidade e, conseqüentemente, da unidade na diversidade das diferentes esquerdas latino-americanas espalhadas pelo amplo contingente de países da América Latina. Os cenários político-eleitoral, econômico e das iniciativas de integração regional apreciadas na década de 2010 passaram por um novo e

---

<sup>241</sup> Ibid., p. 189.

<sup>242</sup> JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges; MILANI, Livia Peres. “Regionalismo governamental” sul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional. *Mundo e Desenvolvimento*, v.2, n.3, 2019, p. 81-82.

<sup>243</sup> Ibid., p. 84.

<sup>244</sup> Ambas Declarações Finais podem ser encontradas no site oficial da organização. A primeira, do XXII Encontro 2016, o acesso é por aqui: <<https://forodesaopaulo.org/declaracao-final-do-xxii-encontro-do-foro-de-sao-paulo>>. Enquanto que a segundo, do XXV Encontro (2019) está disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/memoria-del-xxv-encuentro-del-foro-de-sao-paulo-25-al-28-de-julio-de-2019-caracas-venezuela>>.

conturbado processo de transição, o que, em melhor definição, se tornou uma reviravolta aos rumos trilhados na década de 2000.

Em relação ao cenário político, a ascensão política e, sobretudo, ideológica das novas direitas latino-americanas em meio as raras permanências e resistências das esquerdas em governos nacionais não se tratou de uma simples mudança na América Latina dos anos 2010. Apesar de episódios em que se respeitou os resultados eleitorais e o pleno funcionamento da democracia na região, é inevitável não ressaltar os casos em que se buscou o contrário. Isto é, retomando um importante componente histórico da cultura política latino-americana, o autoritarismo e o conservadorismo encarnados em neogolpismos cada vez mais institucionalizados viraram “moda” na região.

Para além disso, exalta-se a relação do neoliberalismo com esses neogolpes executados em diferentes países latino-americanos. Aliás, como destacado no primeiro capítulo, não se trata de uma novidade e, sim, de uma preferência para este modelo. Sendo assim, apesar das permanências neoliberais sob os modelos novo-desenvolvimentistas nos governos de esquerda da década de 2000 e 2010, a ascensão das novas direitas retomaram o neoliberalismo em sua formatação mais explícita. Um indicativo disso pode ser visto na prática, a partir dos indicadores sociais, como os índices de pobreza, em que os resultados da década de 2010 se espelha mais na década de 1990 do que os resultados positivos colhidos nos anos 2000.

Outro aspecto que apresentou diferenças em comparação às décadas passadas foi no regionalismo latino-americano na década de 2010. O aparecimento da AP ao PROSUL, como também, a resignificação das iniciativas existentes, da UNASUL ao Mercosul, foram exemplos latentes dessa realidade de profundas modificações na região. Mas, não se tratou de uma simples substituição de siglas. Por trás dessas criações e reformulações, o interesse de potências estrangeiras, como EUA e China, se aliaram nesse processo, manifestando a existência conflitante de outros projetos em meio às resistências latino-americanistas.

Diante dessa conjuntura regional sob extrema polarização, o FSP, à semelhança da América Latina, também travou embates e reflexões internas quanto a sua identidade, os seus lemas, as suas posições e suas projeções. No entanto, compreender, em detalhes, essa fase da organização se esbarrou nas dificuldades de acesso aos documentos produzidos nos Encontros – as Declarações Finais do ano de 2013 em diante –, proporcionando também uma escassez bibliográfica específica sobre a organização a partir de seus intelectuais orgânicos.

Sob essas condições internas, o FSP acompanha, de perto, o momento de crise das esquerdas latino-americanas na década de 2010. Essa terceira fase da organização, mesmo com as dificuldades supracitadas, salienta a heterogeneidade e as disputas ideológicas envolvendo os membros, sobretudo, partidários internos. As mudanças ocorridas na conjuntura latino-americana desse período revelaram preferências e os “pesos” dos países internamente, baseando-se na relevância e na influência destes em caráter regional. O Brasil não é a Venezuela e, ambos, não são o Paraguai ou Honduras.

Em suma, ao retomar uma regularidade de Encontros e promover avaliações sobre a década de 2010 na América Latina, o FSP aproveitou esse momento oportuno para conduzir novas diretrizes e reflexões para o seu futuro – o que também reverbera em seu projeto para a América Latina. Diante de resistências internas, a organização compreendeu a necessidade de se lutar por uma nova visão de mundo, reconhecendo as limitações das lutas eleitorais e os percalços em depender delas. Mas a demora e até mesmo o orgulho – algo comum nas esquerdas da região e que não seria diferente ao FSP – não deixam de ter seus custos e perigos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação e a presença de novos agentes históricos que, neste trabalho, foi representado pelo FSP esclarece a necessidade – ao menos em tentativa e até mesmo em ambição – de uma outra América Latina para a contemporaneidade. Entre projetos ideais e até utópicos às concretizações na realidade, comprova-se a complexidade e a profundidade de uma região composta por diversos países que, em si mesmos, possuem suas especificidades e trajetórias nacionais e históricas.

A partir do FSP e das fontes e bibliografias ligadas a organização, elegeu-se a história política – em sua nova concepção – como perspectiva historiográfica neste trabalho. As Declarações Finais dos Encontros – juntamente aos temas e debates recorrentes – reforçaram esse caminho que, mesmo não integralmente, rompe com alguns tradicionalismos de uma “antiga” história política. Afinal, trata-se de uma organização que, ao mediar interesses e intenções diversificados de um conjunto de esquerdas latino-americanas, projeta a participação e o engajamento civil como elementos decisórios para a transformação almejada na região.

O cenário político e ideológico da América Latina indicou, mediante as heterogêneas experiências e conjunturas dos séculos XX e XXI, a disposição ou a vontade de transformar a região. Dentre as possibilidades em evidência, chama-se a atenção para o FSP por se propor, enquanto um espaço de compartilhamento entre partidos, movimentos e lideranças à oficialização de uma organização de esquerdas nesse período, a unidade na diversidade. Um lema que aparenta simplicidade e abstração, mas que, ao se pensar historicamente a América Latina, se tornou um desafio ainda a ser cumprido.

Em dezenas de Encontros realizados entre as décadas de 1990 e 2010, o legado do FSP se estabelece por valorizar a América Latina a partir de si mesma e em detrimento de reflexos imperialistas. Para Melo (2016), cultivou-se aspectos latino-americanistas em oposição ao pan-americanismo estadunidense e do tradicional eurocentrismo na região<sup>245</sup>. Além de se consolidar, na tentativa de promover consensos sob diferentes tendências ideológicas em reunião, como uma frente antineoliberal e anti-imperialista. Aliás, posições que se sustentaram ao longo de toda a sua história, independentemente das mudanças internas ocorridas entre os membros partidários do FSP, mantendo a horizontalidade e a democracia interna existente<sup>246</sup>.

---

<sup>245</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 126-127.

<sup>246</sup> Ibid., p. 143.

Dentre os consensos admitidos e vinculados ao FSP, a opção pela disputa eleitoral como uma das principais estratégias de luta a serem desenvolvidas pelas esquerdas latino-americanas também se tornou um marco para a organização nas últimas três décadas. Trata-se de uma iniciativa, sob muitas discussões e até divergências, que extrapolou o âmbito ideológico e se materializou no cotidiano político dos membros e participantes da organização. Assim, não se tratou de promessas que não foram cumpridas. Pelo contrário, se transformou em uma trajetória histórica que, gradativamente, alcançou êxito na transição das décadas de 1990 e 2000, quando se sai de um cenário de oposição e se consolida, através de uma denominada “Onda Rosa”, como governos eleitos e reeleitos em dezenas de países latino-americanos.

Ao se considerar uma “onda” política como essa, espera-se uma homogeneidade de contextos históricos e condições de governo similares, como também, uma igualdade de tratamento e de importância frente a conjuntura regional – inclusive impulsionado e compartilhado por meio do FSP. No entanto, destaca-se que, ainda que se constata consensos produzidos nas fases iniciais da organização, há uma diferença entre os membros e seus respectivos países, prevalecendo os feitos e projetos sul-americanos em relação aos representantes da América do Norte Latina, Central e Caribe, por exemplo.

Um reflexo trazido, também, na análise dos governos de esquerda em comparação aos seus antecessores e sucessores – neoliberais e/ou conservadores. Todavia, observou-se as diferentes camadas de progressismos na América Latina – que permanece em debate até os dias atuais – entre governos reformadores e refundadores, como bem apresentado, principalmente, por Silva (2011; 2018). Trata-se de mais um exemplo que reforça a complexidade do desafio encarado pelo FSP de se projetar a unidade na diversidade em solo latino-americano.

Além disso, apesar de alcançados os governos e, conseqüentemente, promover mudanças econômicas e nas relações exteriores da região – destacados pelo novo-desenvolvimentismo e por novas iniciativas integracionistas que denotam um viés latinoamericanista, por exemplo –, as limitações dessas esquerdas se aprofundam nesse processo. Nesse sentido, os desafios e as dificuldades inseridas para se governar nos países latino-americanos dominados pelas esquerdas – que impactaram na dinâmica interna do FSP – evidenciaram que as vitórias não significaram superações ao *status quo* presente na região em tempos anteriores.

Nesse sentido, materializa-se uma encruzilhada nas expectativas e realidades postas na América Latina dos anos 2000 por parte do FSP. Isto é, não se desmerece os avanços – em muitos casos inéditos – na realidade socioeconômica e política da região, com resultados

importantes ao se pensar esse período. Por outro lado, a partir de governos de contrastes, há um distanciamento para outros exemplos de governança, como a Revolução Cubana – que serviram de inspiração e de reverência às avaliações construídas pelo FSP sobre essa década – ao se conciliar e manter elementos que marcaram os regimes de direita aos quais as esquerdas latino-americanas – e o FSP – se opuseram e se fortaleceram para substituir.

Diante desses pontos, a década seguinte intensificou essas limitações, ao passo que o FSP e o conjunto de partidos, movimentos e lideranças de esquerda na América Latina se depararam com um cenário de crises. Apesar de um começo de sucessões e continuidades político-eleitorais, o impacto das conciliações internas e da conjuntura externa globalizada, como a crise capitalista de 2008, freou novos avanços e pôs tais governos em “xeque” no desenrolar da década de 2010. Um cenário que, simultaneamente, contou com o recrudescimento de novas direitas na região. Assim, as esquerdas latino-americanas, como também o FSP, entraram em disputas acirradas na busca e na manutenção do poder, como também, da proximidade para com as camadas populares e a opinião pública.

Contudo, as disputas logo se tornaram derrotas, sob raras exceções e resistências. A partir disso, o cenário político-eleitoral e os consequentes impactos ideológicos, econômicos e na integração regional apresentou novas diretrizes, como também, a retomada de problemas conhecidos. Apesar de exemplos de vitórias democráticas nesse período, a ascensão política das novas direitas latino-americanas em tempos recentes trouxe de volta, sob novas roupagens e símbolos, o neogolpismo e o autoritarismo como símbolos de uma cultura política persistente e que rememora um passado ditatorial nada distante da América Latina.

Em conjunção a isso, sendo um tópico a ser explorado em outros e futuros trabalhos, chama-se a atenção para os aspectos discursivos ou narrativos impulsionados por essas novas direitas na região. Inclusive, uma medida que resgatou a propaganda anticomunista dos tempos de Guerra Fria – que também se intensificou na América Latina aos finais do século XX –, adaptando-a ao declínio contemporâneo das esquerdas latino-americanas e seus respectivos projetos e ambições regionais. Trata-se do novo “fim da história” de Francis Fukuyama, diante da construção de um cenário hegemônico para o capitalismo neoliberal em reflexo às novas direitas no poder – na América Latina e no mundo.

Nesse sentido, admitiu-se também o crescimento de um fenômeno narrativo e propagandístico histórico na região: a conspiração política. Nota-se que, historicamente, as teorias conspiratórias ganharam força entre os grupos de direita mais radicalizados em diferentes partes do mundo, como assinalam Echeverría e Ribeiro (2021), evidenciando o

interesse de transformar a política em um mito cujo ambiente se tornou secreto, de pouco acesso e, portanto, de más intenções. Assim, sob interesses arbitrários e influenciados por classes minoritárias – e não pelas sociedades e processos democráticos de decisão e representação –, a política se esconde em meios às aparências sociais, tendo o seu potencial atingido somente nos “bastidores”<sup>247</sup>.

Além dessa condição dado ao político, compreende-se que a criação e propagação de mitos e conspirações, conforme Borges (1996), possui uma função explicadora e um papel mobilizador em sociedades diversificadas e polarizadas<sup>248</sup>. Trata-se de narrativas que, para Mariz (2021), são apreciadas por um grande público, apesar dos problemas relacionadas com a escrita, com as fontes e até mesmo com os autores e divulgadores dessas teorias<sup>249</sup>. Um fato que apresenta alta e explícita periculosidade para o futuro das democracias ao se promover falsas informações em demasia e distorcer acontecimentos e experiências cotidianas para se culpar, nesse caso, as esquerdas latino-americanas dos males sociais existentes.

Em vista disso, como discorre Rodrigo Patto Sá Motta (2019), trata-se de narrativas que propiciou na América Latina – e principalmente no Brasil dos últimos anos – a integração de diferentes grupos de direita, manipulando a opinião pública, de forma oportunista, através do medo, do ódio e da mentira em relação aos projetos e ações desenvolvidos no presente<sup>250</sup>. Um movimento que também se misturou com os interesses e apoio das classes burguesas, das mídias, dos militares e dos religiosos locais que ecoaram, até sob protestos organizados, por mudanças conjunturais. O objetivo: a retirada das esquerdas do poder, independente da forma utilizada e das consequências desses processos.

No Brasil, houve um dos maiores estragos desse tipo de narrativa, sendo intensificada de 2014 em diante pelo crescente e vigente antipetismo no país. Esse tipo de conspiração política, em âmbito nacional, foi preponderante para o avanço midiático de uma “nova” direita no país, desde as Jornadas de Junho, em 2013, intensificada ou materializada no neogolpismo imposto ao governo da Dilma Rousseff, em 2016, e na conturbada prisão do ex-presidente Lula em 2018. Assim, não se tratava de 20 centavos das passagens de ônibus, das

---

<sup>247</sup> ECHEVERRÍA, Olga; RIBEIRO, Marcos Vinicius. “A Direita na América Latina Contemporânea”: universidades, intelectuais, disputas de espaços e sentidos. **Rev. Hist. UEG**, Morrinhos, v. 10, n. 2, 2021, p. 5.

<sup>248</sup> BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v.9, n. 17, 1996, p. 158.

<sup>249</sup> MARIZ, Silvana Fernandes. A “nova direita” e a “ideologia de gênero” como arma política no Brasil. **Rev. Hist. UEG**, Morrinhos, v. 10, n. 2, 2021, p. 17.

<sup>250</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Org.) Pensar as direitas na América Latina. São Paulo: Alameda, 2019, p.97

possíveis pedaladas fiscais da presidente, nem mesmo do combate à corrupção materializados em supostos imóveis de um ex-presidente líder em pesquisas eleitorais.

Sob essa conjuntura, o FSP também é inserido como um alvo certo e de interesse explícito das “novas” direitas latino-americanas, sendo distorcido e até mesmo “demonizado” nos dias atuais. Isto é, personificado na propaganda anticomunista na região, a organização se tornou um inimigo regional a ser combatido e evitado por todos os países latino-americanos, sob o medo de se instaurar ditaduras comunistas, organizadas e incentivadas pelo FSP, na região. Desse modo, transformaram a organização em uma atualização do “fantasma” do comunismo que acompanha a história da América Latina nos últimos séculos.

Um exemplo que reforça a atualidade do anticomunismo, a capacidade de imaginação das “novas” direitas e da relevância desse tema para se compreender a conjuntura política e ideológica latino-americana desses últimos anos<sup>251</sup>. Em tempos recentes, a ligação do FSP com o cenário político brasileiro se estendeu. Tornou-se pauta de debate presidencial nas eleições de 2018 e ligado ao suposto plano URSAL e foi um artifício narrativo bastante difundido na campanha e no governo de Jair Bolsonaro, presidente eleito a partir de 2019, juntamente de seus apoiadores – de influenciadores e propagandistas dessa nova direita aos anônimos fanáticos que “compraram” esse discurso”.

No entanto, a permanência ou continuidade de um discurso inflamatório, preconceituoso e desestabilizador ao FSP revela as posições e os interesses de evidenciar a existência e atualidade da organização na contemporaneidade. Uma fixação que se associa mais à direita do que, propriamente, à esquerda brasileira na contemporaneidade. Assim, a continuidade de se falar sobre a organização infere que essa construção retórica constitui como parte significativa dos projetos políticos e de poder das novas direitas no país e na região latino-americana. Isto é, associar o FSP com o histórico anticomunismo é tentar estabelecer um cerceamento político baseado no medo e, em contrapartida, no autoritarismo como solução.

Para além do FSP, um outro tópico que pode ser problematizado em um futuro trabalho, se dá na criação ou no fortalecimento de outros agrupamentos de esquerda semelhantes à organização na América Latina. Um movimento que gerou comparações e até estimas de sucessão ou de alternativa ao FSP – que não deixou de existir e permanece ativo com agenda de Encontros, manifestos públicos e dentre outras atividades. Os exemplos recentes e apontados nas bibliografias discutidas neste trabalho destacam isso ao mencionar: a tentativa em torno de

---

<sup>251</sup> Ibid., p.76.

uma nova Internacional por Hugo Chávez e o seu partido – PSUV – em 2009<sup>252</sup>; o Grupo de Puebla, fundado em 2019<sup>253</sup>; e a Internacional Progressista (IP) criada em 2018<sup>254</sup>. Além destes, aspira-se a formação, em pleno 2023, da Rede Futuro, mas ainda em estágio inicial por parte da esquerda sul-americana.

Tratam-se de representações que, apesar de conter afinidades ou laços ao FSP, não acompanham a mesma estrutura organizativa da organização e atrelam-se mais aos líderes e personalidades políticas latino-americanas do que aos partidos e seus respectivos projetos para a região. Além de não apresentarem exclusividade, sendo essas lideranças consideradas membras e até fundadoras, simultaneamente, tanto do Grupo de Puebla quanto da IP, por exemplo. Contudo, os setores considerados radicais do FSP, como os partidos PCC (Cuba), MORENA (México) e PSUV (Venezuela) – e seus participantes mais destacados – não fazem parte desses novos agrupamentos políticos, mantendo vinculação somente ao FSP.

A relação comparativa entre essas novas organizações com o FSP – muitas vezes forçada por veículos de imprensa e até mesmo pelas novas direitas latino-americanas – apenas sintetiza a tentativa de se fortalecer o que o FSP carrega em sua história: a unidade na diversidade. Mais ainda, a liberdade de se viabilizar novas organizações com características, objetivos e perspectivas diferentes, não os transformam em rivais. Pelo contrário, podem – e devem – ser complementares, favorecendo a América Latina e seu conjunto de países em diálogos e experiências conjuntas, o que enriquece as propostas ao presente e futuro da região.

Dito isso, concorda-se com Franco (2020) que, dentre as tentativas e novas proposições de agrupamentos de esquerda na América Latina, ainda não houve um “substituto” que possa se considerar um espaço amplo para diálogos e trocas experiências sobre variados temas, projetos e planos de governo como o FSP se consolidou nos últimos tempos<sup>255</sup>. Mas que não

---

<sup>252</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 134.

<sup>253</sup> FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)**. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 149.

<sup>254</sup> Ibid., p. 149-150

<sup>255</sup> FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015)**. 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020, p. 151.

significa também, inclusive como adverte Melo (2016), que o FSP seja insubstituível ou que não venha a se desmembrar e passar a não existir no futuro latino-americano<sup>256</sup>.

Enquanto esse futuro não se apresenta, é destacável a relevância e a resiliência dessa organização ao longo de três décadas de variadas transformações e descontinuidades na conjuntura política, econômica, ideológica e sociocultural na América Latina. Um conjunto de transições e reviravoltas que afetou os países da região, como também, o próprio FSP em suas dinâmicas, posicionamentos e correlações internas. Assim, o que se buscou mostrar neste trabalho é que o FSP influenciou e se deixou ser influenciado, entre expectativas e concretudes, pela conturbada e desafiadora realidade regional – e também mundial.

Sobre todas essas considerações, desenvolveu-se um trabalho sob muitos riscos e desafios para se compreender o FSP e a América Latina, sobretudo a partir das relações e processos políticos, econômicos e diplomáticos, nas últimas três décadas – 1990, 2000 e 2010. Não é fácil estabelecer condensações e limites sobre acontecimentos, conjunturas, características e agentes históricos – considerando, ainda, a diversidade latino-americana e as respectivas transformações, entre avanços e recuos, realizadas nesse período. Mas, a partir das possibilidades de continuidade de pesquisa, evidencia-se a importância e a relevância do tema para o futuro de uma América Latina em constante ebulição e desencontro.

---

<sup>256</sup> MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 125-126.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Documentais

FORO DE SÃO PAULO. **Declaração de São Paulo**. São Paulo, 1990. Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/declaracion-final-sao-paulo-1990/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **Declaração do México**. Cidade do México, 1991. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 23-30. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do III Encontro. Manágua, 1992. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.38-49. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do IV Encontro. Havana, 1993. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.57-62. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração de Montevideú. Montevideú, 1995. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.68-73. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do VI Encontro. São Salvador, 1996. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.78-83. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do VII Encontro. Porto Alegre, 1997. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.94-102. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do VIII Encontro. Cidade do México, 1998. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.107-116. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do IX Encontro. Manágua, 2000. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.121-125. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do X Encontro. Havana, 2001. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.133-140. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XI Encontro. Antigua, 2002. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.146-151. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XII Encontro. São Paulo, 2005. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo:** construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.159-165. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XIII Encontro. São Salvador, 2007. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo:** construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.175-179. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XIV Encontro. Montevideú, 2008. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo:** construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.184-188. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XV Encontro. Cidade do México, 2009. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo:** construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.194-199. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XVI Encontro. Buenos Aires, 2010. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo:** construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.206-212. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XVII Encontro. Manágua, 2011. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo:** construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.216-221. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XVIII Encontro. Caracas, 2012. Disponível em: REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo:** construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p.226-232. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XIX Encontro. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/declaracion-final-xix-encuentro-del-foro-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XX Encontro. Caracas, 2014. Disponível em:<<https://forodesaopaulo.org/declaracao-final-do-xx-encuentro-do-foro-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XXI Encontro. Cidade do México, 2015. Disponível em:< <https://forodesaopaulo.org/memoria-del-xxi-encuentro-del-foro-de-sao-paulo-ciudad-de-mexico-df/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XXII Encontro. São Salvador, 2016. Disponível em:<<https://forodesaopaulo.org/declaracao-final-do-xxii-encuentro-do-foro-de-sao-paulo>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XXIII Encontro. Manágua, 2017. Disponível em:<<https://forodesaopaulo.org/memoria-del-xxiii-encuentro-del-foro-de-sao-paulo-managua-nicaragua-15-al-19-de-julio-de-2017-2/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração de Havana. Havana, 2018. Disponível em:<<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/59685/documento-final-do-25-encontro-do-foro-de-sp-pede-paz-na-america-latina-e-libertacao-de-lula>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Declaração Final do XXV Encontro. Caracas, 2019. Disponível em:<<https://forodesaopaulo.org/memoria-del-xxv-encuentro-del-foro-de-sao-paulo-25-al-28-de-julio-de-2019-caracas-venezuela/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

### **Bibliografia:**

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. “A integração das Américas. Por quê? Para quem? Quando? Como?”. Rio de Janeiro: **Textos para Discussão IPEA**, n. 198, 1990.

ALMEIDA, Dinorah Lopes Rubim. A narrativa da nova história política: representações dos subterrâneos da historiografia. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UFES/PARIS-EST. 5, 2015. Vitória. **Anais**. Vitória: Laboratório de História, poder e linguagens, 2015.

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir.; GENTILI, Pablo. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BORGES, Vavy Pacheco. História política: totalidade e imaginário. **Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, 1996.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

CALVAZARA, João Carlos. Onda rosa: nuances e interpretações na América Latina do século XXI. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 2, 2021.

CAMARGO, S. Área de Livre Comércio das Américas. O labirinto latino-americano. In: GÓMEZ, José María. (Org.). América Latina y el (des)orden global neoliberal: hegemonia, contrahegemonia, perspectivas. **CLACSO**, 2004.

CAMPOS, Rosana Soares. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **Polis**, 47, 2017.

CANDIOTTO, C. Neoliberalismo e Democracia. Natal: Princípios, v.19, n. 32, 2012.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 194.

CERVO, Amado. A marcha lenta da América Latina no século XXI. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 5, n. 9, 2016.

COELHO, André. GOULART, Mayra. O refluxo da maré rosa e o papel das Cortes Supremas na interrupção dos governos progressistas na América Latina. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42. 2018, Caxambu. **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 2018

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. **Panorama Social da América Latina**. Santiago, 2000.

\_\_\_\_\_. **Panorama Social da América Latina**. Santiago, 2010.

\_\_\_\_\_. **América Latina y el Caribe y China. Hacia una nueva era de cooperación económica.** Naciones Unidas, Santiago, 2015.

\_\_\_\_\_. **Panorama Social da América Latina.** Santiago, 2018.

CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo dos; CAMARGO, José Marangoni. A América Latina: ciclo de commodities e crise do capitalismo global. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 8, n.15, 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 118, 2014.

ECHEVERRÍA, Olga; RIBEIRO, Marcos Vinicius. “A Direita na América Latina Contemporânea”: universidades, intelectuais, disputas de espaços e sentidos. *Rev. Hist. UEG, Morrinhos*, v. 10, n. 2, 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, n. 10, 1992.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 36, 2016.

FORO de São Paulo defende a comunicação contra-hegemônica. *Jornalistas Livres*. São Paulo, 25 jun. 2017. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/foro-de-sao-paulo-america-latina/>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

FRANCO, Yuri Soares. **A influência do Foro de São Paulo nas estratégias políticas das esquerdas latino-americanas (1990-2015).** 2020. 216f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. *Saúde Debate*, v. 47, n. spec, 2018.

GAUDICHAUD, Franck. Refluxo conservador e tensões regressivas na América Latina: os governos “progressistas” em seu labirinto. *Lutas Sociais*, v. 23, n. 42, 2019

GAUDICHAUD, Frank, WEBBER, Jeffery, MODONESI, Massimo. Los gobiernos progresistas latinoamericanos del siglo XXI. **Ensayos de interpretación histórica.** México, UNAM, 2019.

GOMES, Eduardo Bianchi; MARQUES, Simone dos Reis Bielecki. A democracia no Sistema de Proteção Interamericano de Direitos Humanos: a importância da cláusula democrática da Organização dos Estados Americanos. *Revista Direito e Liberdade*, v. 19, n. 3, 2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 2 (122), 2011.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges; MILANI, Livia Peres. “Regionalismo governamental” sul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional. **Mundo e Desenvolvimento**, v. 2, n. 3, 2019.

KATZ, Claudio. Socialismo ou novo-desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI.** Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

\_\_\_\_\_. ¿Qué pasa en Venezuela?. **Plaza de los Comunes**, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=49znMBBsUdo>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MARIANO, Karine Lilia Pasquariello; RIBEIRO, Clarissa Correa Neto. Regionalismo na América Latina do Século XXI. In: SALATINI, Rafael (Org.). **Cultura e direitos humanos nas relações internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

MARIZ, Silviana Fernandes. A “nova direita” e a “ideologia de gênero” como arma política no Brasil. **Rev. Hist. UEG**, Morrinhos, v. 10, n. 2, 2021.

MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015)**. 2016. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (Org.) **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. Salvador: **Caderno CRH**, v. 29, n. SPE03, 2016.

NETTO, José Paulo. **Repensando o balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir.; GENTILI, Pablo. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

“NOSSA América está de pé na luta”, declara o Foro de São Paulo. **Vermelho**, 25 jul. 2017. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2017/07/25/nossa-america-esta-de-pe-na-luta-declara-o-foro-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício. **Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

\_\_\_\_\_. Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: **Observador On-Line**, v. 9, n. 12, 2014.

\_\_\_\_\_. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista SURES**, n. 5, 2015.

\_\_\_\_\_. O fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 2018.

PITILLO, João Cláudio; SANTOS, Roberto Santana; VILLARREAL, Maria (Org.). **América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

PRADO, Fernando; MEIRELES, Monika. Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

REIS, C. N.; FISCHER, S.; CAMPOS, S. H. “Programa Iniciativa para as Américas (Plano Bush): Algumas Considerações”. **Indicadores econômicos FEE**, v. 18, n.2, 1990.

RÉMOND, RENÉ. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REGALADO, Roberto. **Encuentros y desencuentros de la izquierda latino-americana**. Uma mirada desde el Foro de São Paulo. Cidade do México: Ocean Sur, 2008.

REGALADO, Roberto; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

RODRIGUES, Fania; MELLO, Michele de. 25º Foro de São Paulo termina com atenções voltadas para eleições no continente. **Brasil de Fato**, 29 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/29/25o-foro-de-sao-paulo-termina-pedindo-foco-nas-disputas-presidenciais-do-continente>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

ROJAS, Gonzalo Adrián. Caracterizando os governos “pós-neoliberais” latino-americanos. **Revista Libertas**, v. 15, n. 1, 2015.

ROMERO, Ana María Suárez. A Aliança do Pacífico: soberania nacional e estratégia de integração na América Latina?. **Conjuntura Global**, v. 3, n. 2, 2014.

ROSA, Aruaña Emiliano Martins Pinheiro. A integração regional na América Latina e as perspectivas integracionistas da ALBA-TCP e da Aliança do Pacífico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FOMERCO, 16, 2017, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017.

SADER, Emir. **A hegemonia neoliberal na América Latina**. In: SADER, Emir.; GENTILI, Pablo. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SIQUEIRA, Amanda Poton Cavati de; SILVA, Beatriz Bandeira de Melo Souza e. Novos governos latino-americanos e o paradigma neoliberal: a reforma trabalhista brasileira e a reforma previdenciária argentina como estudos de caso. In: URQUIDI, Vivian; NEPOMUCENO, Margarida; LAGO, Maya Coan; RODRIGUES, Joana de Fátima; CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima de; RODRIGUES, Sabrina (Orgs.). **Estado e Lutas Sociais na América Latina: Sociedade, Economia e Política**. São Paulo: Editora PROLAM, 2019.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 2, 2017

SUÁREZ-PEROZO, Daniel Alberto. SILVA, Vinícius Figueiredo. Neoliberalismo e instabilidade política na América Latina: um olhar histórico-analítico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 14 e 15., 2021, Varginha. **Anais [...]** Varginha: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2021.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011–2016). IN: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIEL, Rodrigo. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018

VARGAS, Mojana. A construção do pan-americanismo nas páginas de Américas (1949-1969). **Revista Crítica Histórica**, n. 9, 2014.